

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA REGIÃO DAS HORTÊNSIAS
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

EMERSON DA SILVA ENGEL

**FINANÇAS PESSOAIS: UMA ANÁLISE DO PERFIL FINANCEIRO DOS
ACADÊMICOS DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA REGIÃO DAS HORTÊNSIAS
ENTRE OS 18 A 24 ANOS**

CANELA, RS

2021

EMERSON DA SILVA ENGEL

**FINANÇAS PESSOAIS: UMA ANÁLISE DO PERFIL FINANCEIRO DOS
ACADÊMICOS DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA REGIÃO DAS HORTÊNSIAS
ENTRE OS 18 A 24 ANOS**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II, ênfase em Tópicos Especiais, apresentado à Área do conhecimento de Ciências Sociais, da Universidade de Caxias do Sul, do Campus Universitário da Região das Hortênsias, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador Prof.: Me. Sergio Luiz Pezzi

CANELA, RS

2021

EMERSON DA SILVA ENGEL

**FINANÇAS PESSOAIS: UMA ANÁLISE DO PERFIL FINANCEIRO DOS
ACADÊMICOS DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA REGIÃO DAS HORTÊNSIAS
ENTRE OS 18 A 24 ANOS**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II, ênfase em Tópicos Especiais, apresentado à Área do conhecimento de Ciências Sociais, da Universidade de Caxias do Sul, do Campus Universitário da Região das Hortênsias, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Aprovado em 02/12/2021

Banca examinadora

Prof. Orientador Me. Sergio Luiz Pezzi
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Prof. Convidado Me. Silvio Aurélio Jaeger
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Prof. Convidado Me. Vinicius Bacichetto
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Dedico este trabalho à minha mãe que sempre me apoiou e me incentivou nesta jornada, e a minha falecida tia que infelizmente não teve a oportunidade de acompanhar minha trajetória acadêmica, mas que foi muito importante para a minha formação como cidadão, esses últimos cinco anos foram por elas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe Clair, que não mediu esforços para me ajudar nessa etapa tão importante da minha vida.

Também agradeço aos professores Fernando Batista Fontana e Sergio Luiz Pezzi que me ajudaram muito durante as orientações, sem eles este estudo monográfico não teria sido concretizado.

“Investir em conhecimento rende sempre os melhores juros.”

Benjamin Franklin

RESUMO

A população brasileira no geral não possui o hábito de administrar com eficácia suas finanças pessoais. De forma que acabam não planejando gastos e contraindo dívidas, sendo que, quando isso não acontece e existe uma sobra de recursos, o mesmo é alocado em investimentos ultrapassados. Diante disso, este trabalho tem por objetivo descrever o perfil financeiro dos acadêmicos da Universidade de Caxias do Sul do Campus Universitário da Região das Hortênsias entre os 18 aos 24 anos de idade, também se pretende verificar se realizam um planejamento financeiro, identificar se estão endividados e se realizam investimentos financeiros. Fez-se necessário abordar esse público devido a pesquisas recentes que mostraram que essa faixa etária não possui o hábito de controlar suas finanças, diante disso esse estudo pode contribuir para que seja compreendido a importância de administrar corretamente as finanças pessoais. Esta pesquisa utilizou-se do método indutivo, tendo como natureza a pesquisa aplicada, de forma que a metodologia empregada foi quantitativa e qualitativa, tendo como fins a pesquisa descritiva, onde por meio de um levantamento survey foi aplicado um questionário a 62 acadêmicos. Com base nas informações coletadas percebe-se que os acadêmicos possuem um perfil financeiro composto por indivíduos poupadores, em suma realizam um planejamento financeiro, estão endividados, mas a minoria se encontra inadimplente, e apresentam um perfil conservador em relação a investimentos financeiros dado que aplicam seus recursos principalmente na poupança.

Palavras-chave: Endividamento. Finanças Pessoais. Investimentos. Planejamento Financeiro.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese da educação financeira	29
Quadro 2 – Síntese de um planejamento financeiro	40
Quadro 3 – Total de endividados	55
Quadro 4 – Tipo de dívida referente a dezembro.....	56
Quadro 5 – Parcela da renda comprometida com dívidas (dentre os endividados).	57
Quadro 6 – Famílias com contas em atraso.....	58
Quadro 7 – Condição de pagamento da dívida em atraso	59
Quadro 8 – Tempo de comprometimento com dívidas (dentre os endividados)	60
Quadro 9 – Motivos do endividamento pessoal.....	61
Quadro 10 – Objetivo x Prazo	71
Quadro 11 – Principais investimentos	75
Quadro 12 – Tributação IRPF	77
Quadro 13 – Características dos fundos de investimentos	80
Quadro 14 – Adequações pós pré-teste.....	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Calculando o patrimônio pessoal.....	36
Tabela 2 – Registrando receitas e despesas	37
Tabela 3 – Sonhos e objetivos	39
Tabela 4 – Modelo de orçamento financeiro	41
Tabela 5 – Endividamento das famílias brasileiras	50
Tabela 6 – Tipos de dívidas entre 2010 e 2020	51
Tabela 7 – Percepção de endividamento entre 2010 e 2020	52
Tabela 8 – Comprometimento com dívidas – tempo x renda	53
Tabela 9 – Faixa de renda.....	54
Tabela 10 – Perfil dos entrevistados	91
Tabela 11 – Mulheres x Homens.....	111
Tabela 12 – Acadêmicos de administração x objetivos específicos	112

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Nível de endividamento.....	56
Figura 2 – Tamanho da amostra	86
Figura 3 – Conhecimento de termos financeiros	92
Figura 4 – Relação com o dinheiro.....	93
Figura 5 – Hábito de registrar receitas e despesas mensalmente.....	94
Figura 6 – Forma de registro	94
Figura 7 – Problemas com o orçamento mensal	95
Figura 8 – Reserva de emergência	96
Figura 9 – Vida financeira na aposentadoria	97
Figura 10 – Sonhos e objetivos pessoais	97
Figura 11 – Endividamento dos acadêmicos.....	98
Figura 12 – Classificação de endividamento dos acadêmicos	99
Figura 13 – Percentual da renda mensal comprometida com dívidas.....	100
Figura 14 – Principais motivos do endividamento dos acadêmicos	101
Figura 15 – Principais tipos de dívidas dos acadêmicos	102
Figura 16 – Inadimplência dos acadêmicos	103
Figura 17 – Acadêmicos que investem no mercado financeiro	104
Figura 18 – Motivos para não investir no mercado financeiro	104
Figura 19 – Objetivos com investimentos no mercado financeiro	105
Figura 20 – Percentual do patrimônio investido no mercado financeiro	106
Figura 21 – Produtos financeiros investidos.....	106
Figura 22 – Possíveis produtos financeiros investidos no futuro.....	107
Figura 23 – Prazo para resgate dos investimentos financeiros	108
Figura 24 – Controle mensal x situação financeira.....	109
Figura 25 – Controle mensal x realização de investimentos	110
Figura 26 – Situação financeira x realização de investimentos.....	111
Figura 27 – Acadêmicos de administração x inadimplência	113
Figura 28 – Simulação de investimento no Tesouro Direto.....	117

LISTA DE SIGLAS

B3	Brasil Bolsa Balcão
BTGP	<i>Banking and Trading Group Pactual</i>
BV	Banco Votorantim
CAHOR	Campus Universitário da Região das Hortênsias
CDB	Certificado de Depósito Bancários
CEF	Caixa Econômica Federal
CFA	Conselho Federal de Administração
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IR	Imposto de Renda
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
TN	Tesouro Nacional
TR	Taxa Referencial
UCS	Universidade de Caxias do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	ESTRUTURA DO ESTUDO MONOGRÁFICO	17
3	FINANÇAS PESSOAIS.....	20
3.1	DINHEIRO.....	21
3.2	CONSUMO.....	22
3.3	CRÉDITO	24
3.3.1	Vantagens e desvantagens	25
3.3.2	Principais tipos de crédito.....	25
3.3.2.1	<i>Cartão de crédito.....</i>	25
3.3.2.2	<i>Financiamento.....</i>	26
3.3.2.3	<i>Empréstimo</i>	26
3.3.2.4	<i>Empréstimo consignado.....</i>	26
3.3.2.4	<i>Cheque especial.....</i>	27
3.3.3	Juros.....	27
3.3.4	Inflação.....	27
3.4	EDUCAÇÃO FINANCEIRA	28
3.4.1	Importância	28
3.4.2	Educação financeira no mundo e no Brasil	29
3.4.3	Educação financeira infantil.....	31
3.5	PERFIL FINANCEIRO.....	31
4	PLANEJAMENTO FINANCEIRO.....	34
4.1	MODELO DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO	34
4.1.1	Modelo proposto pela CVM	35
4.2	ASPECTOS RELEVANTES DURANTE O ORÇAMENTO FINANCEIRO ...	42
4.2.1	Controle.....	42
4.2.2	Receitas.....	43
4.2.3	Despesas.....	44
4.2.4	Etapas do orçamento financeiro	45
4.2.4.1	<i>Elaboração</i>	45

4.2.4.2	Implementação.....	46
4.2.4.3	Análise.....	46
4.2.4.4	Acompanhamento	47
4.3	PESQUISAS SOBRE PLANEJAMENTO FINANCEIRO	47
5	ENDIVIDAMENTO PESSOAL	49
5.1	TIPOS DE ENDIVIDAMENTO	49
5.2	ENDIVIDAMENTO PESSOAL NO BRASIL.....	50
5.3	ENDIVIDAMENTO PESSOAL NO RIO GRANDE DO SUL.....	54
5.3.1	Nível de endividamento	55
5.3.2	Tipo de dívida	56
5.3.3	Parcela da renda comprometida com dívidas (dentre os endividados)	57
5.3.4	Famílias com contas em atraso	58
5.3.5	Condição de pagamento da dívida em atraso.....	59
5.3.6	Tempo de comprometimento com dívidas (dentre os endividados)	60
5.4	MOTIVOS PARA O ENDIVIDAMENTO.....	60
5.4.1	Consumismo.....	61
5.4.2	Facilidade ao crédito.....	62
5.4.3	Baixo nível de educação financeira	63
5.4.4	Falta de planejamento financeiro.....	64
5.4.5	Materialismo	66
5.4.6	Fatores sociodemográficos (gênero, idade, escolaridade, estado civil, renda, emprego).....	67
6	INVESTIMENTOS FINANCEIROS.....	69
6.1	RAZÕES PARA A REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS ...	70
6.2	FATORES RELEVANTES.....	70
6.2.1	Objetivos	70
6.2.2	Riscos envolvidos	71
6.2.3	Retorno.....	72
6.2.4	Prazo.....	73
6.3	PERFIL DO INVESTIDOR.....	73
6.3.1	Perfil conservador	73
6.3.1	Perfil moderado	74

6.3.1	Perfil agressivo	74
6.4	PRINCIPAIS INVESTIMENTOS	75
6.4.1	Poupança	75
6.4.2	Tesouro Direto	76
6.4.3	CDB	78
6.4.4	Ações	79
6.4.5	Fundos de Investimento	80
6.5	INVESTIMENTOS FINANCEIROS NO BRASIL	81
7	MÉTODO DE PESQUISA	83
7.1	TIPO DE PESQUISA.....	83
7.2	UNIVERSO E AMOSTRA.....	85
7.3	COLETA DE DADOS	86
7.4	TRATAMENTO DOS DADOS	88
8	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	90
8.1	PERFIL DA AMOSTRA	90
8.2	PLANEJAMENTO FINANCEIRO	93
8.3	ENDIVIDAMENTO PESSOAL.....	98
8.4	INVESTIMENTOS FINANCEIROS.....	103
8.5	ANÁLISE CRUZADA	109
8.6	CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DOS DADOS.....	114
8.7	PROPOSTAS DE MELHORIAS	116
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
	REFERÊNCIAS	122
	APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO APLICADO NA COLETA DE DADOS DA MONOGRAFIA	136

1 INTRODUÇÃO

Houve um tempo em que a maior preocupação dos seres humanos era a sobrevivência, as pessoas não pensavam no futuro, pois o mesmo podia não chegar, seja durante o período da Revolução Agrícola que foi marcado pelo cultivo de plantas, que transformaram os seres humanos até então nômades em fazendeiros, ou durante o período dos impérios romanos, que conquistaram grande parte do território conhecido na época, período marcado por grandes guerras e massacres. (HARARI, 2018).

Esse sentimento de pura sobrevivência foi mudando ao longo do tempo, de forma que a sociedade como um todo foi se civilizando, e com o início da Revolução Industrial que marcou a introdução das máquinas nas fábricas, o mundo nunca mais foi o mesmo devido ao atual consumo exorbitante de produtos ou serviços, que refletiu em diversas áreas da vida, entre elas se destaca a área financeira. (HARARI, 2018).

Dessa forma, o tema da monografia é **finanças pessoais**, que de forma sucinta é o modo como são administradas as decisões financeiras, sendo que as principais delas estão baseadas em planejamento financeiro, endividamento e investimento. (CERBASI, 2019; LIZOTE *et al.*, 2017; PIRES, 2007).

Essa monografia aborda de maneira mais objetiva, os acadêmicos da Universidade de Caxias do Sul (UCS) do Campus Universitário da Região das Hortênsias (CAHOR) entre os 18 aos 24 anos, faixa etária que foi escolhida após uma pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) (2019a) destacar que pessoas dessa idade são as que mais sofrem para controlar suas finanças pessoais.

Sendo que especificamente, o foco será descobrir o perfil financeiro dos acadêmicos. Pessoas pensam de modo diferente, cada uma é única, mas quando se trata de decisões financeiras, invariavelmente acabam se enquadrando numa dessas categorias: devedores, gastadores, desligados, poupadores e investidores.

Enquanto no primeiro grupo os indivíduos possuem gastos acima do valor de suas rendas, no segundo os mesmos “apenas” gastam toda a renda ficando empatado com as finanças, já no terceiro as pessoas oscilam entre gastar mais e menos do que recebem mensalmente, por outro lado no quarto grupo os indivíduos economizam sua renda e no último utilizam aplicações financeiras para maximizar seus resultados. (MOSMANN, 2019).

Dessa forma, a monografia contemplará os principais aspectos envolvidos durante o processo para descobrir esses perfis, que são: o planejamento financeiro, endividamento pessoal e gestão de investimentos financeiros. Enquanto o primeiro busca mostrar se existe a utilização dessa ferramenta no dia a dia, o segundo termo vem para elucidar decisões financeiras que já foram tomadas pelos indivíduos, enquanto o último pretende demonstrar se os indivíduos utilizam os principais tipos de investimentos financeiros.

Diante disso, todas as pessoas possuem objetivos de vida, muitos deles estão relacionados ao dinheiro, nesse sentido administrar corretamente as finanças pessoais permite que esses objetivos possam ser alcançados com maior facilidade. Nigro (2018) acredita que as pessoas são mais felizes quando conseguem administrar suas finanças com sabedoria.

Em vista disso, uma recente pesquisa realizada pelo Itaú (2020) com pessoas de 16 a 65 anos apontou que 49% dos brasileiros evitam pensar no dinheiro para não se entristecerem. Atrelado a isso, uma pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) (2019a) apontou que jovens não costumam controlar suas finanças pessoais.

Ou seja, estudos apontam que brasileiros, incluindo jovens, não possuem uma relação saudável com o dinheiro, por isso mesmo esse tema merece ser estudado, para que mudanças em relação a decisões financeiras possam ser discutidas e implementadas por toda a sociedade.

Diante disso, esse estudo nasceu da vontade do pesquisador em descobrir como é a relação dos acadêmicos da UCS do CAHOR com suas finanças pessoais, visto que esse tema é oriundo de uma questão problemática no Brasil, esse estudo poderá contribuir para que incógnitas sobre esse assunto possam ser esclarecidas futuramente.

Para isso, o referencial teórico do estudo tem início no Capítulo 2 com a estruturação do estudo monográfico, onde é apresentado um relato das questões que o nortearam, no Capítulo 3 é abordado os principais aspectos que envolvem as finanças pessoais. Já no Capítulo 4 é explanado sobre o planejamento financeiro, com foco em como montá-lo, de forma que é apresentado um modelo de planejamento financeiro e os principais pontos que envolvem essa questão.

O Capítulo 5 é destinado ao endividamento pessoal, onde são abordados os tipos de endividamento pessoal, o histórico de endividamento nacional e regional,

assim como os motivos que ocasionam essa situação financeira. Já o Capítulo 6 é designado aos investimentos financeiros, onde são mencionados as razões e os principais fatores que devem ser analisados pelos indivíduos na realização de investimentos, assim como é exposto os perfis dos investidores e os principais investimentos disponíveis no mercado financeiro.

No Capítulo 7, é apresentada a metodologia do estudo, onde é abordado os métodos e tipos de pesquisa, também é definido o universo e amostra da pesquisa, assim como o processo de coleta e tratamento dos dados.

Já no Capítulo 8, é feita a apresentação e análise dos dados da pesquisa, de forma que o tripé deste estudo (planejamento financeiro, endividamento pessoal e investimentos financeiros) é analisado individualmente e em conjunto, para que as relações desses fatores pudessem ser realizadas, no término é apresentado sugestões de melhorias visando uma melhor utilização dos recursos financeiros pelos acadêmicos. Conclui-se o estudo por meio das considerações finais apresentadas no Capítulo 9, que foram baseadas no referencial teórico apresentado e nos resultados decorrentes da pesquisa.

2 ESTRUTURA DO ESTUDO MONOGRÁFICO

Autores afirmam que o tema de uma monografia é um assunto que se deseja comprovar ou desenvolver, que surgiu através da curiosidade científica, experiência pessoal ou profissional de estudos e leituras, e até mesmo da analogia com temas de estudo de outras disciplinas ou áreas científicas, sendo que, exigem do pesquisador um posicionamento crítico e inquieto diante do universo da pesquisa. (CINTRA, 1982; MARCONI; LAKATOS, 2009; PRODANOV; FREITAS, 2013).

Dessa forma o tema da monografia é finanças pessoais. Cerbasi (2019) acredita que administrar corretamente as finanças pessoais, isto é gerir o dinheiro, planejando, não contraindo dívidas e investindo é tão importante quanto possuir saúde, dessa forma finanças pessoais é vista como saúde financeira. Nigro (2018) complementa que a saúde financeira corrobora para o crescimento profissional e pessoal, ao considerar as finanças pessoais como um dos pilares para uma vida mais feliz.

Porém, uma recente pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) constatou que em 2020, 66,5% dos brasileiros estavam endividados pela média anual. (RODRIGUES, 2021). O que mostra, que a população brasileira possivelmente carece de conhecimento financeiro para gerir suas finanças. No entanto, finanças pessoais não é apenas sobre sair do endividamento, mas sim sobre como gerenciar os gastos e aplicar os recursos visando o aumento do patrimônio pessoal. (CERBASI, 2019; RICONNECT, 2020).

Os fatos expostos anteriormente, contribuíram para a escolha do tema da pesquisa, dessa forma a pesquisa aborda as finanças pessoais com focos específicos nas áreas de planejamento financeiro, endividamento pessoal e investimentos financeiros.

Ao escolher o tema de pesquisa, é necessário delimitá-lo, buscando focar em um tópico específico dentro do assunto. (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007). Marconi e Lakatos (2017, p. 103) complementam enfatizando que “O processo de delimitação do tema só é dado por concluído quando se faz a limitação geográfica (espacial) e temporal dele, com vistas na realização da pesquisa”.

Dessa forma, esta monografia é delimitada aos acadêmicos da UCS do CAHOR localizado em Canela, RS que possuem entre 18 a 24 anos de idade. A delimitação por uma universidade é derivada de uma matéria publicada por Cubas

(2018) da Universidade Cruzeiro do Sul que cita a estabilidade financeira como um dos benefícios de o indivíduo cursar o ensino superior.

A escolha pelo CAHOR ocorre devido ao fato de não existirem estudos voltado para as finanças pessoais nesse campus. Já a escolha da idade é dada por uma pesquisa realizada pelo SPC (2019a) que constatou que pessoas da faixa etária entre os 18 aos 24 anos de idade não possuem o hábito de controlar suas finanças pessoais.

Existem inúmeros estudos científicos sobre finanças pessoais, porém nenhum voltado especificamente para os acadêmicos da UCS do CAHOR. Diante disso, realizar essa pesquisa é extremamente necessário e importante para a UCS, pois além de tratar-se de um tema atual e relevante, a pesquisa trará informações inéditas sobre as finanças pessoais dos acadêmicos do referido campus, sendo que, posteriormente as informações obtidas podem ser discutidas em trabalhos científicos, visando o aprimoramento da gestão financeira pessoal.

Dessa forma, surge o problema de pesquisa, que para Prodanov e Freitas (2013) é uma dúvida em que a pesquisa vai estar focada, na tentativa de resolver ou descobrir novas teorias sobre respectivo assunto. Köche, (2015) complementa dizendo que o problema de pesquisa define os limites da dúvida, deixando explícito quais variáveis estão envolvidas na investigação e como elas se relacionam, para o autor o problema delimitado é uma pergunta inteligente que contém as possíveis relações de uma possível resposta.

Tendo por base esses conceitos sólidos, o problema que a pesquisa pretende responder é oriundo de uma recente pesquisa realizada pelo SPC (2019a) que revelou que 47% dos jovens entre os 18 aos 24 anos não realizam o controle de suas finanças. Dessa forma, a presente pesquisa surgiu da seguinte dúvida: Qual é o perfil financeiro dos acadêmicos da UCS do CAHOR entre os 18 aos 24 anos?

Com o intuito de responder esta dúvida a monografia possui o objetivo geral e objetivos específicos. Sendo que, o objetivo geral é uma síntese do que se pretende alcançar no decorrer da pesquisa. (PRODANOV; FREITAS, 2013). Estrela (2018) complementa enfatizando que o objetivo geral é uma linha de pesquisa central da qual os objetivos específicos surgem.

Sobre os objetivos específicos, Prodanov e Freitas (2013) acreditam que eles informarão para que os pesquisadores estão propondo a pesquisa, ou seja, quais os resultados que pretendem alcançar e quais as contribuições em que a pesquisa pode

proporcionar. Marconi e Lakatos (2017) acrescentam que os objetivos específicos possuem caráter intermediário entre o objetivo geral e situações particulares geradas a partir dele.

Dessa forma, o objetivo geral da monografia é:

Descrever o perfil financeiro dos acadêmicos da UCS do CAHOR entre os 18 aos 24 anos de idade.

Logo, os objetivos específicos são:

- a) Verificar se os acadêmicos entre os 18 aos 24 anos de idade da UCS do CAHOR realizam planejamento financeiro;
- b) Identificar se os acadêmicos da UCS do CAHOR entre os 18 aos 24 anos de idade estão endividados;
- c) Identificar se os acadêmicos da UCS do CAHOR entre os 18 aos 24 anos de idade investem no mercado financeiro.

Como dito anteriormente, aproximadamente 47% do público alvo da monografia não controla suas finanças, aliado ao fato de que não existem estudos específicos sobre finanças pessoais no CAHOR, se torna imprescindível coletar informações dessa população.

3 FINANÇAS PESSOAIS

Bitencourt (2004) diz que as finanças são uma ciência que estuda como os indivíduos destinam seus recursos ao longo do tempo. Por outro lado, Pires (2007, p. 13) cita que “As finanças pessoais têm por objeto de estudo e análise as condições de financiamento das aquisições de bens e serviços necessários à satisfação das necessidades e desejos individuais”.

Lizote *et al.* (2017) complementam que os estudos em finanças pessoais possuem o objetivo de trabalhar os conceitos financeiros possibilitando a transmissão de conhecimento aos indivíduos, para posterior aplicação em suas tomadas de decisão. Para a Riconnect (2020, não paginado) “Quem não entende de finanças pessoais é refém de um sistema criado para manter as pessoas endividadas e sem capacidade de investimento”.

Diante disso, Pires (2007, p. 16) cita os principais objetivos das finanças pessoais:

As despesas do indivíduo (ou família) sejam sustentadas por recursos obtidos de fontes sobre as quais tenha controle, de modo a garantir a independência de recursos de terceiros, que têm custo e às vezes estão indisponíveis quando mais se precisa deles;

As despesas sejam distribuídas proporcionalmente às receitas ao longo do tempo (em outras palavras, que haja adequada combinação entre consumo e poupança);

Sendo inevitável a utilização de recursos de terceiros, que sejam tomados ao menor custo e pelo menor tempo possíveis (ou seja, que se fuja dos juros mais que o diabo da cruz);

As metas pessoais possam ser atingidas mediante a compatibilização entre o querer (necessidades e, principalmente, desejos) e o poder (capacidade de compra): ou aumentasse o poder ou se reduz o querer, o que requer decisões e ações planejadas;

O patrimônio pessoal cresça ao máximo, ampliando a independência financeira e a necessidade de trabalhar para terceiros ou tomar recursos emprestados para finalidades de consumo.

Dessa forma, organizar as finanças pessoais envolvem uma série de fatores, desde o corte de gastos, até a decisão de investir. (LIZOTE *et al.*, 2017).

Embora finanças pessoais seja uma disciplina ampla, no final, alguns pontos fundamentais convergem para as boas práticas, que levam à construção de riqueza e à sua tranquilidade e da sua família. Desde começar a controlar suas despesas, cortar desperdícios, gastar menos do que ganha e poupar, até o ponto de começar a investir, todas essas atitudes simples dentro das finanças pessoais, levam à tão sonhada independência financeira. (RICONNECT, 2020, não paginado).

Portanto, finanças pessoais é um assunto intimamente ligado com o âmbito financeiro dos cidadãos, sendo imprescindível que os mesmos tenham uma gestão eficiente, que possa os levar a uma vida financeira saudável e próspera, dessa forma é importante que saibam realizar um planejamento financeiros para não contraírem dívidas e investirem. (RICONNECT, 2020).

A partir dessas premissas os próximos capítulos são destinados ao planejamento financeiro, endividamento pessoal e investimentos financeiros. Mas antes disso, é válido esclarecer outros fatores envolvidos no processo da gestão das finanças pessoais, que estão nas próximas seções.

3.1 DINHEIRO

Segundo Harari (2018) por volta de 9.500 a.C a 3.500 a.C, na medida em que os seres humanos deixaram de ser nômades, e se estabeleceram em um só território, iniciou-se o período chamado de Revolução Agrícola, que foi marcado pela produção de insumos através do plantio, para a sobrevivência das famílias, porém no decorrer do desenvolvimento dessa sociedade, esses insumos não foram suficientes para abastecê-las.

A solução encontrada foi o escambo, porém pela dificuldade da mensuração de uma troca justa, nasceu a necessidade de um meio de troca universal, diante disso no decorrer da história da civilização foi usado o cobre, a prata, o ouro e atualmente esse meio é o dinheiro. (HARARI, 2018). Nesse sentido, Maziero (2019, p. 28) simplifica ao dizer que “A base para criação do dinheiro foi o escambo, essa troca tinha como objetivo básico suprir a necessidades dos homens em adquirir o que ainda não possuíam”.

Desde então o dinheiro se tornou a base da economia mundial, e dessa forma, está presente em todos os momentos da vida dos indivíduos. (MAZIERO, 2019). Arcuri (2018) cita que precisamos, gostamos e trabalhamos em troca do dinheiro. Já Kiyosaki e Lechter (2001) acreditam que os indivíduos não devem trabalhar pelo dinheiro, mas sim fazer o dinheiro trabalhar para eles, fato que só é possível através de empreendimentos e investimentos.

Diante disso o dinheiro é um tema constante na vida de toda sociedade. (BUFFON; MELLO, 2020). Nesse sentido, a pesquisa de Moreira e Tamayo (1999)

buscou identificar o significado do dinheiro através de diversos aspectos, dentre os positivos estão o progresso, cultura, estabilidade e prazer, já os aspectos negativos encontrados foram a desigualdade, desapego, conflito e suprimento.

A pesquisa de Barros e Jeunon (2012) de cunho descritiva com abordagem quantitativa teve o propósito de analisar o significado do dinheiro em acadêmicos de Instituições Particulares de Ensino Superior, onde os principais resultados atribuídos ao dinheiro foram a felicidade pessoal, poder e influência social. Dessa forma, percebe-se que o dinheiro representa um sentimento diferente em cada pessoa.

Por fim, a Riconnect (2020, sem paginação) enfatiza que “O dinheiro é parte integrante de nossas vidas, sem o qual não podemos ter acesso a praticamente nada: do básico ao lazer”.

Portanto o dinheiro é uma necessidade, pois praticamente todas as ações que os indivíduos desejam executar exigem recursos financeiros, fato que enaltece a importância de uma gestão financeira eficaz. (BUFFON; MELLO, 2020; KIYOSAKI; LECHTER, 2001).

3.2 CONSUMO

O consumo é subentendido como um meio de aquisição para satisfazer as necessidades humanas, sem que haja soberba por parte do consumidor. (PEREIRA; PEREIRA; CASTRO, 2010). Dessa forma, Harari (2018) comenta que no início da civilização o consumo era destinado apenas para fins de alimentação, sendo um meio de sobrevivência.

Porém os tempos mudaram, e a sociedade mostrou-se uma grande consumidora de todos os tipos de consumo possíveis. (HARARI, 2018). Nesse sentido, para Carvalho, Souza e Fuentes (2017, p. 101) “O consumo mundial de bens e serviços está crescendo, acompanhando o aumento generalizado do desejo cada vez maior de consumir”.

A forma de consumo citada por Harari (2018) mudou completamente ao longo do desenvolvimento da civilização. Nesse sentido, Batista (2015) acredita que a história da civilização consumidora teve seu início por volta da década de 1880 com a Segunda Revolução Industrial, surgindo com o nascimento dos mercados de massa, tendo seu término com o fim da segunda guerra mundial. A principal característica desse período foi “[...] A substituição dos pequenos mercados locais por grandes

mercados nacionais - uma mudança substancial no paradigma do capitalismo”. (BATISTA, 2015, p. 54). Ribeiro e Lara (2016, p. 357) acrescentam que “A manipulação do consumo surge como necessidade capitalista da produção em massa, pois a produção crescente necessita de muitos consumidores”.

Batista (2015) ainda cita que a etapa da sociedade consumidora durou três décadas após o término da segunda guerra mundial, nesse período houve um elevado aumento do poder de compra dos salários, crescimento da produtividade industrial, estratégias de marketing, que influenciaram ainda mais o consumo.

Diante disso, Carvalho, Souza e Fuentes (2013, p. 14) acreditam que “Os hábitos de consumo estão mudando”. Nesse sentido, para Ribeiro e Lara (2016) a ideologia do consumo é responsável pelas alterações das formas de consumo, na medida em que propagandas repassam a sociedade imagens do estilo de vida dos indivíduos.

De acordo com os mesmos “O indivíduo passa a ser o que tem, especificamente é o que consome”. (RIBEIRO; LARA, 2016, p. 356). Silva e Souza (2015) corroboram enfatizando que os indivíduos consomem para se sentirem parte da sociedade, onde são julgados por aquilo que possuem e não por aquilo que são. Dessa forma, para Conte (2007) o consumo é um meio de construção de identidades, onde o indivíduo adquire objetos, transparecendo seus desejos a sociedade.

Diante disso, o Conselho Federal de Administração (CFA) (2015) cita que o conflito de desejos e necessidades, a influência da publicidade e da propaganda e a pressão social são algumas das armadilhas do consumo.

Nesse sentido, sobre as influências na forma de consumo, Conte (2007, p. 101) destaca que: “Os avanços tecnológicos, a criação de mercados, as melhorias nas condições de vida dos operários, associadas à velocidade na produção e venda de novos bens, mudaram a significação do ato de fabricar e comprar”.

Dessa forma o CFA (2015) entende que o consumo é o tema mais básico das finanças pessoais, uma vez que o ato de consumir envolve questões financeiras. Além disso, alertam que o consumo é um dos motores da economia, porém quando é feito de maneira inadequada passa a ser diretamente nocivo para os indivíduos. (CFA, 2015).

3.3 CRÉDITO

Historicamente, o crédito surgiu na Babilônia, Egito e Fenícia em meados do século VI a.c, se intensificou na Idade Média devido a expansão do comércio e no período pós Revolução Industrial passou a ser utilizado como propulsor da economia. (MALUCELLI, 2008).

Conforme Centa (2005) dar crédito a um terceiro é ceder uma parte do próprio patrimônio, a fim de ser recompensado no futuro sob adequada remuneração. A Caixa Econômica Federal (CEF) (2013a, sem paginação) complementa que “A base do crédito é a confiança, pois o dinheiro é emprestado confiando que ele será devolvido”.

Dessa forma, para o CFA (2015, p. 25) “A função do crédito, em um contexto de finanças pessoais, é permitir às pessoas antecipar decisões de consumo quando não têm os recursos financeiros disponíveis imediatamente”.

Sendo assim, Costa (2002) acredita que o crédito é a ferramenta capaz de articular a economia, na medida em que o crescimento econômico e o financiamento das atividades econômicas dependem dele, dessa forma viver a crédito tornou-se um direito fácil. Silva e Souza (2015, p. 6) acrescentam que:

O crédito só trará melhora na situação dos consumidores se concedido com bastante critério. Deve ser analisado se o valor que o consumidor deverá disponibilizar para saldar seu débito não porá em risco outras obrigações financeiras necessárias a sua própria subsistência.

Diante disso, uma pesquisa realizada pelo SPC (2019b) revelou que 38% dos usuários de cartão tiveram limite de crédito ampliado sem nem mesmo solicitar, outras formas de crédito também foram amplificadas, com destaque para o empréstimo e crédito pré-aprovado (34%) aumento do limite de cartão de lojas (28%) e expansão do limite disponível no cheque especial (24%).

Dessa forma, Bueno (2017) destaca que a facilidade ao crédito induz os indivíduos a gastarem de forma equivocada, realizando compras de produtos supérfluos. Portanto o crédito é um dos serviços mais utilizados pelos consumidores, um poderoso instrumento para o desenvolvimento econômico, no entanto se usado de maneira inadequada afeta negativamente a vida dos cidadãos. (ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (ENEF), 2017d).

3.3.1 Vantagens e desvantagens

Tendo em vista que o crédito é uma poderosa ferramenta financeira, depende do indivíduo usá-lo a seu favor ou contra, ou seja, o crédito pode ter efeitos tanto positivos como negativos, sendo que o uso correto proporciona atingir metas financeiras e o incorreto a possível incumbência de dívidas desagradáveis. (CFA, 2015).

Dessa forma a CEF (2013b, não paginado) atribui algumas vantagens e desvantagens do uso de crédito.

Algumas vantagens do crédito:

Antecipar o consumo;

Antecipar os sonhos;

Atender a emergências;

Aproveitar as oportunidades;

Existem, porém, algumas desvantagens que devem ser observadas:

Antecipação do consumo por meio do crédito implica em pagamento de juros;

Risco de endividamento excessivo;

Limite de consumo futuro.

Dessa forma utilizar o crédito é uma importante decisão que deve ser tomada com cautela, em virtude da necessidade pessoal e dos diferentes produtos existentes no mercado. (CEF, 2013b; CFA, 2015).

3.3.2 Principais tipos de crédito

Esta seção possui o objetivo de informar os diferentes produtos de créditos oferecidos no mercado.

3.3.2.1 Cartão de crédito

É o tipo de crédito mais utilizado no mercado, sendo um facilitador para compras a prazo, onde todas as compras são centralizadas numa fatura para serem pagas mensalmente. Para usá-lo normalmente o cliente geralmente paga anuidade para empresa ou para o banco emissor. (CEF, 2013a; SERASA, 2021).

3.3.2.2 Financiamento

O financiamento é uma modalidade de crédito em que o dinheiro está vinculado a um uso específico, de forma que o consumidor não consegue utilizar o dinheiro para outra finalidade, geralmente é usado para compra de um carro ou imóvel. (CFA, 2015; SERASA, 2021).

O Banco Votorantim (BV) (2021, não paginado) destaca que:

O financiamento funciona da seguinte forma: o contratante escolhe o bem a ser adquirido, a instituição financeira faz o pagamento parcial ou integral desse bem e, então, o contratante se obriga a fazer os pagamentos mensais, acrescidos de juros, referentes ao valor pago pela financeira.

Importante destacar que nessa modalidade de crédito o bem adquirido na maioria das vezes, serve como garantia do contrato, de forma que só pode ser vendido ou doado após a sua quitação. (BV, 2021).

3.3.2.3 Empréstimo

É uma das modalidades de crédito mais comuns e acessíveis que se baseia na relação direta entre a instituição financeira e o adquirente do serviço, na prática o cliente vai ao banco e pede um valor a instituição, que analisa o pedido, e decide se disponibiliza ou não o valor solicitado. (BV, 2021).

Vale destacar que o empréstimo é ideal para situações que exigem pouco dinheiro e que possam ser quitadas rapidamente. (SERASA, 2021).

3.3.2.4 Empréstimo consignado

É uma forma de empréstimo em que o valor é descontado diretamente na conta do indivíduo, geralmente possui juros menores devido ao fato do banco possuir mais segurança em relação ao recebimento. (SERASA, 2021).

Dessa forma a CEF (2013a, não paginado) destaca que “É um tipo de crédito que conta com vantagens especiais e melhores condições para funcionários de empresas e órgãos conveniados com o banco, aposentados e pensionistas do INSS”.

3.3.2.4 Cheque especial

O cheque especial de acordo com a CEF (2013a, não paginado) “É um limite disponibilizado na conta corrente, que funciona como uma espécie de empréstimo que o banco oferece de forma automática, para ser utilizado quando o cliente precisar”.

O BV (2021) destaca que essa modalidade de crédito possui a incidência dos juros mais altos do mercado, podendo chegar a 14% ao mês, de forma que só deve ser usado em caso de emergência.

3.3.3 Juros

Um fator importante a ser considerado antes da contratação dos diferentes tipos de crédito são os juros, que variam conforme a finalidade, prazo, riscos e garantias envolvidas durante esse processo. (CEF, 2013b). Segundo o CFA (2015, p. 26) “Juros são o “aluguel” do dinheiro – aquilo que se paga para usar um dinheiro que pertence a outra pessoa ou instituição”.

Os juros estão presentes na vida dos brasileiros, seja na hora de pegar um empréstimo, fazer um investimento ou pagar uma conta em atraso, por isso é importante entendê-los quando se trata de gestão financeira. Eles são expressos em termos percentuais, dessa forma pode-se dizer que os juros são “ao dia”, “ao mês” ou “ao ano”. (CEF, 2013c, CFA, 2015)

Ressalta-se que os juros possuem efeito exponencial e são chamados de juros compostos ou juros sobre juros, dessa forma um uma taxa de juros de 5% ao mês não se torna 60% ao ano (5% vezes 12 meses), mas sim 79,6%. (CFA, 2015).

3.3.4 Inflação

A Inflação é basicamente o aumento contínuo e generalizado dos preços de produtos e serviços na economia, de forma objetiva ela diminui o poder de compra da população na medida em que regula o quanto é possível comprar com a mesma quantia de dinheiro, sendo um dos termômetros mais importantes da economia de um país. (CEF, 2013c).

3.4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Lizote *et al.* (2017) conceituam educação como um processo de ensino e aprendizagem onde o conhecimento é aprofundado. Já o termo financeira está relacionado a maneira como os indivíduos tratam o destino do seu dinheiro, seja para decisões de compra, tomada de empréstimo, compra de seguros dentre outros. (LIZOTE *et al.*, 2017).

Diante disso, Bortoluzzi *et al.* (2015) explicam que a educação financeira é um processo no qual os indivíduos através de informações e aconselhamentos, desenvolvem confiança para tomar as melhores decisões cabíveis sobre conceitos financeiros. Ribeiro e Lara (2016, p. 352) complementam que educação financeira é:

O processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro.

De forma prática, o tema educação financeira está vinculado ao processo de acúmulo e gasto planejado do dinheiro, logo exige da população consciência e consistência através da administração financeira. (CABRAL, 2014; CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2009).

3.4.1 Importância

Para Lizote *et al.* (2017) o valor da educação financeira consiste na inteligência de ler e interpretar números. Nesse sentido, Lucci *et al.* (2006) acreditam que a educação financeira quando feita de maneira correta, é um grande alicerce para os objetivos de vida dos indivíduos, porém quando ela é precária ou inexistente, atrasa ou prejudica o destino dos mesmos.

Segundo a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2005) órgão responsável por incentivar o progresso econômico e o comércio mundial aperfeiçoando políticas públicas em áreas de grande importância para os

cidadãos, a educação financeira é importante aos indivíduos na medida em que auxilia no gerenciamento da renda, e na orientação sobre poupança e investimentos.

Dessa forma Fiori et al. (2017) acreditam que:

A educação financeira é importante para toda a população, pois, por meio dela, disseminam-se os conhecimentos e informações acerca deste assunto, contribuindo para uma significativa melhora na administração das finanças pessoais dos cidadãos. Por isso, é importante a criação de um planejamento orçamentário pessoal para controlar os gastos, evitando, assim, um futuro endividamento.

Diante disso, Lucci et al. (2006) comentam que a falta de educação financeira pode levar os indivíduos a terem seu nome inclusos no SPC, prejudicando principalmente o consumo, e possivelmente a carreira profissional do cidadão.

Portanto, a educação financeira proporciona diversos alcances, dentre eles destaca-se o planejamento financeiro, que induz o cidadão a manter uma saúde financeira próspera e saudável. (FIORI et al., 2017).

3.4.2 Educação financeira no mundo e no Brasil

Tendo em vista a importância da educação financeira, diversos países tem buscado incentivar a sua disseminação. Nesse sentido, a pesquisa de Saito (2007) buscou obter uma visão geral da educação financeira no mundo em comparação com o Brasil. Dentre os países que tiveram destaque estão os Estados Unidos, Reino Unido, Nova Zelândia, e Japão. No Quadro 1 é possível observar uma síntese dos resultados encontrados.

Quadro 1 – Síntese da educação financeira

Ações de educação financeira	Estados Unidos	Reino Unido	Japão	Brasil
Esfera pública	Forte Envolvimento	Forte Envolvimento	Forte Envolvimento	Incipiente
Esfera privada	Forte Envolvimento	Forte Envolvimento	Forte Envolvimento	Incipiente
Terceiro setor	Forte Envolvimento	Forte Envolvimento	Forte Envolvimento	Incipiente
Inserção no sistema de ensino	Inserido em regime obrigatório em vários estados da federação.	Inserido como tema transversal, de forma facultativa	Inserido. Há uma disciplina de Economia Doméstica.	Não há inserção no currículo oficial

Fonte: Adaptado de Saito (2007).

Observa-se que os Estados Unidos trabalham esse tema fortemente, tanto que o seu conteúdo é obrigatório em vários estados, já no Reino Unido o assunto também é trabalhado fortemente, porém no sistema de ensino é abordado de forma facultativa, ao contrário do que acontece no Japão onde existe a disciplina de economia doméstica, que demonstra a preocupação do país com as finanças em âmbito familiar. (SAITO, 2007).

Porém no Brasil, até então não existia nenhum programa de incentivo para a disseminação da educação financeira. (SAITO, 2007). Essa perspectiva mudou em 2010 com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

A Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF – é uma mobilização em torno da promoção de ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no Brasil. O objetivo da ENEF, criada através do Decreto Federal 7.397/2010, e renovada pelo Decreto Federal nº 10.393, de 9 de junho de 2020, é contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes. A nova ENEF reúne representantes de 8 órgãos e entidades governamentais, que juntos integram o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. (ENEF, 2017a).

Dentre os objetivos da ENEF (2017a) estão o fortalecimento da cidadania, a disseminação da educação financeira e previdência, o aumento da eficiência e solidez do sistema financeiro e a promoção da tomada de decisões financeiras conscientes e autônomas.

Para isso, a ENEF (2017b) realizou uma pesquisa visando conhecer o nível de educação financeira da população brasileira, os resultados apontaram que o grau de educação financeira no país é baixo, com destaque para as seguintes informações: 25% dos entrevistados estavam com restrições cadastrais, 44% pediram dinheiro emprestado, 30% pagaram apenas o valor mínimo do cartão de crédito e 40% faziam algum investimento com o dinheiro que sobrava, sendo que desses 78% optaram pela poupança.

Atrelado a essa constatação, a pesquisa *S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey* (Pesquisa Global de Educação Financeira da Divisão de Ratings e Pesquisas da *Standard & Poor's*) uma das mais extensas do mundo, realizada em 2014 que reuniu 144 países, revelou que o Brasil é o 74° no ranking de educação financeira, fato que denota o grande caminho que o país precisa percorrer

para melhorar a educação financeira da população. (CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE GOIÁS, [2015]).

3.4.3 Educação financeira infantil

Silva e Souza (2015) acreditam que a educação financeira deve fazer parte do currículo educacional nas escolas, visto que esse é um tema de suma relevância para a vida, que afeta todas as futuras escolhas do indivíduo. Nesse sentido, Maziero (2019, p. 31) cita que “A educação financeira infantil vem como um organismo de apoio e iniciação para que estas crianças quando adultas venham a lidar bem com dinheiro”.

Cabral (2014) acrescenta que como muitos pais não possuem um conhecimento financeiro ideal para repassarem a seus filhos, a educação financeira deveria ser matéria obrigatória desde o ensino fundamental. Diante disso, Kiyosaki e Lechter (2001) enfatizam que fundamentos financeiros deveriam ser ensinados desde os primeiros anos escolares, visto que este é um fator crucial para os indivíduos que querem ter uma saúde financeira estável.

Fiori et al. (2017) corroboram ao citarem que devido a importância da educação financeira na formação do cidadão, é necessário que na fase anterior, o mesmo tenha tido uma base sólida sobre os conceitos que norteiam esse tema. Para os autores “Da mesma forma que as outras matérias presentes no histórico escolar, são ministradas na sala de aula, a matéria Educação Financeira também deveria sê-lo”. (FIORI et al., 2017, p. 34).

Diante disso, Cerbasi (2004) propõe que os pais disponibilizem recursos aos seus filhos mensalmente, a chamada “mesada”, como um incentivo para que eles entendam e decidam o destino do seu próprio dinheiro, e dessa forma, adquiram responsabilidade econômica. Nesse sentido, Cabral (2014) cita que é importante que as crianças aprendam a trabalhar com o dinheiro desde cedo, para que quando adultos, consigam administrar sua vida financeira com facilidade.

3.5 PERFIL FINANCEIRO

Neste subcapítulo é apresentado o perfil financeiro. Segundo Mosmann (2019, não paginado) “O perfil financeiro é o conjunto de características que cada pessoa possui no momento de lidar com o próprio dinheiro”. Dessa forma, os perfis

podem ser divididos em até cinco grupos que são: devedores, gastadores, desligados, poupadores e investidores.

O perfil devedor remete as pessoas que estão sempre endividadas, por isso geralmente estão recorrendo a empréstimos e contraindo dívidas, nesse perfil os indivíduos normalmente possuem o hábito de gastar acima do que ganham. (MOSMANN, 2019).

Dessa forma, “As pessoas com esse perfil financeiro não vivem uma relação saudável com o dinheiro”. (BANCOBRÁS, 2019, não paginado). Logo possuem inúmeros pontos negativos, que vão desde a indisciplina, pagamento desnecessário de juros e a completa desorientação financeira. (CERBASI, 2020).

O segundo perfil chamado de gastador, é semelhante ao primeiro, porém a grande diferença é que nesse grupo os indivíduos gastam tudo o que ganham, ou seja, suas receitas e despesas se igualam. (MOSMANN, 2019).

“Entre os hábitos mais comuns estão as compras impulsivas e a falta de acompanhamento das finanças”. (BANCOBRÁS, 2019, não paginado). Aliado ao fato de manterem um padrão de vida elevado, que não condiz com suas rendas, os pontos fracos desse grupo são a dependência da estabilidade do emprego e a aversão as contas. (CERBASI, 2020).

Enquanto nos dois primeiros perfis apresentados anteriormente os indivíduos gastam praticamente todos os seus recursos mensais, o perfil desligado é composto por indivíduos que gastam menos do que ganham. (BANCOBRÁS, 2019). Porém essa situação ocorre porventura, pois geralmente essas pessoas evitam pensar em aspectos financeiros. (MOSMANN, 2019).

Sendo que, seus pontos fortes são possíveis folgas financeiras e espaço para diminuir gastos sempre que necessário, por outro lado, possuem dificuldades de definir e atingir objetivos, assim como seguir planos que exigem disciplina. (CERBASI, 2020). Dessa forma, são indivíduos com dificuldade para acumulação de capital. (MOSMANN, 2019).

O quarto perfil é composto por indivíduos poupadores, que por características pensam mais no futuro, de forma que gastam menos do que ganham, guardam dinheiro para imprevistos e buscam por aplicações extremamente seguras. (MOSMANN, 2019).

Por fim, existe o perfil dos investidores, que regularmente aplicam uma parte de sua renda mensal, as principais características desse grupo são a capacidade de

fazer o dinheiro se multiplicar, controle rigoroso sobre seus gastos e o hábito de estudar e acompanhar as novidades do mercado financeiro. (CERBASI, 2020; MOSMANN, 2019).

Algumas das possibilidades de multiplicação do seu capital são através da abertura de um negócio, aplicações financeiras, compra de bens para alugar, entre outros. (BANCOBRÁS, 2019). Logo, seus pontos fortes são a facilidade de criarem e concretizarem planos, assim como uma seleção efetiva de investimentos aliado ao uso consciente do dinheiro, como ponto negativo são apontadas as relações pessoais, uma vez que ficam prejudicadas devido ao excesso de detalhes financeiros que esse grupo geralmente emprega quando o assunto envolve finanças. (CERBASI, 2020).

Portanto, descobrir o perfil financeiro é primordial para aqueles indivíduos que desejam organizar suas finanças em busca de resultados eficientes, e uma melhor qualidade de vida, por isso é importante analisar profundamente a relação dos mesmos com o dinheiro e adotar uma estratégia condizente com seus objetivos. (BANCOBRÁS, 2019).

4 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Para Andres (2010) o planejamento além da ideia de programar e organizar, envolve a determinação de objetivos e metas. Oliveira (1999 apud SANTOS; SILVA, 2014, p. 7) acrescentam que o “Planejamento corresponde a um processo desenvolvido para que uma situação seja alcançada de forma eficaz com adequada alocação de esforços e recursos”.

Diante disso, Leal e Nascimento (2012, p. 163) entendem que “O planejamento financeiro pessoal é um conjunto de instrumentos e técnicas que possibilita à pessoa decidir onde, como e quando alocar os seus recursos”. Mas para Cerbasi (2019) o planejamento financeiro é muito mais amplo do que simplesmente utilizar técnicas para disciplinar gastos e acumular poupança, para o autor é fundamental que o indivíduo compreenda o que é necessário gastar hoje e o que pode ser adiado.

Nesse sentido, a ENEF (2017e) acredita que o planejamento financeiro é a base para decisões que envolvem estratégias de consumo, poupança, investimento, e proteção contra riscos, dessa forma os indivíduos possuem mais chances de atingirem seus objetivos de vida. Para Costa (2019) os objetivos de curto prazo são aqueles que podem ser realizados em até um ano, sendo que, entre um a cinco anos os objetivos são de médio prazo, e acima disso são considerados de longo prazo.

Leal e Nascimento (2012) acrescentam que o planejamento financeiro quando feito de maneira adequada colabora para uma vida financeira estável. Andres (2010) corrobora enfatizando que o planejamento financeiro é o alicerce para alcançar a prosperidade financeira. Segundo o autor “O planejamento será o seu mapa e o seu guia, pois mostrará onde você está, aonde quer chegar e indicará os caminhos a percorrer”. (ANDRES, 2010, p. 15). Em suma, o planejamento financeiro, é um plano financeiro que mostra como os objetivos financeiros serão alcançados no futuro. (SANTOS; SILVA, 2014).

4.1 MODELO DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Nesta seção é apresentado o modelo de planejamento financeiro pessoal elaborado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no intuito de auxiliar a

sociedade na elaboração de um planejamento financeiro, tanto familiar como individual.

4.1.1 Modelo proposto pela CVM

A CVM (2014) criou um guia de planejamento financeiro, que contem seis passos, para ajudar as pessoas e famílias a organizarem sua vida financeira. Sendo que, o primeiro passo é calcular o patrimônio, o segundo registrar receitas e despesas, o terceiro se preparar para emergências, o quarto se planejar para o futuro, o quinto organizar objetivos e sonhos e por último, juntar todos os passos anteriores e fazer um orçamento financeiro. Os passos são detalhados a seguir.

1° Passo – Calcular o patrimônio

Nessa etapa, a intenção é encontrar o patrimônio atual do indivíduo, dessa forma após a conclusão, sabe-se exatamente o montante da riqueza. É importante repetir esse processo pelo menos uma vez por ano, para acompanhar a evolução do patrimônio, sendo fundamental incluir todas as dívidas pessoais. (CVM, 2014).

Primeiramente é necessário calcular o valor dos bens e direitos, que podem ser bens de uso pessoal, como: residência, automóveis, e conta corrente bancária, ou bens de investimentos, tais como: reservas para emergências, imóveis, ações entre outros. (CVM, 2014).

Após calculado o valor dos bens e direitos, apuram-se as obrigações, estas podem ser para uso pessoal (como financiamento imobiliário ou automobilístico, cartão de crédito, cheques pré-datados e crédito pessoal) ou para investimentos (como empréstimo ou financiamento para investimentos, ações emprestadas, entre outros). (CVM, 2014).

A CVM (2014) destaca que o balanço patrimonial pessoal permite visualizar de que forma os bens e dívidas estão distribuídos, assim como é possível observar a evolução patrimonial do indivíduo ao longo do tempo.

O modelo de balanço patrimonial proposto pela CVM com o objetivo de calcular o patrimônio pessoal encontra-se na Tabela 1:

Tabela 1 – Calculando o patrimônio pessoal

BALANÇO PATRIMONIAL PESSOAL					
BENS E DIREITOS	Ano 01	Ano 02	Ano 03	Ano 04	Ano 05
Bens de uso pessoal					
Residência principal	R\$ -				
Residência secundária	R\$ -				
Automóvel 1	R\$ -				
Automóvel 2	R\$ -				
Outros bens de uso pessoal	R\$ -				
Conta Corrente Bancária	R\$ -				
Bens de Investimento					
Reserva para emergências	R\$ -				
Reserva para aposentadoria	R\$ -				
Outras Reservas	R\$ -				
Ações	R\$ -				
Outros Investimentos	R\$ -				
Imóveis	R\$ -				
Bens de Negócios	R\$ -				
Total Bens e Direitos	R\$ -				
OBRIGAÇÕES	Ano 01	Ano 02	Ano 03	Ano 04	Ano 05
Uso Pessoal					
Financiamento Imobiliário	R\$ -				
Financiamanento Automóvel	R\$ -				
Outros Financiamentos/Empréstimos	R\$ -				
Cartão de Crédito	R\$ -				
Cheques pré-datados	R\$ -				
Crédito Pessoal	R\$ -				
Investimentos					
Financiamento para investimentos	R\$ -				
Ações Empréstadas	R\$ -				
Margem	R\$ -				
Empréstimos para investimentos	R\$ -				
Total Obrigações	R\$ -				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ -				

Fonte: CVM (2014, p. 4).

2º Passo – Registre suas receitas e despesas

Esse passo consiste em descobrir se o indivíduo está vivendo de acordo com as suas condições financeiras, ou se está extrapolando e gastando mais do que ganha. (CVM, 2014). Para isso, na Tabela 2 é apresentado o modelo de controle de receitas e despesas.

A CVM (2014) ressalta que é importante que o indivíduo verifique se está em situação superavitária ou deficitária, no passo que a primeira indica a sobra de recursos (despesa menor que receita) a segunda indica que o mesmo está vivendo acima de suas condições financeiras (despesa maior que receita).

Tabela 2 – Registrando receitas e despesas

RECEITAS E DESPESAS			
RECEITAS			
	Valor Mensal		Valor Anual
Remuneração		R\$	-
Aluguéis	R\$	-	R\$ -
Receitas de Investimentos	R\$	-	R\$ -
Lucros e Dividendos	R\$	-	R\$ -
Outras Receitas	R\$	-	R\$ -
Total Receitas	R\$	-	R\$ -
DESPESAS			
	Valor Mensal		Valor Anual
Reserva Financeira			
Reservas para Emergências	R\$	-	R\$ -
Reserva para Aposentadoria	R\$	-	R\$ -
Reservas para Conquistas	R\$	-	R\$ -
Outras reservas	R\$	-	R\$ -
Outros Investimentos	R\$	-	R\$ -
Moradia			
Financiamento ou Aluguel	R\$	-	R\$ -
Condomínio	R\$	-	R\$ -
IPTU	R\$	-	R\$ -
Gás	R\$	-	R\$ -
Luz	R\$	-	R\$ -
Supermercado	R\$	-	R\$ -
Lavanderia	R\$	-	R\$ -
Empregada	R\$	-	R\$ -
Utensílios domésticos	R\$	-	R\$ -
Serviços de Manutenção	R\$	-	R\$ -
Tecnologia e Informática			
Telefone / Internet / TV	R\$	-	R\$ -
Celular	R\$	-	R\$ -
Suprimentos de informática	R\$	-	R\$ -
Automóvel			
Financiamento Veículo	R\$	-	R\$ -
Combustível	R\$	-	R\$ -
Estacionamento / Pedágio	R\$	-	R\$ -
Seguro Veículo	R\$	-	R\$ -
IPVA / Licenciamento	R\$	-	R\$ -
Transporte			
Taxi	R\$	-	R\$ -
Ônibus / Trem / Metrô	R\$	-	R\$ -
Saúde			
Seguro saúde	R\$	-	R\$ -
Academia	R\$	-	R\$ -
Médicos / Dentista	R\$	-	R\$ -
Farmácia	R\$	-	R\$ -
Gastos Pessoais			
Salão e Cabeleleiro	R\$	-	R\$ -
Vestuário (roupas, sapatos)	R\$	-	R\$ -
Presentes	R\$	-	R\$ -
Entretenimento			
Bares e Restaurantes	R\$	-	R\$ -
Cinema/ Teatro / Shows	R\$	-	R\$ -
Fim de Semana	R\$	-	R\$ -
Viagens	R\$	-	R\$ -
Educação			
Cursos	R\$	-	R\$ -
Livros	R\$	-	R\$ -
Jornais / Revistas	R\$	-	R\$ -
Escola / Material Escolar	R\$	-	R\$ -
Total Despesas	R\$	-	R\$ -
TOTAL GERAL	R\$	-	R\$ -

Fonte: CVM (2014, p. 6).

3° Passo – Prepare-se para emergências

O terceiro passo da CVM (2014) consiste em montar uma reserva de emergência. A reserva é uma forma de se precaver de situações inesperadas, como: perda de emprego, gastos adicionais de saúde que não são cobertos pelo plano ou até mesmo um problema mecânico no carro. (CVM, 2014).

Para fins de cálculo, sugere-se que a reserva contenha um saldo suficiente para cobrir um período de 6 a 12 meses do custo de vida do indivíduo, sendo que, o valor de obrigações financeiras adquiridas como empréstimos e financiamentos também são considerados para a sua formação. (CVM, 2014).

Por fim, a CVM (2014) recomenda que a reserva de emergência esteja atrelada em um investimento de baixo risco, com alta liquidez, ou seja, que possa ser resgatado facilmente caso haja necessidade.

4° Passo – Planeje-se para o futuro

De acordo com a CVM (2014, p. 11):

Quando chega o dia da aposentadoria, temos que estar preparados para manter nosso padrão de vida. Por mais que as pessoas desejem continuar trabalhando, a capacidade de geração de rendimento e a disposição ao trabalho diminuem com o passar do tempo. O objetivo desse passo é guiar para que esta fase da vida seja bem programada.

Nesse passo, a CVM (2014) recomenda que o indivíduo parta do seu fluxo de caixa atual e retire despesas que não serão necessárias na futura aposentadoria, porém deve-se acrescentar uma margem para despesas com saúde, tendo em vista que nessa fase seus gastos tendem a aumentar.

Após a conclusão do fluxo de caixa, é necessário verificar se a renda que se pretende ter na aposentadoria será suficiente para cobrir todas as despesas, caso não seja, é recomendado calcular qual a renda complementar mensal necessária para cobrir as despesas dessa fase da vida. (CVM, 2014).

5° Passo – Organize seus objetivos e sonhos

Segundo a CVM (2014) todas as pessoas possuem objetivos e sonhos que pretendem realizar algum dia, e geralmente exigem recursos financeiros para se concretizarem, como exemplo podem ser citados a compra de carros, imóveis e viagens.

É imperativo listar os objetivos de acordo com o prazo, que podem ser de curto, médio ou longo prazo. Tais objetivos são exemplificados na Tabela 3:

Tabela 3 – Sonhos e objetivos

SONHOS E OBJETIVOS				
	Prazo (meses)	Valor Estimado		Reserva Mensal
Curto Prazo				
Móveis e Eletrodomésticos	R\$	-	R\$	-
Pequenas Reformas	R\$	-	R\$	-
Viagens	R\$	-	R\$	-
Outros objetivos de curto prazo	R\$	-	R\$	-
Médio Prazo				
Automóvel	R\$	-	R\$	-
Reformas de imóvel	R\$	-	R\$	-
Outros objetivos de médio prazo	R\$	-	R\$	-
Longo Prazo				
Apartamento	R\$	-	R\$	-
Negócio Próprio	R\$	-	R\$	-
Faculdade do Filho	R\$	-	R\$	-
Outros objetivos de longo prazo	R\$	-	R\$	-

Fonte: CVM (2014, p. 6).

Após o conhecimento dos objetivos pessoais, é preciso saber qual o seu valor estimado no futuro (considerando a inflação), e o prazo (em meses) definido para atingi-lo, ao fazer isso basta dividir o valor estimado pelo prazo, e a reserva mensal necessária para concretizar esse sonho ou objetivo é descoberta. (CVM, 2014).

A CVM (2014) ressalta ainda que é importante estipular prazos realistas, para que as reservas financeiras mensais caibam no orçamento, em caso negativo é indicado rever as prioridades assim como os prazos estabelecidos.

6° Passo – Junte todas as peças

Inicialmente foi feito o balanço patrimonial, em seguida o fluxo de caixa com o objetivo de registrar todas as receitas e despesas do indivíduo, feito isso foi recomendado a criação de uma reserva de emergência, reservas para a aposentadoria e por fim, o planejamento para realizar sonhos e objetivos. (CVM, 2014).

Esta etapa consiste em juntar todas as etapas anteriores para montar o planejamento financeiro, dessa forma estimando as receitas e despesas para um período futuro. Segundo a CVM (2014, p. 14):

Registre os diferentes tipos de receitas e despesas que sua família tem ou pretende ter, assim como as reservas financeiras que planeja incluir em seu orçamento, conforme estimado nos passos anteriores.

Estipule um prazo para o seu planejamento. Cinco anos, dez anos, trinta anos. Essa decisão vai depender da idade e pode ser interessante considerar o tempo para aposentadoria.

Preencha os campos com as estimativas de renda, despesas e reservas levantadas nos passos anteriores. Analise o resultado das receitas menos as despesas.

Agora é hora de tomar decisões. Elimine despesas, ajuste outras, dê prioridades aos seus objetivos e, então, defina no orçamento as metas que pretende buscar nos próximos anos.

Acompanhe periodicamente o seu orçamento, registrando as suas receitas e despesas e comparando com o que você havia previsto. Sempre que necessário, faça os ajustes necessários para se manter dentro do previsto.

Diante disso, no Quadro 2 é sintetizado os passos para a realização do planejamento financeiro.

Quadro 2 – Síntese de um planejamento financeiro

Passos	Atividade
1º Passo – Calcular o patrimônio	Registrar todos os bens pessoais, assim como todas as obrigações.
2º Passo – Registre suas receitas e despesas	Registrar todas as receitas e despesas.
3º Passo – Prepare-se para emergências	Montar uma reserva de emergência que cubra todas as despesas pelo prazo mínimo de 6 meses.
4º Passo – Planeje-se para o futuro	Verificar se as receitas vão cobrir as despesas dessa fase de vida, em caso negativo, descobrir qual a renda mensal necessária para cobri-la.
5º Passo – Organize seus objetivos e sonhos	Definir objetivos pessoais de acordo com o prazo, valor estimado dos itens no futuro, e a quantia mensal reservada para essa concretização.
6º Passo – Junte todas as peças	Elaborar o orçamento financeiro. Confrontar valor orçado x realizado.

Fonte: Adaptado de CVM (2014).

Portanto, executando todos esses passos os indivíduos terão o alicerce necessário para conseguir uma vida financeira próspera, possuindo uma reserva de emergência para situações inesperadas, um plano para a aposentadoria e uma quantia mensal destinada aos seus sonhos, confrontando os valores orçados com os realizados, e corrigindo seu percurso sempre que necessário, seus objetivos possivelmente serão alcançados. (CVM, 2014).

O modelo de orçamento doméstico está disponível na Tabela 4:

Tabela 4 – Modelo de orçamento financeiro

ORÇAMENTO DOMÉSTICO						
RECEITAS	Jan (...)		Resumo Anual			
	Orçado	Realizado	Orçado	Realizado		
Remuneração	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Aluguéis	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Receitas de Investimentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Lucros e Dividendos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Outras Receitas	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Total Receitas	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
DESPESAS	Orçado	Realizado	Orçado	Realizado		
Reserva Financeira						
Reservas para Emergências	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Reserva para Aposentadoria	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Reservas para Conquistas	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Outras reservas	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Outros Investimentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Moradia						
Financiamento ou Aluguel	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Condomínio	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
IPTU	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Gás	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Luz	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Supermercado	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Lavanderia	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Empregada	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Serviços de Manutenção	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Tecnologia e Informática						
Telefone / Internet / TV	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Celular	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Suprimentos de informática	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Automóvel						
Financiamento Veículo	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Combustível	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Estacionamento / Pedágio	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Seguro Veículo	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
IPVA / Licenciamento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Transporte						
Taxi	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Ônibus / Trem / Metrô	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Saúde						
Seguro saúde	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Academia	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Médicos / Dentista	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Farmácia	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Gastos Pessoais						
Salão e Cabeleleiro	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Vestuário (roupas, sapatos)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Presentes	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Entretenimento						
Bares e Restaurantes	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Cinema/ Teatro / Shows	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Fim de Semana	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Viagens	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Educação						
Cursos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Livros	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Jornais / Revistas	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Escola / Material Escolar	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Total Despesas	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
TOTAL GERAL	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		

Fonte: CVM (2014, p. 14).

4.2 ASPECTOS RELEVANTES DURANTE O ORÇAMENTO FINANCEIRO

Para que seja possível realizar um planejamento financeiro para alcançar os objetivos pessoais, é imprescindível o uso de um orçamento financeiro. (CVM, 2014). Diante disso, fica a dúvida: o que é um orçamento financeiro?

Nesse sentido, o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) responsável por promover a educação financeira e previdenciária da população, afirma que o orçamento financeiro é um instrumento feito com o intuito de facilitar o controle sobre a vida financeira, visando o alcance dos objetivos de vida traçados pelo indivíduo. (CONEF, 2013).

Dessa forma, o orçamento financeiro permite prever o futuro financeiro, tanto no curto, médio e longo prazo. (NIGRO, 2018). Nesse sentido, a CONEF (2013, p. 34) destaca que “Ao elaborar um orçamento, você precisa prever o dinheiro que vai entrar e o que vai sair. A melhor forma de fazer essa previsão é se basear na sua experiência do passado, combinando-a com suas expectativas para o futuro”.

Bitencourt (2004) simplifica ao afirmar que orçamento “É uma expressão quantitativa das entradas e saídas de dinheiro”. Schenini e Bonavita (2004) complementam que realizar um orçamento financeiro proporciona resultados compensadores em prol dos objetivos financeiros e de vida de todo cidadão.

4.2.1 Controle

Para que o orçamento financeiro seja realizado com êxito é necessário controlar os gastos, registrando todas as receitas e despesas. (CVM, 2014). Nesse sentido, a Serasa Experian (2018) recomenda que o indivíduo que deseja alcançar estabilidade financeira, precisa fazer o uso eficiente de uma planilha de orçamento doméstico, sem ignorar nenhuma receita e despesa, por menor que seja.

Diante disso, a CONEF (2013) afirma que caso as contas não fechem, é necessário escolher entre gastar menos ou ganhar mais, ou até mesmo as duas em conjunto, sendo que, normalmente é mais fácil começar revendo as despesas, desde que seja feito de maneira clara e planejada.

Percebe-se que o controle de gastos é muito importante para o orçamento financeiro, pois sem ele, não é possível saber o nível que estão as despesas em relação as receitas. Toledo (2010) alerta para que o indivíduo não gaste por

antecipação, mas para que o mesmo planeje um investimento a título de reserva financeira, administrando suas finanças com racionalidade e cautela.

Nesse sentido, Cabral (2014, p. 128) afirma que “Na realidade, não é quanto dinheiro se ganha que faz a diferença, mas quanto dinheiro se guarda ou, ainda, quanto o dinheiro trabalha aumentando-o, e por quantas gerações ele se manterá”.

Cerbasi (2004, p. 73) corrobora ao afirmar que:

O primeiro passo para a independência financeira é gastar menos do que se ganha, controlando o orçamento doméstico. A seguir, traçar um plano que defina quanto poupar por mês e durante quanto tempo, para chegar a renda que vocês pretendem ter [...].

Ou seja, não importa se a renda do indivíduo é considerada alta, pois caso o mesmo mantenha um padrão de vida elevadíssimo e tenha despesas em igual dimensão, no máximo ficará empatado financeiramente, dessa forma consumindo todos os proventos para cobrir as obrigações adquiridas. (CABRAL, 2014; CERBASI, 2004).

4.2.2 Receitas

Para a realização de um orçamento financeiro adequado, é necessário identificar receitas e despesas. (CVM, 2014). Nesse sentido, primeiramente se faz necessário conhecer o que é uma receita e suas classificações.

Andres (2010, p.26) acredita que “Receita é a entrada monetária que ocorre em uma entidade ou patrimônio, em geral sob a forma de dinheiro ou de créditos representativos de direito”. O autor entende que a mesma analogia é concebida quando se trata de receita pessoal, ou seja, para os indivíduos a receita é a entrada de valores recebidos por exemplo, como salário e gratificações. (ANDRES, 2010).

Como acontece nas empresas privadas, existem as receitas fixas e variáveis. Sendo que, as receitas fixas são aquelas presentes constantemente no orçamento, possuem a característica de serem estáveis, pois seus valores não variam em curto prazo. Alguns exemplos de receitas fixas são: salários, bolsas de auxílio, recebimento de aluguéis, pensões e aposentadorias. (CONEF, 2013).

Já as receitas variáveis são aquelas em que o valor recebido é inconstante ou imprevisível, sendo que elas podem ser: variáveis previsíveis ou inesperadas. (CONEF, 2013).

Alguns exemplos de receitas variáveis previsíveis são: comissão de vendas, gorjetas, palestras remuneradas, serviços extras nas horas vagas. Já as receitas variáveis e inesperadas são derivadas por exemplo, de heranças e prêmios de loteria onde a principal característica é a grande imprevisibilidade de recebê-la. (CONEF, 2013).

4.2.3 Despesas

A contrapartida das receitas são as despesas, nesse sentido Andres (2010) conceitua as despesas como sacrifícios feitos para a concretização de objetivos como a compra de um produto ou serviço.

As despesas ainda podem ser classificadas em fixas, variáveis, eventuais ou extraordinárias. As despesas fixas geralmente são despesas necessárias, desta forma possuem presença constante no orçamento, sendo que, seus valores não costumam sofrer alterações por no mínimo um ano, alguns exemplos são: aluguel, prestação de financiamento imobiliário, mensalidade escolar, condomínio, entre outros. (ANDRES, 2010; CONEF, 2013).

Já as despesas variáveis, como nas despesas fixas possuem presença constante durante o tempo, porém seus valores não são fixos, variando todo mês conforme o uso e consumo, exemplos: energia elétrica, alimentação, combustível, cartão de crédito, entre outros. (ANDRES, 2010; CONEF, 2013).

Andres (2010) ainda ressalta que é muito importante que o indivíduo tente reduzir o máximo esse grupo de despesas, pois ao reduzir uma pequena parcela dessas contas, é possível iniciar um programa de investimentos.

Por fim, o terceiro grupo são as chamadas despesas eventuais ou extraordinárias, ao contrário dos grupos anteriores, essas despesas são inconstantes no orçamento, dessa forma podem ocorrer eventualmente, como exemplo podem ser citados: impostos, conserto de aparelhos eletrônicos, compra para presentes. (CONEF, 2013).

Logo, percebe-se que caso as despesas ocorram de modo sazonal elas são eventuais também chamadas de extraordinárias, e caso ocorram de modo constante,

são fixas ou variáveis, fixas quando os valores não mudam conforme o tempo e variáveis quando apresentam o comportamento oposto. (ANDRES, 2010; CONEF, 2013).

4.2.4 Etapas do orçamento financeiro

Após conhecido todos os requisitos para conseguir realizar um orçamento financeiro fidedigno, e desta forma possuir um planejamento financeiro que leve os indivíduos a atingirem seus objetivos financeiros rumo a independência financeira, é necessário a realização de quatro etapas, que segundo Andres (2010) são: elaboração, implementação, análise e acompanhamento.

4.2.4.1 Elaboração

A primeira etapa chamada elaboração, deve começar a partir de uma reflexão sobre o que o indivíduo deseja que aconteça financeiramente em sua vida, na próxima semana, mês ou ano. (ANDRES, 2010). A CONEF (2013, p. 17) complementa que “Em termos de orçamento, para poder escolher bem, você precisa saber onde está, levantar seus gastos e saber aonde quer chegar, estabelecer suas metas”.

O segundo passo é confrontar as reflexões com a sua realidade a partir da identificação de prioridades, Andres (2010) diz que geralmente é constatado uma grande diferença financeira entre o que o indivíduo deseja e o que ele possui economicamente. Segundo o autor “Como o dinheiro não é suficiente para concretizar os sonhos de todos, é preciso estabelecer prioridades”. (ANDRES, 2010, p. 21)

O próximo passo é estabelecer os objetivos, “Traçar objetivos é saber aonde se quer chegar, o que se pretende alcançar e em quanto tempo”. (ANDRES, 2010, p. 21). A CONEF (2013) destaca que é importante que os objetivos estejam claros, e que o indivíduo possua as informações necessárias para decidir.

O terceiro passo é montar a planilha de orçamento, a partir do registro de entradas e saídas. Sendo essencial que a planilha esteja organizada, visto a sua importância. (ANDRES, 2010). Nessa planilha é feito o levantamento de todas as receitas e despesas, para que seja compreendido o destino do dinheiro. (CONEF, 2013).

4.2.4.2 Implementação

A segunda etapa implementação, é a fase que segue as diretrizes estipuladas na etapa anterior. (ANDRES, 2010). A CONEF (2013) acrescenta que é nesta fase que as receitas e despesas são classificadas.

Nesse sentido, Schenini e Bonavita (2004, p. 82) dizem que:

Na implementação do planejamento do orçamento, você passará a conhecer melhor todos os detalhes de seus rendimentos e despesas. Vai aprender a administrar os recursos e, conseqüentemente, a poupar.

Portanto, a implementação consiste em seguir os objetivos propostos na fase de elaboração, assim como classificar as receitas e despesas, para que se tenha uma visão geral da saúde financeira. (ANDRES, 2010; CONEF, 2013; SCHENINI; BONAVIDA, 2004).

4.2.4.3 Análise

A terceira etapa “Consiste em avaliar os resultados das etapas anteriores para ver se esse é o caminho correto para atingir os objetivos traçados”. (ANDRES, 2010, p. 23). A CONEF (2013) acrescenta que é necessário analisar como estão evoluindo as receitas e despesas, tanto as fixas como as variáveis.

Nesse sentido, é necessário analisar o orçamento mensal, diante disso Andres (2010, p. 24) acrescenta três passos para alcançar esse objetivo:

- a) examinar com atenção como gasta seu dinheiro: verificar a possibilidade de diminuir algumas despesas buscando outras alternativas;
- b) assumir a responsabilidade de que você é a causa de tudo que se relaciona com dinheiro: o controle está nas suas mãos, bastando você se direcionar para os objetivos e cuidando para não cair nas armadilhas do consumo exagerado;
- c) o uso do orçamento mensal lhe permitirá viver em abundância dentro de seus recursos: se você tiver anotado tudo que entre e sai do seu bolso e da sua família, terá praticidade em avaliar seu patrimônio familiar.

Sendo assim, na fase de análise o indivíduo avalia se os resultados obtidos dos passos anteriores, estão indo de acordo com os objetivos previstos.

4.2.4.4 Acompanhamento

Segundo a CONEF (2013, p. 19) para acompanhar o orçamento financeiro é necessário “Comparar as receitas e despesas, verificando se seu orçamento está equilibrado ou não”.

Andres (2010) corrobora ao afirmar que o acompanhamento serve como uma espécie de monitoramento do planejamento financeiro previsto e o realizado, para que caso seja encontrada alguma divergência, a mesma seja resolvida no menor tempo possível. (ANDRES, 2010).

Por fim, Andres (2010, p. 22) afirma que “Com a adoção desses procedimentos, rapidamente se terá elaborado um orçamento doméstico confiável para fundamentar o planejamento”.

Diante disso, observa-se que o orçamento financeiro é um efeito cascata, onde um erro nas primeiras fases compromete toda a estrutura orçamentaria, por isso é necessário ser sincero consigo mesmo, rever receitas e principalmente as despesas, para conseguir extrair o máximo possível de informações que ajudem a atingir as metas estabelecidas. (ANDRES, 2010).

4.3 PESQUISAS SOBRE PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Até aqui foi apresentado um modelo de planejamento financeiro assim como os principais aspectos para realização de um orçamento pessoal, esta seção é destinada a pesquisas que se mostraram pertinentes para o desenvolvimento desta monografia sob o ponto de vista do planejamento financeiro.

Neste sentido, a pesquisa de Vieira (2014) com o objetivo de verificar a relação entre endividamento e falta de planejamento financeiro pessoal onde o público alvo foi um grupo de acadêmicos da sétima fase de uma universidade do município de Criciúma SC, revelou que 50% dos entrevistados não praticavam um planejamento financeiro formalizado, enquanto 30% declararam praticar, sendo que os 20% restantes afirmaram que possuíam um planejamento financeiro até certo ponto.

A pesquisa ainda apontou que 48% dos entrevistados sempre tinham problemas com o orçamento mensal, enquanto 34% ocasionalmente apresentaram problemas, 11% raramente e somente 7% afirmaram que nunca tinham problemas durante o orçamento mensal. (VIEIRA, 2014).

Outra pesquisa relevante para esta monografia foi feita por Braido (2014) que teve como finalidade identificar de que forma os acadêmicos da área de gestão de uma Instituição de Ensino Superior do Rio Grande do Sul realizavam seu planejamento financeiro pessoal.

Sendo que, os resultados mostraram que 47% dos participantes monitoravam seus gastos através de papel, 46% por meio de planilhas eletrônicas, enquanto 3% usavam softwares específicos e 2% por via de aplicativos do celular, outro ponto relevante foi que 46% dos entrevistados afirmaram a falta de tempo como um dos motivos para não monitorar gastos, enquanto 19% não consideravam necessário, e 16% não tinham interesse. (BRAIDO, 2014).

Portanto, observa-se que apesar do planejamento financeiro ser uma importante ferramenta para atingir metas e objetivos pessoais envolvendo questões financeiras, os estudos citados anteriormente evidenciaram que apesar da seriedade deste tema, alunos de instituições de ensino superior apresentaram problemas e dificuldades para elaboração de um planejamento financeiro, sendo que, alguns relatam sequer não possuir um planejamento. (BRAIDO, 2014; VIEIRA, 2014).

5 ENDIVIDAMENTO PESSOAL

Para Ferreira (2006) o endividamento é originado do verbo endividar e significa contrair dívidas. Segundo Silva e Souza (2015, p. 4) “Quando uma pessoa pega emprestado recursos financeiros para adquirir um bem, ele está se endividando”.

Carvalho, Sousa e Fuentes (2017) corroboram ao ver o endividamento como a existência de uma obrigação que será quitada após o pagamento, onde a principal característica é o consumo antecipado. Logo o endividado “É apenas aquela pessoa que comprou algo antes da data de pagamento”. (FIORI *et al.*, 2017, p. 33).

Um sinônimo de endividado encontrado na literatura é a inadimplência, que ocorre quando existe um excesso de dívidas, onde o indivíduo não consegue pagar um compromisso financeiro até a data de vencimento do mesmo. (SILVA; SOUZA, 2015). Para Houaiss (2004, p. 406), a palavra inadimplência significa “O não cumprimento de uma obrigação”.

Portanto, percebe-se que o endividamento é oriundo do consumo antecipado ao pagamento da dívida, já o endividado ou inadimplente é o indivíduo que não consegue honrar com suas dívidas. Tratando-se de endividamento pessoal, o indivíduo que não possui uma gestão financeira adequada, pode acabar comprometendo não apenas a sua renda, mas toda a renda familiar. (CARVALHO; SOUSA; FUENTES, 2017; FERREIRA, 2006; SILVA; SOUZA, 2015).

5.1 TIPOS DE ENDIVIDAMENTO

Sobre o endividamento, existem maneiras de classificá-lo, nesse sentido:

O endividado ativo é aquele indivíduo que contrai dívidas constantemente (INFOMONEY, 2010). Fiori et al. (2017, p. 34) corroboram ao enfatizar que o endividado ativo é aquele “Que não se controla ao realizar uma compra, independente da situação financeira, e independente, também, se está precisando ou não”. Dessa maneira, o endividado ativo é aquele que sempre está contraindo dívidas, independente da necessidade de possuí-la.

A segunda categoria é o sobre-endividado ou superendividado. Para Ribeiro e Lara (2016) o cidadão superendividado ocorre quando o indivíduo não possui recursos suficientes para quitar suas dívidas. Fiori et al. (2017) acrescentam que o cidadão reconhece que possui dívidas, mas caso apareça uma oportunidade de

compra, o mesmo busca maneiras de concretizá-la. Ou seja, o sobre-endividado (ou superendividado) possui as mesmas características do endividado ativo (constante disposição para dívidas sem necessidade) porém, o diferencial é que este não possui condições financeiras para quitar seus débitos.

Por último existe também o endividado passivo, que segundo a Infomoney (2010, não paginado) “Este é o endividado que realmente passou por um imprevisto, seja ele doença, acidente, desemprego, morte ou separação”. Portanto, o endividado passivo se difere dos outros dois na medida em que, o motivo gerador do endividamento é um imprevisto, e não uma opção do indivíduo.

Desta forma, conhecendo os tipos de endividamento é possível traçar um possível perfil do endividado tendo em vista que cada tipo de endividamento possui uma peculiaridade.

5.2 ENDIVIDAMENTO PESSOAL NO BRASIL

O endividamento familiar no Brasil sempre existiu, porém, pesquisas nacionais com este foco começaram a ser desenvolvidas a pouco mais de uma década. A primeira pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens Serviços e Turismo (PEIC-Nacional), foi realizada em 2010. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS SERVIÇOS E TURISMO, 2010). A seguir serão expostas as informações anuais de 2015 até 2020, sobre o percentual de famílias endividadas, famílias com contas em atraso, e famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso em nível nacional, as informações são vistas na Tabela 5:

Tabela 5 – Endividamento das famílias brasileiras

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
PEIC (Percentual do total) – Média anual						
Famílias endividadas	61,1%	60,2%	60,8%	60,3%	63,6%	66,5%
Famílias com conta em atraso	20,9%	24,2%	25,4%	24,0%	24,0%	25,5%
Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso	7,7%	9,2%	10,2%	9,7%	9,6%	11,0%

Fonte: Pesquisa Anual CNC (2020, p. 1).

Percebe-se na Tabela 5 que a média anual de famílias endividadas, com contas em atraso e sem condições de pagar as dívidas em atraso, cresceu

significativamente nos últimos 6 anos, onde a média de famílias endividadadas passou de 61,1% em 2015 para 66,5% em 2020.

Sendo que, a média de famílias com contas em atraso foi de 20,9% para 25,5% no mesmo período, e a média de famílias que não possuíam condições de pagar as dívidas alcançou a máxima em 2020 atingindo 11% da população enquanto esse resultado era de 7,7% no ano de 2015.

As pesquisas da CNC constataram os principais tipos de dívidas de 2010 até 2020, conforme a Tabela 6:

Tabela 6 – Tipos de dívidas entre 2010 e 2020

Tipo de Dívida	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Cartão de crédito	70,9%	72,7%	73,6%	75,2%	75,3%	76,1%	77,1%	76,7%	76,9%	78,7%	78,0%
Cheque especial	8,3%	6,8%	6,2%	6,2%	5,6%	5,2%	7,2%	6,7%	5,8%	5,9%	5,9%
Cheque pré-datado	4,0%	3,0%	2,7%	2,2%	1,8%	1,7%	1,7%	1,4%	1,1%	1,1%	0,9%
Crédito consignado	3,9%	3,9%	4,0%	5,2%	4,7%	4,6%	5,4%	5,6%	5,6%	5,5%	6,6%
Crédito pessoal	11,3%	10,8%	11,3%	10,5%	9,5%	9,0%	10,3%	10,3%	9,4%	8,2%	8,5%
Carnês	25,0%	22,0%	19,8%	18,7%	17,0%	16,9%	15,4%	15,7%	15,4%	15,3%	16,8%
Financiamento de carro	10,3%	10,0%	11,5%	12,2%	13,8%	13,7%	11,2%	10,2%	10,5%	9,9%	10,7%
Financiamento de casa	3,2%	3,5%	4,5%	6,1%	7,8%	8,3%	7,9%	8,2%	8,7%	8,7%	9,5%
Outras dívidas	2,5%	3,1%	2,2%	2,5%	2,3%	2,2%	2,4%	2,6%	3,0%	2,4%	2,2%
Não sabe	0,2%	0,2%	0,3%	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%
Não respondeu	0,3%	0,5%	0,3%	0,3%	0,3%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%

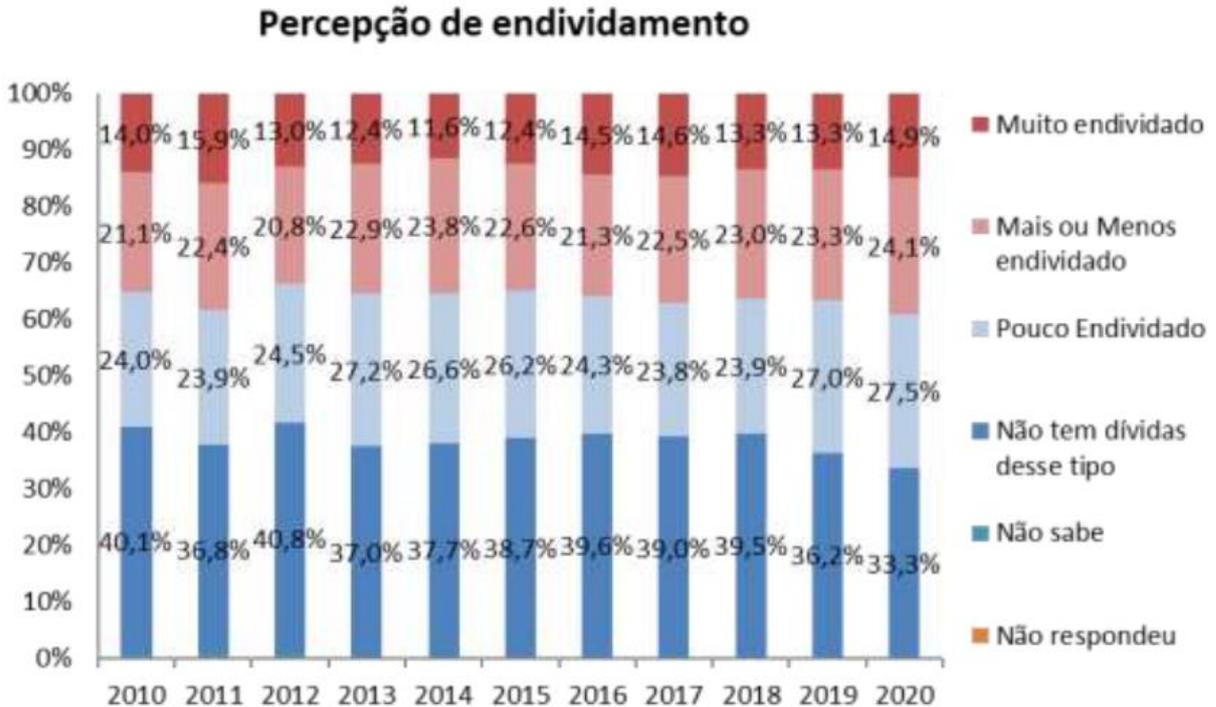
Fonte: Pesquisa Anual CNC (2020, p. 3).

Observa-se que o cartão de crédito foi citado como o principal tipo de dívida das famílias brasileiras, tendo em vista que apresentou uma crescente elevação desde a primeira pesquisa, passando de 70,9% em 2010 até alcançar 78% em 2020. O segundo tipo de dívida mais relevante foram os carnês, porém estes apresentaram um comportamento inverso ao citado anteriormente, na medida em que houve uma diminuição gradativa ao longo dos anos da pesquisa, pois atingiram 25% da população em 2010 e 16,8% em 2020.

Já o terceiro tipo de dívida mais relevante foi o financiamento de carro, porém este apresentou um fenômeno diferente dos dois citados anteriormente, oscilou gradualmente partindo de 10,3% em 2010 até atingir seu maior pico em 2014 com 13,8% dos entrevistados, voltando a cair e atingir 10,7% pela média anual do último ano.

Outro ponto importante sobre o endividamento dos cidadãos brasileiros, é a percepção do endividamento, sobre a ótica do próprio cidadão, nesse sentido, as pesquisas da CNC apontaram conforme a Tabela 7:

Tabela 7 – Percepção de endividamento entre 2010 e 2020



Fonte: Pesquisa anual CNC (2020, p. 4).

Percebe-se que o percentual de cidadãos que declararam não possuírem dívidas desse tipo caiu gradativamente em 6,8% ao longo desses 11 anos passando de 40,1% em 2010 para 33,3% em 2020. Dessa forma os cidadãos que declaram estar pouco endividado em 2010 passaram de 24% para 27,5% em 2020. Já os cidadãos que afirmaram estar mais ou menos endividados passaram de 21,1% em 2010 para 24,1% em 2020.

Por outro lado, as pessoas que declararam estarem muito endividadas apresentaram uma leve queda nos anos iniciais da pesquisa, iniciando em 14% em 2010, chegando na mínima histórica de 11,6% em 2014, e a partir disso aumentou gradativamente, alcançando seu maior pico em 2020, com 14,9% dos entrevistados.

A pesquisa da CNC cruzou as informações da parcela média da renda comprometida com dívidas e o tempo médio comprometido com as mesmas entre os cidadãos endividados, pode-se observar os resultados na Tabela 8:

Tabela 8 – Comprometimento com dívidas – tempo x renda
Comprometimento com dívidas - Tempo x Renda



Fonte: Pesquisa Anual CNC (2020, p. 4).

Observa-se que o percentual mensal da renda comprometido com dívidas não obteve muita alteração ao longo dos anos, fechando o ano de 2020 com um aumento de 0,5% em relação a 2019. No mesmo sentido o tempo médio de meses comprometido com dívidas ao longo do período não oscilou muito, iniciando com 6,7 meses em 2010 para 7,2 meses em 2020, sendo que nesse ano foi o maior ápice de tempo em meses da pesquisa. Segundo a própria CNC (2020, não paginado) o aumento reflete da “[...] Maior participação de modalidades com prazos mais longos de pagamento, como crédito consignado, carnês, além dos financiamentos de carro e casa”.

A pesquisa nacional da CNC também aborda a população que está endividada, com contas em atraso e sem condições de pagá-las sob a ótica da faixa de renda, as informações de 2015 até 2020 encontram-se na Tabela 9:

Tabela 9 – Faixa de renda
Principais Indicadores – Faixas de Renda

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
PEIC (Percentual do total) – Média anual						
Famílias endividadadas	61,1%	60,2%	60,8%	60,3%	63,6%	66,5%
Até 10 s.m.	62,4%	61,7%	62,6%	61,6%	64,6%	67,8%
Acima 10 s.m.	54,8%	52,3%	51,7%	54,2%	59,4%	60,3%
Famílias com conta em atraso	20,9%	24,2%	25,4%	24,0%	24,0%	25,5%
Até 10 s.m.	23,4%	27,1%	28,7%	27,0%	26,9%	28,7%
Acima 10 s.m.	10,1%	11,8%	11,4%	11,3%	11,2%	11,4%
Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso	7,7%	9,2%	10,2%	9,7%	9,6%	11,0%
Até 10 s.m.	9,0%	10,5%	11,8%	11,3%	11,2%	12,8%
Acima 10 s.m.	2,8%	3,7%	3,9%	3,7%	3,5%	4,2%

Fonte: Pesquisa Anual CNC (2020, p. 5).

Constata-se que tanto as famílias endividadadas que possuem mais de dez salários mínimos, como as que possuem menos que essa faixa, apresentaram um aumento semelhante de 2015 até 2020, onde a primeira faixa aumentou 5,4% e a segunda 5,5%. Dentre as famílias com contas em atraso com até 10 salários mínimos, 28,7% em 2020 apresentaram predominância a possuírem dívidas em atraso em comparação com famílias com renda superior a dez salários mínimos, com 11,4%.

Já o índice de famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso, foi mais visto na população que tinha uma renda de até 10 salários mínimos 11% em 2020 frente a 4,2% da população que possui mais de dez salários mínimos mensais.

Dessa maneira, percebe-se que as famílias que possuem renda abaixo de 10 salários mínimos estão mais propensas a não honrar seus compromissos com terceiros.

5.3 ENDIVIDAMENTO PESSOAL NO RIO GRANDE DO SUL

Sobre o endividamento pessoal no Rio Grande do Sul, o Fecomércio RS realiza pesquisas mensais com esse foco. Nesse sentido, pesquisas realizadas pelo Fecomércio a partir do ano de 2012 até 2020 sobre o percentual de famílias endividadadas, com contas em atraso e que não teriam condições de pagá-las, encontram-se no Quadro 3:

Quadro 3 – Total de endividados

Ano da pesquisa	Famílias endividadas	Famílias com contas em atraso	Não terão condições de pagar
2012	57,6%	32,7%	6,5%
2013	57,4%	19,5%	9,6%
2014	52,9%	20,1%	7,4%
2015	67,8%	26,5%	9,7%
2016	70,7%	26,7%	13,1%
2017	70,0%	45,6%	9,5%
2018	65,1%	17,5%	5,4%
2019	66,2%	28%	13,1%
2020	71,6%	26,4%	9,6%

Fonte: Adaptado de Pesquisa Fecomércio RS (2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020).

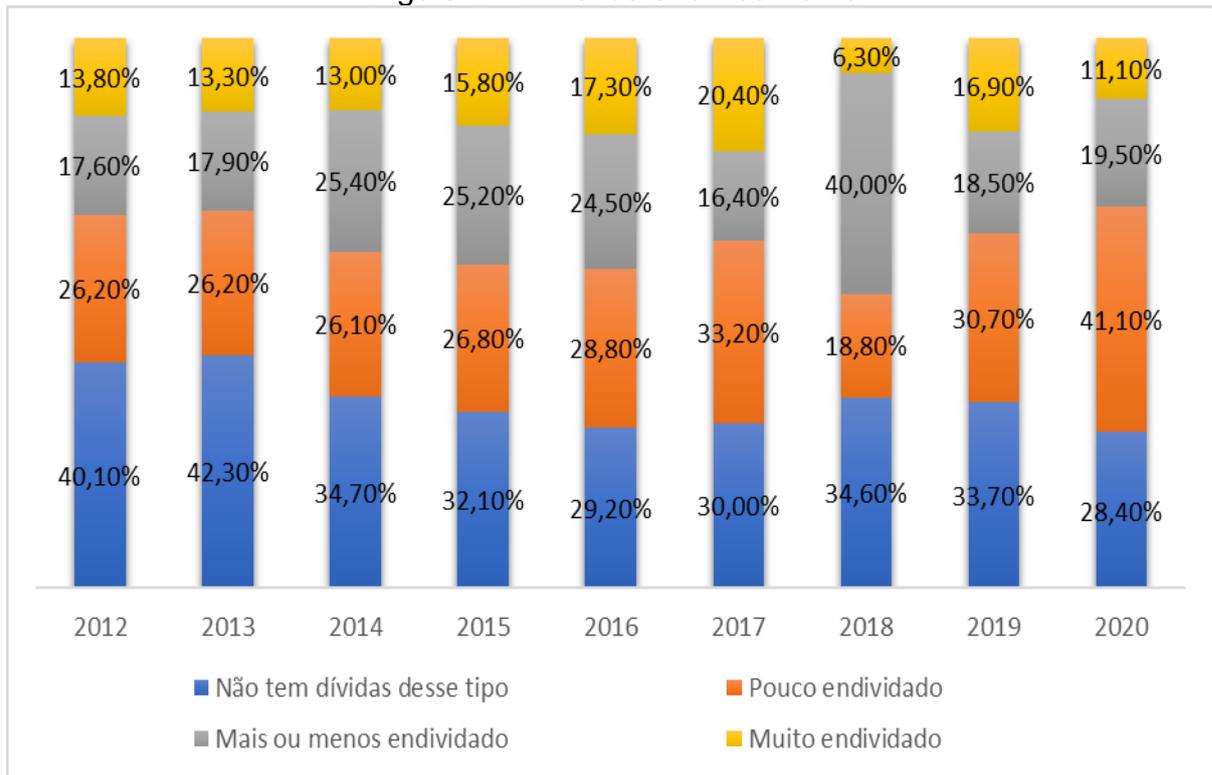
Percebe-se que o percentual de famílias endividadas apresenta uma crescente alta, chegando no patamar histórico de 71,6% em 2020. Já o percentual de famílias com contas em atraso apresentou seu pico no ano de 2017 com 45,6% dos entrevistados, sendo que nos anos seguintes, o percentual diminuiu, atingindo 26,4% das famílias em 2020.

Da mesma forma, o percentual de famílias que não teriam condições de pagar as dívidas foi similar ao das famílias com contas em atraso, iniciando a pesquisa com cerca de 6,5% dos entrevistados, atingindo seu pico em 2016 e 2019 com 13,1% nos dois anos, e no ano mais recente da pesquisa, atingiu 9,6%.

5.3.1 Nível de endividamento

Sobre o nível de endividamento, as pesquisas do Fecomércio no estado do Rio Grande do Sul, de 2012 a 2020, apontaram as seguintes respostas, conforme a Figura 1:

Figura 1 – Nível de endividamento



Fonte: Adaptado de Pesquisa Fecomércio RS (2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020).

Na Figura 1 é possível observar que o percentual de famílias que afirmaram não possuir dívidas diminuiu gradativamente ao longo dos anos da pesquisa, atingindo seu menor índice no ano de 2020 com 28,4%. Como consequência o percentual de famílias um pouco endividadas cresceu drasticamente em relação aos outros níveis, partindo de 26,2% no primeiro ano para 41,1% (maior índice) em 2020.

5.3.2 Tipo de dívida

As pesquisas do Fecomércio RS também apontaram quais são os principais tipos de dívidas da população riograndense, a seguir é listado a origem do endividamento a partir de 2012 até 2020, conforme o Quadro 4:

Quadro 4 – Tipo de dívida referente a dezembro

(continua)

Tipo de dívida	Ano da pesquisa								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Cartão de Crédito	71,8%	83,3%	76,7%	80,8%	82,2%	74,6%	87,7%	79,6%	86,6%

(conclusão)

Cheque Especial	20,5%	9,6%	11,2%	14,3%	15,3%	1,6%	1,5%	6,9%	14,6%
Cheque Pré-datado	5,0%	1,8%	0,5%	1,4%	3,0%	2,2%	-	0,7%	7,1%
Crédito consignado	6,4%	1,5%	2,5%	3,1%	8,7%	1,8%	0,3%	6,3%	7,7%
Crédito Pessoal	10,8%	4,0%	11,8%	9,6%	10,7%	16,3%	11,1%	13,0%	11,1%
Carnês	25,4%	19,3%	29,1%	22,5%	16,2%	44,0%	17,0%	28,9%	35,9%
Financiamento de carro	9,2%	10,3%	17,6%	11,5%	16,2%	13,0%	6,2%	9,8%	12,1%
Financiamento de casa	2,1%	3,0%	8,3%	6,5%	10,7%	6,3%	3,8%	10,2%	7,0%
Outras dívidas	-	3,8%	1,0%	3,0%	3,1%	0,5%	0,5%	0,5%	-
Não sabe	--	0,3%	0,08%	0,4%	0,7%	-	0,7%	0,3%	-
Não respondeu	-	-	0,1%	0,3%	-	0,1%	-	-	-

Fonte: Adaptado de Pesquisa Fecomércio RS (2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020).

Pelo Quadro 4 percebe-se que como na pesquisa em âmbito nacional o cartão de crédito e os carnês foram os mais citados entre os entrevistados como o principal tipo de dívida, alcançando 86,6% e 35,9% em 2020 respectivamente. Por outro lado, em terceiro colocado enquanto a pesquisa nacional apontou o cheque especial 14,6% em 2020, a pesquisa regional citou o financiamento de carro 10,7% dos entrevistados.

5.3.3 Parcela da renda comprometida com dívidas (dentre os endividados)

Dentre as famílias endividadas no Rio Grande do Sul, a pesquisa do Fecomércio RS levantou as seguintes informações sobre a parcela da renda comprometida com dívidas, os resultados encontram-se no Quadro 5:

Quadro 5 – Parcela da renda comprometida com dívidas (dentre os endividados)

(continua)

Ano	Comprometimento da renda com dívidas			
	Até 10%	De 11 a 50%	Mais de 50%	Não sabe / Não respondeu
2012	35,4%	55,8%	7,8%	1,0%
2013	35,4%	49,5%	12,0%	3,1%
2014	22,6%	55,1%	20,9%	1,4%
2015	7,8%	66,1%	14,7%	11,5%
2016	11,2%	62,2%	15,0%	11,6%

(conclusão)

2017	28,8%	49,8%	21,0%	0,4%
2018	25,9%	54,6%	11,2%	8,3%
2019	19,1%	63,1%	13,1%	4,7%
2020	55,4%	42,7%	1,9%	-

Fonte: Adaptado de Pesquisa Fecomércio RS (2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020).

No Quadro 5 observa-se uma tendência gradativa de diminuição da renda comprometida com dívidas. Em 2012 as dívidas que comprometeram mais de 50% da renda da população foi de 7,8% esse percentual atingiu sua máxima em 2017 atingindo 21% dos cidadãos, a partir disto percebe-se uma grande diminuição chegando a atingir 1,9% da população em 2020.

Como resultado o percentual de famílias que estavam com a renda de 11% até 50% comprometida era de 55,8% em 2012 e de 42,7% em 2020. Já o percentual das famílias endividadas com no máximo 10% da renda apresentou um aumento significativo, passou de 35,4% em 2012 para 55,4% em 2020, desta forma observa-se uma diminuição do percentual da renda em relação as dívidas.

5.3.4 Famílias com contas em atraso

A seguir é listado o levantamento do percentual de famílias com contas em atraso no Rio Grande do Sul, novamente elaborado pelo Fecomércio RS abordando os anos de 2012 até 2020, conforme o Quadro 6:

Quadro 6 – Famílias com contas em atraso

Ano	Total de famílias com dívidas em atraso (dentro o total de entrevistados)	Famílias com contas em atraso		
		Sim	Não	Não sabe
2012	32,7%	56,8%	42,1%	1,0%
2013	19,5%	34,0%	64,4%	1,6%
2014	23,7%	36,8%	61,2%	2,0%
2015	26,5%	39,0%	57,5%	3,5%
2016	26,7%	37,8%	59,6%	2,5%
2017	45,6%	65,1%	34,3%	0,6%
2018	17,5%	26,9%	65,3%	7,8%
2019	28,0%	42,2%	54,1%	3,7%
2020	26,4%	36,9%	63,1%	-

Fonte: Adaptado de Pesquisa Fecomércio RS (2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020).

No Quadro 6 observa-se que o pico de famílias com contas em atraso foi em 2017, atingindo 45,6%. No ano seguinte apresentou uma queda significativa, chegando a 17,5%, e em 2019 e 2020 o percentual se estabeleceu em 28% e 26,4% respectivamente.

5.3.5 Condição de pagamento da dívida em atraso

Dentre as famílias com contas em atraso no Rio Grande do Sul, a pesquisa do Fecomércio RS levantou as seguintes informações, sobre a condição de pagamento destas famílias, no mês seguinte a referência da pesquisa, os resultados encontram-se no Quadro 7:

Quadro 7 – Condição de pagamento da dívida em atraso

Ano	Total de famílias que não conseguirão pagar as dívidas em atraso (dentro o total de entrevistados)	Condição de pagar dívida em atraso			
		Totalmente	Parcialmente	Não	Não sabe/ Não responde
2012	6,5%	32,7%	45,6%	19,9%	1,7%
2013	9,6%	8,2%	40,4%	49,4%	2,1%
2014	5,9%	33,9%	39,4%	24,6%	2,1%
2015	9,7%	11,9%	44,9%	36,5%	6,7%
2016	13,1%	10,2%	39,4%	49,0%	1,4%
2017	9,5%	13,3%	65,7%	20,9%	0,1%
2018	5,4%	17,0%	51,2%	31,0%	0,8%
2019	13,1%	20,7%	29,9%	46,8%	2,6%
2020	9,6%	32,7%	31,1%	36,2%	-

Fonte: Adaptado de Pesquisa Fecomércio RS (2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020).

Sobre a condição de pagamento das dívidas em atraso, observa-se que a variação percentual máxima é de 7,2% sendo que a mais baixa é em 2014 quando atinge 5,9% das famílias enquanto a máxima ocorre em 2016 e 2019 ao alcançar 13,1% da população.

5.3.6 Tempo de comprometimento com dívidas (dentre os endividados)

Dentre as famílias endividadas no Rio Grande do Sul, a pesquisa do Fecomércio RS levantou as seguintes informações sobre o tempo de comprometimento com dívidas, os resultados encontram-se no Quadro 8:

Quadro 8 – Tempo de comprometimento com dívidas (dentre os endividados)

Ano	Tempo de comprometimento com dívidas				
	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Por mais de 1 ano	Não sabe / Não respondeu
2012	13,1%	38,1%	31,8%	16,5%	0,5%
2013	25,0%	29,3%	23,8%	19,5%	2,4%
2014	25,8%	19,9%	12,8%	39,4%	2,1%
2015	21,7%	18,9%	15,9%	33,3%	10,2%
2016	18,3%	16,7%	17,3%	34,6%	13,1%
2017	17,0%	25,8%	20,1%	36,8%	0,4%
2018	32,0%	43,4%	10,7%	7,5%	6,4%
2019	21,5%	36,0%	14,3%	24,9%	3,4%
2020	30,0%	34,2%	18,0%	17,9%	-

Fonte: Adaptado de Pesquisa Fecomércio RS (2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020).

Do Quadro 8 destaca-se a diminuição do tempo comprometido com dívidas. Sendo que a principal razão é o menor índice do tempo comprometido entre 6 meses até 1 ano, que atingiu 31,8% em 2012 e 18% em 2020. Como consequência houve aumento no percentual de famílias comprometidas em até 3 meses, em 2012 foi 13,1% e em 2020 alcançou 30%.

5.4 MOTIVOS PARA O ENDIVIDAMENTO

Inúmeros são os motivos para o endividamento, verificou-se na bibliografia que dentre eles destacam-se o consumo do indivíduo, a facilidade de acesso ao crédito, o baixo nível de educação financeira, a falta de planejamento financeiro, o materialismo, e fatores sociodemográficos (gênero, idade, escolaridade, estado civil, renda, emprego).

No Quadro 9 observa-se uma síntese dos principais motivos apontados na literatura como responsáveis pela explicação do endividamento pessoal.

Quadro 9 – Motivos do endividamento pessoal

Motivos	Referência
Baixo nível de educação financeira	Fiori <i>et al.</i> (2017); Flores, Vieira e Coronel (2013); Minella <i>et al.</i> (2017);
Consumo	ENEF (2017c); Wu (2006 apud SANTOS; SILVA, 2014);
Emprego	(KEESE, 2012 apud VIEIRA; FLORES; CAMPARA, 2014);
Escolaridade	(PONCHIO, 2006 apud VIEIRA; FLORES; CAMPARA, 2014); (VIEIRA; FLORES; CAMPARA, 2014);
Estado civil	(KEESE, 2012 apud VIEIRA; FLORES; CAMPARA, 2014);
Facilidade ao crédito	Bortoluzzi <i>et al.</i> (2015); ENEF (2017d); Ribeiro e Lara (2016); Silva e Souza (2015);
Falta de planejamento financeiro	Bortoluzzi <i>et al.</i> (2015); Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2008); Lucena <i>et al.</i> (2014); Olivato e Souza (2007); Serasa Experian (2018); SPC (2019a); SPC (2020);
Gênero	Bortoluzzi <i>et al.</i> (2015); Santos e Silva (2014); Worthy <i>et al.</i> (2010);
Idade	Santos e Silva (2014); Santos e Souza (2014); Vieira, Flores e Campara (2014); Worthy <i>et al.</i> (2010);
Materialismo	Santos e Souza (2014); Trindade, Righi e Vieira (2012);
Renda	Zerrenner (2007);

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nas seções seguintes serão aprofundados os motivos para as respectivas ocorrências.

5.4.1 Consumismo

O consumismo ou consumo excessivo, acontece quando o grau de consumo aumenta. (HARARI, 2018). Gomes (2010) vê o consumismo como uma ideologia onde todos os indivíduos impactados pelas mídias de massa (como redes sociais, televisão, internet, entre outras) são estimulados a consumir de modo imprudente.

Wu (2006 apud SANTOS, SILVA, 2014, p.154) conceitua o consumo excessivo como “Um tipo de comportamento de compra que leva os consumidores a gastarem repetidamente mais do que permitem suas condições financeiras”. Nesse sentido, para Fiori *et al.* (2017, p. 33) “Alguns indivíduos querem usufruir além do seu poder de compra e acabam gastando mais do que ganham”.

Sendo que, Ribeiro *et al.* (2009) acreditam ser comum ver pessoas gastando mais do que ganham mensalmente, os autores apontam que essa é uma das causas do endividamento e inadimplência no país. Apesar dessas consequências, Sodrê (2007) diz que para existir uma sociedade consumista é preciso ter: produção em série, distribuição em massa, publicidade em grande escala e oferta de crédito ao consumidor.

Sobre as principais características destes termos, Pereira, Pereira e Castro (2010) acreditam que o consumismo é o desejo de consumo exagerado, onde o indivíduo busca constantemente produtos e serviços cada vez mais supérfluos. Harari (2018) completa enfatizando que sob a ótica do consumismo, os indivíduos só serão felizes enquanto continuarem consumindo o máximo possível de produtos e serviços.

Diante das grandes mudanças que aconteceram na civilização o consumo deve ser feito de maneira cautelosa, nesse sentido a Estratégia Nacional de Educação Financeira ENEF (2017c, não paginado) enfatiza que “O consumo deve ser equilibrado e alinhado ao padrão de vida, ir além de suas condições pode lhe deixar endividado”.

Nesse sentido, Santos e Souza (2014) realizaram uma pesquisa exploratória-descritiva, de abordagem qualitativa e quantitativa com 415 jovens de Santa Catarina, com o objetivo de analisar a relação entre o materialismo, consumo excessivo e propensão ao endividamento, onde o consumo excessivo alcançou médias mais baixas em relação aos outros dois, sendo que os homens, entre 21 a 30 anos, solteiros e das classes econômicas C e D foram mais propensos ao endividamento.

5.4.2 Facilidade ao crédito

Bortoluzzi *et al.* (2015) acreditam que o maior acesso ao crédito pode trazer benefícios ao consumidor, porém quando se ultrapassa um determinado nível de consumo, o indivíduo pode não conseguir honrar seus compromissos, tornando-se um endividado ou inadimplente.

Diante disso, a pesquisa de Ribeiro e Lara (2016) buscou abordar o endividamento da classe trabalhadora no Brasil, segundo os autores a facilidade ao crédito é um dos fatores que contribuem para o endividamento da sociedade, para eles essa ocorrência acontece na medida em que o crédito até então oferecido apenas para empresas ou consumidores que apresentavam comprovação de renda, passa a ser oferecida para a classe C e D da sociedade.

Segundo os autores:

Apesar de o crédito cedido ser mais modesto para os trabalhadores, é possível identificar que o endividamento e a inadimplência dos trabalhadores, no caso do Brasil dos anos 2000-2015, apontam transformações importantes na dimensão objetiva da classe trabalhadora em relação à sua renda e o consumo. (RIBEIRO; LARA, 2016, p. 343).

Nesse sentido, a pesquisa de Silva e Souza (2015) com o objetivo de investigar os motivos que influenciam as pessoas a consumirem de forma desenfreada, onde através de uma metodologia quantitativa descritiva, aplicaram um questionário a 130 acadêmicos do curso de Gestão Financeira da Faculdade de Tecnologia de Bragança Paulista. Os resultados mostraram que a oferta de crédito foi uma das principais causas responsáveis pelo endividamento, correspondendo a 16,92% dos entrevistados, sendo que, 46,15% dos entrevistados afirmaram possuir dívidas com o cartão de crédito.

A pesquisa de Bortoluzzi et al. (2015) corrobora com as pesquisas anteriores. Por meio de uma pesquisa descritiva, com o objetivo de analisar o nível de endividamento das famílias brasileiras entre 2011 a 2014, os autores concluíram que as opções de crédito disponíveis no mercado contribuíram para o aumento do endividamento familiar.

Portanto, o crédito é uma importante ferramenta que é capaz de girar a economia, porém quando usado demasiadamente, de modo imprudente, sem o devido planejamento necessário, faz com que a população fique propensa a contrair dívidas, que em excesso tornam os endividados em inadimplentes. (BORTOLUZZI et al., 2015; ENEF, 2017d; RIBEIRO; LARA, 2016).

5.4.3 Baixo nível de educação financeira

O processo de educação financeiro é complexo, pois existem inúmeros incentivos ao consumo, preços e prazo de pagamento na mídia, o que torna importante possuir educação nas finanças pessoais. (MINELLA et al., 2017). Diante disso, o árduo processo de educação financeira quando executado corretamente tem se mostrado um grande alicerce para o combate ao endividamento.

Nesse sentido, a pesquisa de Minella et al. (2017) com o objetivo de analisar qual a relação entre materialismo, educação financeira e valores atribuídos ao dinheiro na relação com o endividamento de jovens, por meio de pesquisa quantitativa descritiva (técnica survey) onde através de um questionário, foram investigados 91 jovens de 18 a 34 anos, mostrou que a educação financeira influencia de maneira positiva e significativa o endividamento de jovens.

E a pesquisa de Flores, Vieira e Coronel (2013) corrobora ao indicar que quanto maior o grau de educação financeira, menores são as chances de os indivíduos ficarem endividados e vice-versa. O estudo buscou analisar a influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento de servidores da Universidade Federal de Santa Maria, através de uma pesquisa *survey*, por meio de um questionário aplicado em 246 servidores, os autores ainda constataram que 46% dos servidores possuíam um alto nível de educação financeira. (FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2013).

Porém, Claudino, Nunes e Silva (2009) investigaram a relação entre educação financeira e endividamento dos funcionários públicos da Universidade Federal de Viçosa, onde através de um questionário avaliaram o nível de educação financeira e de endividamento. Os resultados apontaram que o nível de educação financeira é insuficiente e que quanto maior o conhecimento sobre educação financeira menores são os níveis de endividamento.

Fiori et al. (2017) também contribuem para o estudo, por meio de uma pesquisa qualitativa e descritiva, caracterizada como uma pesquisa de campo, onde o objetivo foi analisar o efeito da educação financeira sobre a inadimplência dos trabalhadores de Manaus. Os resultados do estudo apontaram que os entrevistados não possuem muito conhecimento sobre seus gastos e finanças, sendo que 29% dos entrevistados não procuram informações sobre finanças pessoais, 67% procuram, mas não conseguem aplicar os conhecimentos e 4% não sabem que existem informações sobre o assunto.

Diante disso, percebe-se que o nível de educação financeira possui grande influência na vida de todo cidadão, principalmente sobre suas finanças, e conseqüentemente sobre decisões que envolvem o endividamento. (CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2009; FIORI et al., 2017; FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2013; MINELLA et al., 2017).

5.4.4 Falta de planejamento financeiro

Para Carvalho, Sousa e Fuentes (2017) é perceptível a falta de planejamento financeiro oriunda da fraca educação financeira das famílias. Diante disso, uma pesquisa realizada pelo SPC (2020, não paginado) revelou que “Quase metade (48%) dos consumidores brasileiros não controla o seu orçamento”. “Já 22% dos

entrevistados sofrem para administrar as finanças e deixam com frequência de pagar seus compromissos". (SPC, 2020, não paginado). Nota-se que estes números preocupantes, podem ser derivados da falta de planejamento financeiro.

Dessa forma, Bortoluzzi et al. (2015) reforçam a importância de realizar um planejamento financeiro, visto que a falta do mesmo, conduz facilmente as pessoas ao endividamento.

Inúmeras pesquisas mostram o quanto o tema planejamento financeiro influencia na vida da população, e conseqüentemente no endividamento das famílias brasileiras.

Nesse sentido, a pesquisa de Lucena et al. (2014) de cunho descritiva e quantitativa, com o objetivo de verificar quais fatores influenciavam os altos índices de endividamento e inadimplência no setor imobiliário de loteamentos da cidade de Toritama – PE, mostrou que a falta de planejamento financeiro foi um dos principais fatores que proporcionaram o endividamento em relação ao grupo do estudo.

Olivato e Souza (2007) acrescentam robustez a pesquisa, onde por meio de um estudo qualitativo de aplicação quantitativa, aplicaram um questionário a 297 pessoas, os resultados demonstraram que a falta de planejamento financeiro é um dos principais motivos que contribuem para o endividamento pessoal.

A pesquisa de Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2008) também corrobora com o estudo, os autores realizaram uma pesquisa sobre o planejamento financeiro e a qualidade de vida dos servidores de Ponta Grossa no Paraná, sendo que, os resultados demonstraram que os servidores possuem dificuldades em elaborar um planejamento financeiro.

A Serasa Experian (2018) também fortalece a pesquisa ao apontar que a falta de controle nos gastos, ou seja, a falta de planejamento financeiro como uma das causas do endividamento pessoal.

Portanto, é perceptível o quanto a falta de planejamento financeiro afeta decisões financeiras, e quando existe uma grande deficiência nessa área, a probabilidade do indivíduo ficar endividado, é definitivamente maior. (BORTOLUZZI, 2015; LUCENA et al., 2014; OLIVATO; SOUZA, 2007; SERASA EXPERIAN, 2018).

5.4.5 Materialismo

Ward e Wackman (1971 apud SANTOS, SOUZA, 2014, p. 156), conceituam o materialismo como: “[...] uma orientação, que vê os bens materiais e o dinheiro como excessivamente importantes para a felicidade pessoal e o progresso social.”

Já Santos e Souza (2014) acredita que o materialismo é fruto de uma vida inteira voltada para a satisfação de possuir bens materiais, palpáveis. Minella et al. (2017, p. 187) acrescentam que “O materialismo ainda pode ser pensado como um julgamento pessoal de maior valor atribuído às posses materiais”. E Flores, Vieira e Coronel (2013) acreditam que o materialismo é o valor atribuído a posse e a aquisição de bens materiais, visando o alcance dos objetivos de vida.

A pesquisa de Santos e Souza (2014) que teve como um dos objetivos analisar a relação entre o materialismo e o endividamento pessoal, apontou que dos 415 jovens entrevistados em Santa Catarina, as mulheres com menos de 20 anos apresentaram-se mais materialistas e mais endividadas.

O estudo de Trindade, Righi e Vieira (2012) corrobora ao concluir que o endividamento e materialismo estão interligados. Os resultados foram oriundos de uma pesquisa com o objetivo de identificar e analisar os fatores que afetam a propensão ao endividamento, especificamente em mulheres da Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense onde foram aplicados 2.500 questionários espalhados entre os 31 municípios da região.

Já a pesquisa de Flores, Vieira e Coronel (2013) identificou que os homens são mais materialistas em relação as mulheres, devido as preferências de compra por bens de alto valor como automóveis e carros, no entanto a pesquisa apontou que o comportamento materialista não possui relação direta com o endividamento pessoal do público estudado. A pesquisa de Minella et al. (2017) corrobora ao relatar que o materialismo não possui relação significativa com a propensão ao endividamento.

Porém como não existe uma clara definição na bibliografia sobre a relação direta entre materialismo e endividamento, justifica-se o uso dessa característica para colaborar com futuros estudos, visando a busca de um consenso sobre a relação existente entre esses dois termos importantíssimos sobre finanças.

5.4.6 Fatores sociodemográficos (gênero, idade, escolaridade, estado civil, renda, emprego)

Os estudos de Ponchio (2006 apud VIEIRA; FLORES; CAMPARA, 2014) apontaram que quanto menor o grau de escolaridade, maiores são as probabilidades de os indivíduos assumirem dívidas, sendo que o movimento inverso também acontece, na medida em que pessoas mais velhas possuem menos predisposição para contraírem dívidas.

A pesquisa de Santos e Silva (2014) teve por objetivo identificar as principais causas do endividamento financeiro familiar na Bahia e no Sergipe. Os autores utilizaram metodologicamente a pesquisa descritiva, por meio da aplicação de questionários, sendo que 46,15% dos entrevistados foram mulheres e 53,85% homens, e em relação a idade, a faixa etária entre 24 a 29 anos foi a mais predominante seguido pela faixa etária de 18 a 23 anos. Destaca-se que 34,62% dos cidadãos de Sergipe declararam estarem endividados.

Já os estudos de Worthy et al. (2010) concluíram que jovens de 18 a 25 anos estão mais sujeitos a apresentar uma menor estabilidade financeira e conseqüentemente uma tendência para o endividamento. Nesse sentido, a pesquisa de Santos e Souza (2014) apontou que homens de 21 a 30 anos, solteiros e das classes econômicas C e D são mais propensos ao endividamento.

Por outro lado, uma pesquisa mais recente sobre o endividamento revela que as mulheres são mais propensas ao endividamento do que os homens. Nesse sentido, a pesquisa de Bortoluzzi et al. (2015) aponta que 60% das pessoas endividadas e inadimplentes em 2014 eram do gênero feminino.

Vieira, Flores e Campara (2014) realizaram um estudo com o objetivo de conhecer o perfil de gastos e as variáveis demográficas e culturais relacionadas à propensão ao endividamento, onde utilizaram o método descritivo como metodologia, e como procedimento técnico adotaram a pesquisa survey, com uma amostra de 1.046 respondentes, onde os resultados apontaram que:

[...] Os grupos mais propensos ao endividamento são aqueles indivíduos solteiros e viúvos, com menores níveis de escolaridade (ensino fundamental e ensino médio), sem ocupação, com baixa renda, sem religião, mais jovens (até 22 anos) e que gastam mais do que ganham. (VIEIRA; FLORES; CAMPARA, 2014, p. 180).

Em relação ao estado civil, pesquisas apontam que os solteiros apresentam maiores níveis de sobre-endividamento (KEESE, 2012 *apud* VIEIRA; FLORES; CAMPARA, 2014). Porém Silva et al. (2012 *apud* VIEIRA; FLORES; CAMPARA, 2014) dizem que pessoas casadas estão vulneráveis a usar o limite do cartão de crédito e a pagar parcialmente os débitos da fatura, e dessa forma contraindo dívidas.

Outro fato sociodemográfico importante é a renda. Nesse sentido, os estudos de Zerrenner (2007) apontaram que indivíduos que recebem até três salários mínimos, estão mais predispostos ao endividamento do que aqueles indivíduos que possuem uma renda superior a esse valor.

A última variável sociodemográfica é o emprego, onde estudos apontaram que indivíduos empregados possuem uma propensão maior ao endividamento em relação a indivíduos desempregados ou que não trabalham, o principal motivo é que os desempregados são mais incertos em relação ao seu futuro financeiro e procuram não usar o cartão de crédito no seu dia a dia. (KEESE, 2012 *apud* VIEIRA; FLORES; CAMPARA, 2014).

6 INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Lizote *et al.* (2017) definem investimentos como uma aplicação de recursos, em dinheiro ou títulos de crédito, que trazem um retorno maior que o aplicado em sua fase inicial. A CEF (2017) acredita que investir é aplicar o dinheiro em negócios que rendem juros.

“Investimento também pode ser considerado a aplicação em bens, como a aquisição de veículos, terrenos ou imóveis, mas que tragam ao investidor expectativas de lucro sobre os recursos que foram gastos com eles”. (LIZOTE *et al.*, 2017, p. 76).

Este trabalho é destinado a investimentos financeiros. “Entende-se por investimento financeiro as operações de compra e venda de títulos financeiros”. (SANTOS, 2010, p. 11). A CEF (2017) resume que um investimento financeiro consiste basicamente em emprestar dinheiro para o banco, em troca do recebimento de juros.

Barros e Torres (2014, p. 39) enfatizam que:

A realização de investimentos financeiros vem possibilitando a ascensão de recursos por parte dos mais diversos tipos de indivíduos, uma vez que um dos objetivos principais dessa operação é gerar crescimento a partir de algo relativamente menor.

Bernstein e Damodaran (2003) acrescentam que um investimento financeiro está ligado com a intenção do indivíduo privar seu consumo presente, para que no futuro o valor para consumir e desfrutar seja relativamente maior. Ou seja, o retorno do investimento deve compensar o período em que o dinheiro esteve inapto para consumo. (BARROS; TORRES, 2014).

Lizote *et al.* (2017) complementam que antes de decidir investir, é necessário que os indivíduos tenham sua vida financeira sob controle, através de uma correta administração de suas finanças pessoais.

Diante dessa afirmação, Nigro (2018) acredita que a base para o sucesso em investimentos financeiros é a consistência, sendo fundamental fazer aportes mensais e ressalta que para isso ser possível é importante que o indivíduo saiba o quanto, e no que está gastando, para assim descobrir o valor que pode ser investido em prol de suas metas e objetivos.

Lizote et al. (2017) destacam que o indivíduo que consegue se organizar e se planejar com eficiência, possui a competência necessária para procurar bons investimentos sem a necessidade de contrair dívidas no percurso.

6.1 RAZÕES PARA A REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Dentre alguns motivos para se começar a investir estão: a possibilidade de ser economicamente independente, evitar o estresse por não possuir renda suficiente, maior poder de compra e geração de capital suficiente para financiar estudos. (LUQUET, 2000).

A CEF (2017) cita que os investimentos devem atender os objetivos de vida do indivíduo e ressaltam que antes de começar a investir, o ideal é que o mesmo possua uma reserva de emergência em virtude de possíveis imprevistos que podem acontecer durante a vida.

Por outro lado, Piazza (2010) cita que a criação de um fluxo de renda adicional, a geração de maior quantidade de recursos financeiros e o aumento da probabilidade de uma aposentadoria estável, como algumas das razões para os indivíduos começarem a investir no mercado financeiro.

Já Halfeld (2007) comenta que algumas vantagens de realizar investimentos financeiros são: independência financeira, geração de um patrimônio que não seria possível com a renda salarial, geração de um fundo de reserva para emergências financeiras e o conforto financeiro na aposentadoria.

6.2 FATORES RELEVANTES

Na busca da melhor opção de investimento, alguns fatores precisam ser considerados, tais como os listados a seguir.

6.2.1 Objetivos

Ao iniciar nos investimentos financeiros, é fundamental possuir objetivos claros, para formulação de uma estratégia que favoreça a sua concretização. (LIZOTE, et al., 2017). Dessa forma os objetivos são divididos de acordo com o seu

prazo. (GRÜSSNER, 2007). Conforme Macedo JR (2007), os objetivos são divididos em curto, médio e longo prazo, conforme apresentado no Quadro 10.

Quadro 10 – Objetivo x Prazo

Objetivo de curto prazo	Aquele que você deseja atingir em até um ano. Exemplos: comprar um DVD player ou um computador, formar um fundo para emergências.
Objetivo de médio prazo	Aquele que você deseja atingir entre dois a cinco anos. Exemplo: comprar um automóvel.
Objetivo de longo prazo	Aquele que você deseja atingir em cinco anos ou mais. Exemplos: comprar uma casa, aposentadoria, universidade dos filhos.

Fonte: Adaptado de Macedo JR (2007).

Grüssner (2007) diz que os objetivos são uma referência para a escolha do investimento ideal. Já para Luquet (2000) os objetivos podem visar preservação ou aumento do capital, sendo que para o primeiro recomenda-se investir em renda fixa, já o segundo em investimentos mais arriscados, como ações.

6.2.2 Riscos envolvidos

O risco é o retorno inesperado de um investimento financeiro. (HALFELD, 2007). Dessa forma, Grüssner (2007, p. 46) cita que “Por mais conservador que seja o investidor, qualquer opção está sujeita a algum risco”.

Nesse sentido, Santos (2010) cita que existem quatro tipos de riscos envolvidos no mercado financeiro, são eles: o risco do negócio, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

O risco do negócio está ligado ao risco específico, por exemplo, ao adquirir uma ação em que a empresa venha a ser liquidada. (GRÜSSNER, 2007; SANTOS, 2010).

Já o risco de mercado “É um risco decorrente das oscilações nos preços dos títulos que compõem a carteira do fundo”. (SANTOS, 2010, p.18). Dessa forma é um risco derivado dos fenômenos que geram variações na economia, como por exemplo, a taxa de juros, inflação e dólar. (BARROS; TORRES, 2014).

Santos (2010, p. 18) cita que o risco de crédito “É o risco que se ocorre quando se empresta dinheiro a pessoas ou empresas”. Barros e Torres (2014) complementam que esse risco está ligado a investimentos como o CDB (certificado de depósito

bancário), onde existe a possibilidade do banco não honrar com seu compromisso em caso de falência, e desde que o investimento não seja coberto pelo FGC (fundo garantidor de crédito).

Por fim, o risco de liquidez, que é referente a facilidade de negociar direitos e títulos financeiros para conversão em moeda. (SANTOS, 2010). Outro ponto importante nesse tipo de risco, é a relação do tempo e custo envolvido no resgate de um investimento. (BARROS; TORRES, 2014).

Para minimização dos riscos é importante diversificar os investimentos. (LUQUET, 2000; SANTOS, 2010). Dessa forma Nigro (2018) complementa que é fundamental diversificar em diferentes tipos de produtos financeiros.

6.2.3 Retorno

O retorno, também conhecido como rentabilidade é a consequência do dinheiro aplicado durante o tempo, podendo ocasionar em lucros ou prejuízos. (GRÜSSNER, 2007).

Os investidores buscam sempre maximizar seus investimentos, o problema está no fato de que há uma relação positiva entre retorno x risco, pois quanto maior o retorno esperado, maior será o risco do investimento. Sendo assim, o retorno pode ser definido como o ganho ou o prejuízo dos investidores, decorrente por um certo período de tempo. (SANTOS, 2010, p. 19).

Dessa forma, Nigro (2018, p. 40) cita que “Não existe retorno sem pelo menos um pouco de sacrifício”. Para o autor, os sacrifícios envolvem consumir com consciência, montar um fundo de emergência e investir pensando no longo prazo. (NIGRO, 2018).

Diante disso, Grüssner (2007) cita que na área financeira o principal índice para calcular a rentabilidade é o ROE (Retorno sobre o Patrimônio). Desse modo, Nigro (2018) cita que o ROE é obtido na divisão do lucro líquido pelo patrimônio líquido de uma empresa, sendo um importante indicador quando se quer entender a sua rentabilidade, ou quando se deseja compara-lo com outras empresas, para decidir onde investir.

6.2.4 Prazo

Antes de investir, o indivíduo precisa saber por quanto tempo pretende deixar os seus recursos aplicados, pois dependendo disso há a incidência de alguns impostos como o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e Imposto de Renda (IR), sendo que o IOF pode ser evitado, basta deixar a aplicação por mais de 30 dias, já o IR varia de uma alíquota de 22,5% até 15% sobre os rendimentos obtidos na aplicação financeira. (GRÜSSNER, 2007).

6.3 PERFIL DO INVESTIDOR

Alguns fatores como a aversão a perda, medo, excesso de confiança e a motivação do momento colaboram na decisão do que investir. (GRÜSSNER, 2007). Dessa forma Sebben (2011, p. 63) comenta que:

Tão importante quanto conhecer os tipos de investimento no mercado, é saber em qual perfil de investidor (também denominado perfil de risco) o mesmo se encaixa, para que se possa definir os melhores investimentos de acordo com o perfil traçado.

Luquet (2000) acredita que o indivíduo ao conhecer o seu perfil de investidor tem mais facilidade para escolher o melhor investimento de acordo com sua personalidade. Por fim Sebben (2011, p. 63) acrescenta que “O investidor que deseja ser bem sucedido no mercado financeiro deve traçar sua personalidade financeira”.

Devido a essa importância as instituições financeiras são obrigadas a fazer uma análise *suitability*, que é feita a partir de um questionário para determinar o perfil do indivíduo e para verificar se determinado investimento é recomendado, o teste inclui questões relacionadas a personalidade financeira, assim como o conhecimento do mercado financeiro. (ANBIMA, 2021). Dessa forma, os possíveis perfis dos investidores estão listados a seguir.

6.3.1 Perfil conservador

É o sujeito que não aceita ter prejuízos financeiros, por isso opta por investir na caderneta de poupança ou em renda fixa. (SEBBEN, 2011). O investidor busca

segurança, aceitando uma menor rentabilidade por essa escolha. (GRÜSSNER, 2007).

Sebben (2011, p. 68) cita que “O perfil conservador agrupa carteiras de investimento em renda fixa com reduzido nível de risco, privilegia em grande medida a liquidez, e utiliza mecanismos de proteção em períodos de incerteza”. Barros e Torres (2014) acrescentam que além da baixa taxa de risco, esses investidores procuram preservar seu capital aplicado.

6.3.1 Perfil moderado

“O perfil moderado caracteriza-se pelo investidor que busca segurança em seus investimentos, no entanto, aceita correr algum risco para obter maior rentabilidade”. (SEBBEN, 2011, p. 69). Para Grüssner (2007) nesse perfil o investidor aplica entre 55% a 60% de seu patrimônio em renda variável e o restante em renda fixa.

Barros e Torres (2014) citam que o investidor aceita uma determinada taxa de risco e possível perda do capital investido. Dessa forma, Sebben (2011, p. 69) conclui que “O perfil de investidores moderados reserva-se aqueles capazes de assumir algum risco em busca de resultados melhores”.

6.3.1 Perfil agressivo

Nesse perfil o investidor aplica a grande parte de seus recursos em renda variável, por ser mais afeito ao risco, aloca seus recursos principalmente em ações e derivativos. (SEBBEN, 2011). Para Grüssner (2007, p. 47) o perfil agressivo:

Significa aceitar mais riscos, e assim como existe a possibilidade de perder grande parte do dinheiro investido, existe a chance de obter excelentes lucros. Privilegia a rentabilidade e é capaz de correr grandes riscos para que seu investimento renda o máximo possível.

Por fim, Sebben (2011, p. 69) finaliza que “O investidor de perfil arrojado geralmente é aquele que possui um bom conhecimento sobre mercado financeiro e a sistemática de funcionamento de seus instrumentos”.

6.4 PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

No intuito de apresentar os investimentos mais aderidos pela população é fundamental separá-los de acordo com suas características, nesse sentido os investimentos são divididos em: renda fixa e renda variável. (NIGRO, 2018).

Segundo o Tesouro Nacional (TN) (2021, não paginado) o investimento de “Renda fixa é um tipo de investimento em que você já conhece as condições sob as quais o seu investimento vai render”. O *Banking and Trading Group Pactual* (BTGP) (2021) acrescenta que a grande característica desse investimento é a segurança e estabilidade.

Já na renda variável o retorno dos investimentos é imprevisível. (INFOMONEY, 2020). Barros e Torres (2014) acrescentam que os investimentos não possuem nenhuma garantia dessa forma possuem um alto risco, em compensação é possível obter os maiores retornos ao longo do tempo. (BARROS; TORRES, 2014).

No Quadro 11 é sintetizado os principais investimentos das duas categorias.

Quadro 11 – Principais investimentos

Tipo de Investimento	Produto de Investimento	Grau de Risco
Renda Fixa	Poupança, Tesouro Direto, CDB, Fundo de Investimento (fundo de renda fixa).	Baixo
Renda Variável	Ações e Fundo de Investimento (fundo de ações).	Alto

Fonte: Adaptado de Barros e Torres (2014).

A seguir é explanado os principais tipos de investimentos financeiros disponíveis no mercado para pessoas físicas.

6.4.1 Poupança

Segundo a CEF (2017) a poupança é um dos investimentos mais tradicionais do mercado, além disso aceita valores baixos de depósito e permite retiradas imediatas. Para Santos (2010, p. 11) a poupança “É um investimento tradicional, conservador e muito popular entre investidores de menor renda”.

Tanto pessoas jurídicas como físicas podem abrir uma conta poupança, sendo que pessoas físicas e pessoas jurídicas sem fins lucrativos (igreja, associações,

cooperativas) são isentas da tributação do Imposto de Renda. (SEBBEN, 2011). Ainda sobre os aspectos da conta, o Portal do Investidor (2021a, não paginado) destaca que:

Quase todos os bancos comerciais oferecem essa modalidade de investimento e não é preciso ser correntista para investir. Basta comparecer a uma agência bancária portando os seguintes documentos e suas respectivas cópias: CPF, documento de identidade e comprovante de residência.

Importante destacar que a rentabilidade da poupança depende da taxa Selic que é determinada pelo Banco Central, sendo que, para depósitos concretizados até maio de 2012 e para momentos em que a taxa Selic esteja superior a 8,5% o investimento rende 0,5% ao mês mais a taxa referencial (TR), porém caso seja menor, rende apenas 70% da taxa Selic. (PORTAL DO INVESTIDOR, 2021a).

Para o recebimento dos juros o titular da conta precisa deixar o valor investido até a data de aniversário da aplicação, dessa forma é preciso que o dinheiro esteja por pelo menos um mês na conta, caso seja efetuado um saque antes da data de aniversário, perde-se os juros. (GRÜSSNER, 2007).

Dessa forma, Zogbi (2020) cita que a poupança é um péssimo investimento, devido a baixa rentabilidade, e que só é concretizada na data de aniversário da aplicação, para a autora existem investimentos mais benéficos, principalmente para os indivíduos que pensam no longo prazo.

Diante disso, Nigro (2018) corrobora afirmando que poupar é diferente de investir, para o autor na poupança as pessoas apenas guardam dinheiro, que fica atrelado à conta corrente e ao cartão de crédito, facilitando o consumo do recurso.

Portanto, a poupança é um investimento tradicional, seguro e de fácil acesso da população, que devido ao baixo risco possui as menores rentabilidades do mercado financeiro, dessa forma para indivíduos que já possuem uma vida financeira organizada é recomendado investirem em aplicações mais rentáveis. (CEF, 2017; GRÜSSNER, 2007; NIGRO, 2018; ZOGBI, 2020).

6.4.2 Tesouro Direto

O Tesouro Direto, também chamado de TN é onde os títulos públicos são negociados. (BARROS; TORRES, 2014). Segundo o Portal do Investidor (2021b, não paginado) “Os Títulos Públicos são emitidos pelo Governo Federal com o objetivo de

captar recursos para o financiamento da dívida pública e das atividades governamentais (educação, saúde etc)”.

O órgão responsável por administrar os Títulos Públicos do Tesouro Direto é a Secretaria do TN, dessa forma para adquiri-los é necessário ser residente do Brasil, possuir CPF (cadastro de pessoa física) e estar cadastrado em instituições financeiras autorizadas a operar no Tesouro Direto. (PORTAL DO INVESTIDOR, 2021b).

De acordo com Grüssner (2007) os títulos do Tesouro Direto são os investimentos mais seguros do mercado financeiro, pois o Governo Federal é o devedor dos títulos, dessa forma a chance de inadimplência é mínima.

Os títulos públicos podem ser divididos em duas categorias: prefixados ou pós-fixados. Na primeira categoria, os investidores no momento da compra já sabem a rentabilidade que vão receber, caso continuem com o título até a data do vencimento. Já na segunda categoria, a rentabilidade exata é indefinida, pois muda conforme o comportamento das variáveis da economia, como a inflação e a taxa de juros. (KREVER; DUTRA; LAZZARETTI, 2017). Os títulos pós fixados podem ser atrelados ao Tesouro IPCA+ (ligado a inflação) e ao Tesouro Selic (ligado a taxa Selic). (TN, 2016).

Os títulos do Tesouro Direto ainda podem ser resgatados antecipadamente, porém os mesmos são vendidos pelo valor de mercado, que em alguns casos podem ser desfavoráveis para os seus detentores. (GRÜSSNER, 2007). Outro ponto relevante é o prazo de aplicação, pois os investimentos estão sujeitos ao IR, de acordo com a tabela regressiva, conforme o Quadro 12:

Quadro 12 – Tributação IRPF

Tempo de Investimento	Aliquota do Imosto de Renda
Até 180 dias	22,5%
De 181 dias a 360 dias	20%
De 360 dias a 720 dias	17,5%
Acima de 720 dias	15%

Fonte: Adaptado de BTGP (2021).

Algumas vantagens de se investir no Tesouro Direto são: segurança, acessibilidade, facilidade, liquidez e rentabilidade (que é superior aos retornos oferecidos por outros produtos de renda fixa). (TN, 2016).

Em vista disso, o Tesouro Direto é considerado um investimento extremamente seguro, que gera rentabilidade acima de outros produtos financeiros e

que possui alta liquidez (o governo garante a recompra do título), dessa forma é importante que o investidor tenha objetivos claros e prazos definidos, para não precisar resgatar os títulos antes de seus vencimentos e obter prejuízos. (GRÜSSNER, 2007; TN, 2016).

6.4.3 CDB

Os Certificado de Depósito Bancários (CDB) são títulos de renda fixa onde os investidores emprestam dinheiro aos bancos em troca do recebimento de juros, os bancos por sua vez, utilizam esse recurso para financiar o capital de giro das empresas. (KREVER; DUTRA; LAZZARETTI, 2017). Dessa forma, somente bancos comerciais, bancos múltiplos e bancos de investimentos são autorizados a emitir tais títulos. (SEBBEN, 2011).

Grüssner (2007, p. 59) destaca que:

O CDB é uma modalidade de aplicação com prazo, condições de remuneração e liquidez definidas no ato de cada aplicação. Normalmente, quanto maior a quantia investida e maior o prazo de permanência no investimento, maiores as taxas de retorno negociadas.

Diante disso o BTGP (2021) cita que uma grande vantagem desse investimento é a segurança, sendo caracterizado como um investimento de baixo risco. Santos (2010) acrescenta que bancos de menor credibilidade e tamanho, tendem a oferecer retornos mais atrativos aos investidores. Já a desvantagem está atrelada a incidência de IR, principalmente nos investimentos de curto prazo, onde incidem 22,5% dos rendimentos da aplicação. (BTGP, 2021).

Da mesma forma que acontece no Tesouro Direto, os CDB podem ser prefixados ou pós-fixados. (BARROS; TORRES, 2014). A diferença para o Tesouro Direto é que nos investimentos pós-fixados o *benchmark* (indicador de referência) utilizado pelos bancos é o Certificado de Depósitos Interbancários (CDI). (BTGP, 2021).

6.4.4 Ações

As ações são títulos nominativos emitidos por empresas de capital aberto, que se denominam sociedades anônimas. (SANTOS, 2010). Essas empresas recorrem a abertura de capital como um meio de captação de recursos para expansão de seus negócios, dessa forma abdicam uma parcela de suas organizações em prol do crescimento, essa é uma medida para não precisarem recorrer a empréstimos para financiarem suas operações. (BARROS; TORRES, 2014).

Ao adquirir ações de empresas de capital aberto, os investidores se tornam sócios das mesmas, dessa forma possuem direitos e deveres perante a sociedade, na proporção de suas participações. (SANTOS, 2010).

A principal entidade no Brasil responsável por administrar a compra e venda de ações (denominados pregões) é a BM&FBovespa (Bolsa de Valores) sediada no estado de São Paulo, sendo que, as únicas entidades autorizadas a participar dos pregões são as corretoras financeiras. (BARROS; TORRES, 2014).

Dessa forma, para investir na Bolsa de Valores os investidores precisam primeiramente abrir uma conta em uma corretora financeira, é aconselhável que considerem aspectos como taxa de manutenção da conta, e taxa de corretagem (valor cobrado para execução de ordens de compra e venda) ao escolherem a melhor corretora de acordo com seus objetivos. (GRÜSSNER, 2007).

Investir no mercado de ações é caracterizado como um investimento de renda variável, dessa forma possui um alto grau de risco, pois da mesma forma que o preço da ação de uma empresa pode subir, também pode cair, devido a imprevisibilidade do mercado. (NIGRO, 2018; SEBEN, 2011).

As ações podem ser divididas em duas categorias: preferenciais e ordinárias. Na primeira os acionistas possuem preferência na distribuição de dividendos e não possuem direito a votação na Assembleia de Acionistas, já na segunda os acionistas possuem direito ao voto, mas recebem os dividendos somente depois dos acionistas preferenciais. (SEBEN, 2011).

Os investidores auferem lucros no mercado de ações quando vendem as ações por um preço superior ao da compra, e quando a empresa distribui dividendos e juros de capital próprio. (NIGRO, 2018). Importante ressaltar que para pessoas físicas, existe isenção do IR quando o valor de venda de todas as suas operações

dentro do mês for inferior a R\$20.000,00 (vinte mil reais), acima disso existe há incidência de 15% de IRPF sobre os lucros auferidos. (SEBBEN, 2011).

Portanto o mercado de ações é o mais arriscado, e o que possivelmente mais gera lucros aos investidores, desde que os mesmos tenham frieza, e sabedoria na escolha das melhores ações para compor a sua carteira de investimentos. (NIGRO, 2018).

6.4.5 Fundos de Investimento

De acordo com o Portal do Investidor (2021c):

Fundo de Investimento é uma comunhão de recursos, captados de pessoas físicas ou jurídicas, com o objetivo de obter ganhos financeiros a partir da aplicação em títulos e valores mobiliários. Isto é: os recursos de todos os investidores de um fundo de investimento são usados para comprar bens (títulos) que são de todos os investidores, na proporção de seus investimentos.

Nesse sentido, a CEF (2017, não paginado) destaca que “Existem vários tipos de fundos de investimentos para vários perfis de investidores, de conservadores a moderados até os arrojados, que aceitam correr mais riscos na hora de investir”.

Dessa forma os fundos de investimento podem ser classificados em: fundo de curto prazo, fundo referenciado, fundo de renda fixa, fundo de ações, fundo cambial, fundo de dívida externa e fundo multimercado. (PORTAL DO INVESTIDOR, 2021c). No Quadro 13 é descrito as características dos principais fundos de investimentos.

Quadro 13 – Características dos fundos de investimentos

Curto Prazo	São os mais conservadores, investem em títulos públicos e privados com prazo máximo de 375 dias.
Referenciado	São fundos que acompanham um <i>benchmark</i> (indicador de referência) sendo que 95% da carteira precisa estar atrelada nele.
Renda Fixa	Aplicam no mínimo 80% do patrimônio em títulos de renda fixa pré-fixados ou pós-fixados.
Multimercado	Mesclam investimentos nos mercados de renda fixa, ações e outros.
Ações	Indicados para investimentos de longo prazo, os fundos possuem no mínimo 67% do patrimônio investido em ações, estando sujeitos a grandes oscilações de preços, dessa forma possuem risco alto.

Fonte: Adaptado de MACEDO JR (2007).

Grüssner (2007) cita que os fundos de investimento são compostos por quotas, somando-se todas elas o valor patrimonial do fundo é conhecido, sendo que, com uma quota o investidor possui uma parcela das empresas que pertencem ao fundo.

Desse modo, Nigro (2018) afirma que a vantagem de investir em fundos de investimento, é que a partir de uma única cota, o investidor possui uma quantidade de ativos que provavelmente não conseguiria adquirir com o mesmo valor, caso comprasse por conta própria.

Nigro (2018) ainda cita que outra grande vantagem dos fundos de investimentos é que o investidor possui uma equipe especializada trabalhando diariamente para aplicar os recursos de forma eficaz.

Dessa maneira, é importante que os investidores leiam o regulamento do fundo, onde constam todas as informações relevantes, tais como a composição da carteira, custos, estratégia, impostos e regras de movimentação, para verificarem se o investimento faz sentido para seus objetivos. (GRÜSSNER, 2007).

6.5 INVESTIMENTOS FINANCEIROS NO BRASIL

Uma recente pesquisa realizada pela empresa Brasil Bolsa Balcão (B3) (2020) constatou que o número de investidores brasileiros pessoas físicas aumentou, passando de 1 milhão em maio de 2019 para 3,2 milhões em novembro de 2020. Segundo Fradinho (2021) esse movimento é devido a democratização dos investimentos e de informações obtidas principalmente através das redes sociais.

Sob aspectos demográficos a pesquisa ainda aponta que dos investidores brasileiros, 74% são homens e 26% mulheres, 26% possuem entre 18 a 24 anos, e 42% entre 25 a 34 anos, sendo que 56% recebem até R\$4.999, no passo que 29% de R\$5.000 até 10.000, enquanto 8% possui entre R\$10.000 até 15.000 mensais. (B3, 2020). (FRADINHO, 2021).

Do ponto de vista técnico, os entrevistados possuem um perfil conservador (18%), e 39% moderado e arrojado. Sendo que, atualmente 72% investem em ações, 42% no Tesouro Direto, 26% no CDB e 38% optam pela poupança. Considerando possíveis investimentos no futuro, 78% optam por ações, 41% Tesouro Direto, 27% CDB e 22% pela poupança. (B3, 2020).

Já a pesquisa de Cadore (2007) com a finalidade de identificar o perfil do investidor pessoa física do Banco do Brasil, revelou que 82% dos entrevistados, aplicam até 25% do seu patrimônio pessoal, já 15% destinam de 25% a 50%.

A pesquisa ainda mostrou que o principal objetivo dos investimentos foram: formar uma poupança para utilização futura 53%, preservar o patrimônio 28%, diversificar os investimentos 13% e 6% buscaram uma rentabilidade superior aos investimentos tradicionais. (CADORE, 2007).

Sendo que, 10% investiram por um prazo de no máximo 5 anos, 15% no máximo 2 anos, 19% somente por um ano, enquanto 56% dos entrevistados investiram por prazo indefinido. (CADORE, 2007).

Apesar do crescente interesse da população por investimentos financeiros, a pesquisa de Oliveira (2018) com o intuito de demonstrar a importância do controle financeiro pessoal revelou que 68% dos entrevistados não investem, já 10% investem até 10% do seu salário, no passo que 12% investem até 20% e 4% aplicam até 30% em relação ao nível salarial.

Já a pesquisa de Vieira (2014) com o objetivo de verificar a relação entre endividamento e a falta de planejamento financeiro, evidenciou que 66% dos entrevistados aplicam seus recursos, apesar disso, 80% dessa aplicação é destinada a poupança, enquanto 20% em ações. O que denota a falta de conhecimento sobre aplicações seguras, que proporcionam um retorno maior que o obtido na poupança. (CERBASI, 2019).

7 MÉTODO DE PESQUISA

Toda pesquisa científica precisa necessariamente estar fundamentada em métodos que possibilitem o desenvolvimento do estudo. No geral “Método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um certo fim ou um resultado desejado.” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2006, p. 27). “Em outras palavras, ele é o caminho que percorremos para chegar a uma conclusão científica”. (MASCARENHAS, 2012, p. 36).

Danton (2002) acredita que o método de pesquisa possui o objetivo de mostrar de que forma a pesquisa científica será conduzida, onde o pesquisador define a metodologia que será usada, o tipo de pesquisa, o universo, a amostra, e a forma como os dados serão coletados e tratados.

Mascarenhas (2012) complementa que o método de pesquisa possui a finalidade de explicar todo o processo feito durante o desenvolvimento do estudo. Portanto, conclui-se que a escolha correta do método de pesquisa é primordial para o desenvolvimento do estudo, tendo em vista que ele é um parâmetro que mostra de que forma o pesquisador pretende alcançar os resultados da pesquisa.

Sendo assim, nesta monografia o método de pesquisa utilizado é o indutivo, que possui o objetivo de ampliar o conhecimento sobre determinado tema, ao observar características individuais e generalizá-las. (MARKONI; LAKATOS, 2017).

Ou seja, neste método “O argumento passa do particular para o geral, uma vez que as generalizações derivam de observações de casos da realidade concreta.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 127). A escolha desse método, se deve pela premissa de que ao analisar casos específicos, é possível obter conclusões gerais sobre os fenômenos analisados.

Dessa forma, esta monografia é de natureza aplicada, que tem como objetivo gerar conhecimento para aplicação prática, em prol da solução de problemas específicos. (PRODANOV; FREITAS, 2013). Optou-se pela natureza aplicada devido a abordagem para fins práticos que essa natureza contempla.

7.1 TIPO DE PESQUISA

Sobre o tipo de pesquisa da monografia, foi abordado o objetivo do estudo, o procedimento escolhido e a abordagem com que o tema foi tratado.

Dentre os inúmeros objetivos de estudo, optou-se pela pesquisa descritiva. Nesse sentido, para Prodanov e Freitas (2013, p. 127), a pesquisa descritiva “Expõe as características de uma determinada população ou fenômeno, demandando técnicas padronizadas de coleta de dados.”

Barros e Lehfeld (2007, p. 61) corroboram ao enfatizar que:

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas.

Portanto, ao adotar a pesquisa descritiva, é possível analisar dados da população do estudo, e correlacioná-los quando necessário, onde um dos maiores atributos é a precisão obtida de informações sobre o comportamento humano. (BARROS; LEHFELD, 2007; PRODANOV; FREITAS, 2013). Sendo que, essa é a justificativa da escolha por esse método de pesquisa, onde busca-se analisar dados sobre o perfil financeiro dos acadêmicos entre os 18 aos 24 anos da UCS do CAHOR localizado em Canela, RS, com a melhor exatidão possível.

O procedimento escolhido para a realização da monografia foi o levantamento *survey*, sendo que, para Profanov e Freitas (2013) esse tipo de pesquisa consiste na entrevista direta de pessoas, sobre determinado assunto, através de um questionário.

Mascarenhas (2012) cita que, com o levantamento *survey* é possível compreender melhor o comportamento da população do estudo, e acrescenta que um dos benefícios dessa pesquisa é a facilidade em quantificar os resultados obtidos, favorecendo a análise de dados.

Dessa forma, o levantamento *survey* possui as características necessárias para o desenvolvimento da pesquisa, principalmente no que tange a entrevista do público alvo do estudo.

Quanto à abordagem do problema, esta monografia se identifica como quantitativa e qualitativa. Sendo que, a escolha da primeira abordagem, é devido ao uso de técnicas estatísticas para a coleta de dados da pesquisa, procurando traduzir em números os conhecimentos gerados. (PRODANOV; FREITAS, 2013). Enquanto o uso da abordagem qualitativa é justificado, na medida em que os dados coletados foram analisados pelo pesquisador. (MASCARENHAS, 2012).

7.2 UNIVERSO E AMOSTRA

Após definido os parâmetros ideais para o tipo de pesquisa adotado na monografia, foi necessário determinar o universo e a amostra da mesma. Nesse sentido, Prodanov e Freitas (2013) citam o universo (também chamado de população) como o total de indivíduos que possuem características idênticas, que são determinadas pelo estudo.

Giacon, Fontes e Grazzia (2017, p. 14) acrescentam que a população “Deve ser entendida como a totalidade de elementos, sujeitos ou objetos que contêm informações importantes para a compreensão do problema de pesquisa.”

Por fim, Marconi e Lakatos (2017) enfatizam que o universo é onde o pesquisador define que pessoas, coisas ou fenômenos serão pesquisados, a partir de características comuns, como por exemplo, sexo e faixa etária de idade. Dessa forma, o universo da pesquisa será enriquecido pelos acadêmicos da UCS do CAHOR localizado em Canela, RS.

Após estabelecido o universo da pesquisa, é fundamental determinar a amostra da mesma. Sendo que, para Prodanov e Freitas (2013, p. 98) a “Amostra é parte da população ou do universo, selecionada de acordo com uma regra ou um plano.” Basicamente, “Amostra é um pedaço da população que vamos estudar.” (MASCARENHAS, 2012, p. 53).

Sendo que, nesta monografia foi utilizada a amostragem não probabilística intencional, pois os elementos que compuseram a amostra não foram selecionados aleatoriamente, ou seja, houve uma limitação geográfica e de faixa etária. (MALHOTRA, 2019; PRODANOV; FREITAS, 2013).

Portanto, a amostra da monografia foi composta por 216 acadêmicos da UCS do CAHOR entre os 18 aos 24 anos de idade. Chegou-se nesse resultado a partir de informações obtidas através da secretaria do CAHOR, considerando os acadêmicos matriculados com a referida idade, no período letivo 2021/04 que representaram 70% (490 acadêmicos) do CAHOR.

Para chegar nesse tamanho amostral foi utilizado uma ferramenta online de cálculo amostral da *Survey Monkey*, que é uma empresa líder em desenvolvimento de softwares de pesquisas, que possui o objetivo de ajudar pesquisadores e entrevistadores tanto profissionais como amadores. (MONKEY, 2021).

O resultado amostral de 216 acadêmicos foi obtido a partir dos seguintes parâmetros: população de 490 acadêmicos, grau de confiança de 95% e margem de erro de 5%, conforme exposto na Figura 2:

Figura 2 – Tamanho da amostra
Calcule o tamanho da sua amostra

Tamanho da população ⓘ	Grau de confiança (%) ⓘ	Margem de erro (%) ⓘ
<input style="width: 90%;" type="text" value="490"/>	<input style="width: 90%;" type="text" value="95"/>	<input style="width: 90%;" type="text" value="5"/>

Tamanho da amostra
216

Fonte: *Monkey* (2021).

Gil (2019) cita que em pesquisas sociais geralmente trabalha-se com esses níveis percentuais de grau de confiança e margem de erro. Sendo que, o grau de confiança indica o quanto o pesquisador pode estar confiante de que a população total do estudo escolha determinada opção do questionário, e a margem de erro mostra a probabilidade percentual em que a resposta obtida pode variar (para mais ou para menos) no universo da pesquisa. (*MONKEY*, 2021).

7.3 COLETA DE DADOS

Nesta seção foi definido como e onde os dados da monografia foram coletados, para posterior análise dos mesmos.

Diante disso, coletar de dados “Significa definir um instrumento para mensurar as variáveis de interesse da pesquisa, bem como definir como e quando os dados serão coletados.” (GIACON; FONTES; GRAZZIA, 2017, p. 22). Sendo que, as informações obtidas através da coleta de dados, devem responder ao problema de pesquisa do estudo. (ESTRELA, 2018).

Os dados da monografia foram coletados na UCS mais precisamente no CAHOR, situado em Canela, RS, onde o público alvo do estudo foram os acadêmicos entre 18 aos 24 anos de idade. Os dados da pesquisa foram obtidos on-line através

de um questionário elaborado na plataforma Formulários Google, que está disponível no Apêndice A.

Dessa forma, o instrumento de pesquisa adotado foi o questionário que se caracteriza como uma observação direta extensiva. (PRODANOV; FREITAS, 2013). É importante destacar que o questionário foi constituído tanto de perguntas fechadas e abertas, ou seja, algumas questões tiveram suas respostas delimitadas enquanto outras permitiram que os acadêmicos dessem um feedback com suas próprias palavras. (MASCARENHAS, 2012).

Mascarenhas (2012) ainda cita que o questionário é a melhor opção quando o pesquisador busca medir dados com maior precisão, essa atribuição é concedida na medida em que a tabulação e à análise dos dados utilizando esse instrumento, é mais usual em relação a outros métodos. Sendo assim, optou-se pela utilização de um questionário on-line devido a facilidade em coletar e tabular os dados obtidos e a fidedignidade sobre os dados coletados, que esse instrumento de pesquisa oferece.

Por fim, foi aplicado um pré-teste, também chamado de estudo piloto, que basicamente é uma pesquisa em escala reduzida, onde o objetivo é testar a técnica de coleta de dados da pesquisa, sendo que, caso o pesquisador encontre algum erro, é possível corrigi-lo para que não se repita na pesquisa principal. (MASCARENHAS, 2012).

Diante disso, o pré-teste foi realizado no dia 24 de setembro de 2021 no CAHOR da UCS localizado em Canela, RS. O teste foi enviado por e-mail a 10 acadêmicos entre a faixa etária de 18 aos 24 anos de idade. Após o pré-teste três perguntas foram modificadas, conforme o Quadro 14:

Quadro 14 – Adequações pós pré-teste

(continua)

Pergunta inicial	Pergunta final
8- Você registra todas as suas receitas e despesas mensalmente?	8- Realizar um orçamento pessoal permite um controle sobre a vida financeira, para isso é necessário registrar as receitas e despesas mensalmente. Diante disso, você registra todas as suas receitas e despesas mensalmente?
13- Sobre os seus sonhos e objetivos: (Ex: comprar um carro, imóvel, viajar).	13- O que você faz em relação aos seus sonhos e objetivos? Exemplo: comprar carros, imóveis, fazer viagens.

(conclusão)

<p>14- “Endividamento pessoal” Conceito: comprar antes de pagar totalmente o produto ou serviço adquirido. Exemplo: compras realizadas no cartão de crédito. Diante dessa afirmação:</p>	<p>14- O endividamento pessoal ocorre quando o indivíduo adquire produtos e serviços e não os paga no ato da compra. Exemplo: compras realizadas no cartão de crédito. Diante dessa afirmação eu?</p>
---	---

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que na pergunta número oito, foi apresentado um conceito de orçamento pessoal, visto que não havia sido mencionado nenhum argumento para essa pergunta. Já as perguntas número treze e quatorze foram reformuladas, para melhor compreensão. Ressalto que os integrantes que compuseram o pré-teste foram excluídos da pesquisa principal.

7.4 TRATAMENTO DOS DADOS

Visando tratar os dados com o objetivo de organizá-los e sintetizá-los, para que possibilitem responder o problema de pesquisa proposto, os dados da monografia foram tratados sob a perspectiva da análise univariada e bivariada, também chamada de análise cruzada. (GIL, 2019).

O primeiro método consiste em analisar uma variável por vez, desde que tenham relevância para a pesquisa. (GIL,2019). Diante disso todas as perguntas do estudo, foram analisadas de modo isolado.

Já o segundo método consiste em analisar duas variáveis simultaneamente, buscando uma possível relação entre as variáveis confrontadas. (GIL, 2019). Dessa forma, as variáveis que representam os objetivos específicos da monografia foram confrontadas entre si, e com algumas questões que se mostraram relevantes no decorrer do estudo.

Logo, o método estatístico escolhido para o desenvolvimento da análise univariada e da análise cruzada, é a distribuição de frequência. Segundo Malhotra (2019, p. 389) “Trata-se de uma distribuição matemática cujo objetivo é obter uma contagem do número de respostas associadas a diferentes valores de uma variável e expressar essas contagens em termos de porcentagens.”

Mas para que a distribuição de frequência seja efetiva é necessário utilizar técnicas estatísticas que auxiliem esse método. (MALHOTRA, 2019). Nesse sentido a técnica estatística escolhida foi a medida de tendência central. Gil (2019, p. 193) comenta que “Medidas de tendência central são utilizadas para caracterizar o que é típico no grupo estudado. As mais importantes são a média aritmética, a mediana e a moda.” Nesta monografia utilizou-se a média aritmética, que é o “Valor obtido somando todos os elementos de um conjunto e dividindo a soma pelo número de elementos”. (MALHOTRA, 2019, p. 391).

Para auxiliar o tratamento dos dados, os mesmos foram codificados em letras e números para facilitar o seu processamento conforme sugerem Prodanov e Freitas (2013).

Dessa forma, as perguntas do estudo foram representadas por números iniciando no numeral um até o numeral vinte e seis, e a resposta das variáveis de cada pergunta foram representadas por letras, que vão de acordo com a quantidade de opções da pergunta, sendo que a pergunta número quatro, apresenta a maior possibilidade, iniciando na alternativa “A” até a “J”.

Outro ponto importante é que o questionário foi dividido em quatro seções, destinadas primeiramente a conhecer o perfil dos respondentes, verificar se utilizam algum tipo de planejamento financeiro, identificar se estão endividadas e se aplicam seus recursos no mercado financeiro, por fim foi utilizada a análise cruzada para questões que tiveram destaque.

Os dados da monografia ainda foram tabulados por meio da planilha eletrônica Microsoft Excel, visando organizar, analisar e transcrever as variáveis da pesquisa conforme sugere Appolinário (2016). Optou-se pela utilização desse recurso tendo em vista a facilidade em elaborar os cálculos estatísticos assim como as tabelas e gráficos, conforme orientam Prodanov e Freitas (2013). Após a tabulação dos dados, os mesmos foram interpretados através de figuras e tabelas para melhor compreensão do estudo.

8 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Devido a vital importância que as finanças pessoais ocupam na vida dos indivíduos, atrelado a pesquisa do SPC (2019a) que concluiu que aproximadamente 47% dos jovens de 18 a 24 anos não controlam suas finanças, fez-se necessário a realização desta monografia.

Dessa forma, o universo desta monografia foi composto pelos acadêmicos da UCS especificadamente do CAHOR, que possuem entre 18 a 24 anos de idade, logo a amostra da pesquisa foi de 216 acadêmicos, sendo que destes 62 acadêmicos responderam ao questionário.

Nas próximas seções serão apresentados e discutidos os resultados obtidos com a realização desta monografia. Dessa forma, este capítulo foi estruturado em sete seções, compreendendo o perfil da amostra, questões sobre planejamento financeiro, endividamento pessoal, investimentos financeiros e a análise cruzada de questões que se mostraram relevantes para o atingimento dos objetivos específicos da presente monografia, assim como considerações finais sobre a análise de dados e por fim foram sugeridas propostas de melhorias.

8.1 PERFIL DA AMOSTRA

Após a realização da coleta de dados constatou-se que o público alvo desta monografia foi predominantemente feminino (53,23%) 33 acadêmicas, frente a 46,77% do público masculino, 29 acadêmicos, totalizando 62 entrevistados. Quanto a idade, 29,03% (18) entrevistados possuem 24 anos, 14,52% (9) 23 anos, 20,97% (13) 22 anos, 9,68% (6) 21 e 19 anos e 8,06% (5) possuem 18 e 20 anos.

Sendo que, dos acadêmicos entrevistados 87,10% são solteiros e 12,90% casados. Quanto ao curso, (40,32%) cursam administração, (14,52%) ciências contábeis, (9,68%) hotelaria e marketing, (8,06%) gastronomia, (6,45%) gestão financeira, (4,84%) gestão de turismo e (3,23%) cursam direito e gestão de recursos humanos.

Sobre o aspecto financeiro, (54,84%) dos entrevistados possuem uma renda inferior a R\$ 2.500,00, (40,32%) recebem entre 2.500 R\$ até 4.999,99 e (4,84%) ganham entre R\$5.000,00 até R\$10.000,00.

Na Tabela 10 observa-se uma síntese do perfil dos entrevistados.

Tabela 10 – Perfil dos entrevistados

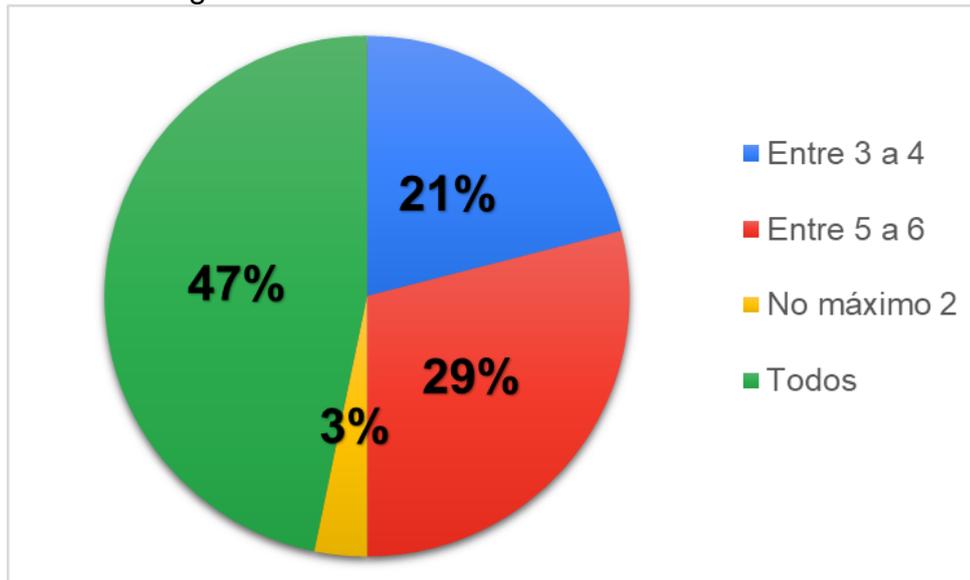
Variáveis	Freq. Abs.	Freq. Rel (%)
Idade		
18	5	8,06%
19	6	9,68%
20	5	8,06%
21	6	9,68%
22	13	20,97%
23	9	14,52%
24	18	29,03%
Total Geral	62	100,00%
Gênero	Freq. Abs.	Freq. Rel (%)
Masculino	29	46,77%
Feminino	33	53,23%
Total Geral	62	100,00%
Estado civil	Freq. Abs.	Freq. Rel (%)
Solteiro(a)	54	87,10%
Casado(a)	8	12,90%
Total Geral	62	100,00%
Curso	Freq. Abs.	Freq. Rel (%)
Administração	25	40,32%
Ciências Contábeis	9	14,52%
Direito	2	3,23%
Gastronomia	5	8,06%
Gestão de Recursos Humanos	2	3,23%
Gestão de Turismo	3	4,84%
Gestão Financeira	4	6,45%
Hotelaria	6	9,68%
Marketing	6	9,68%
Total Geral	62	100,00%
Renda Mensal	Freq. Abs.	Freq. Rel (%)
Abaixo de R\$2.500,00	34	54,84%
Entre R\$2.500,00 a R\$4.999,99	25	40,32%
Entre R\$5.000 a R\$10.000,00	3	4,84%
Total Geral	62	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em suma, a maioria dos acadêmicos que responderam à pesquisa são mulheres (53,23%) possuem 24 anos (29,03%), solteiros (87,10%), cursam administração (40,32%) e possuem uma renda mensal de no máximo R\$2.500,00 (54,84%).

A respeito do conhecimento financeiro, foram apresentados sete termos envolvendo finanças pessoais (crédito, endividamento, imposto de renda, inadimplência, inflação, investimento financeiro e juros) onde os acadêmicos apontaram quantos deles conheciam, sendo que, a maioria dos entrevistados conheciam todos os termos (47%) conforme constatado na Figura 3.

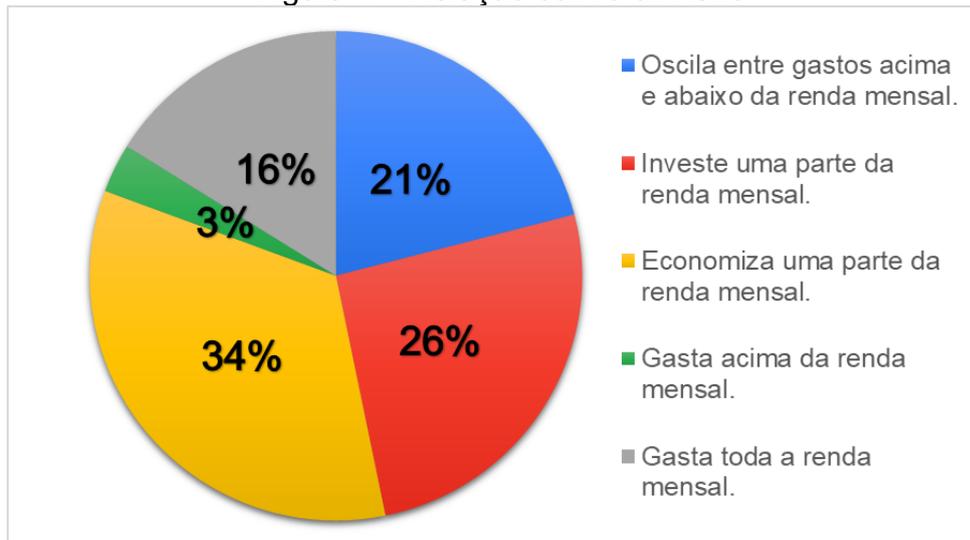
Figura 3 – Conhecimento de termos financeiros



Fonte: Elaborado pelo autor.

Após o conhecimento sobre termos financeiros, a última pergunta sobre o perfil dos acadêmicos (questão sete do questionário) foi para descobrir a relação dos mesmos com o dinheiro, sendo que, os resultados apontaram que: 34% conseguem economizar uma parcela do que ganham, no passo que 26% investem uma parcela dos seus proventos, já 21% oscilam entre gastar acima e abaixo do que seus rendimentos permitem, enquanto 16% gastam toda a renda que recebem e somente 3% gastam valores acima de seus rendimentos, conforme mostra a Figura 4.

Figura 4 – Relação com o dinheiro



Fonte: Elaborado pelo autor.

Diante do exposto, no geral os acadêmicos estão em grande parte nos três últimos grupos do perfil financeiro, com destaque para o perfil composto pelos economizadores ou poupadores, seguido pelos perfis dos investidores e dos desligados.

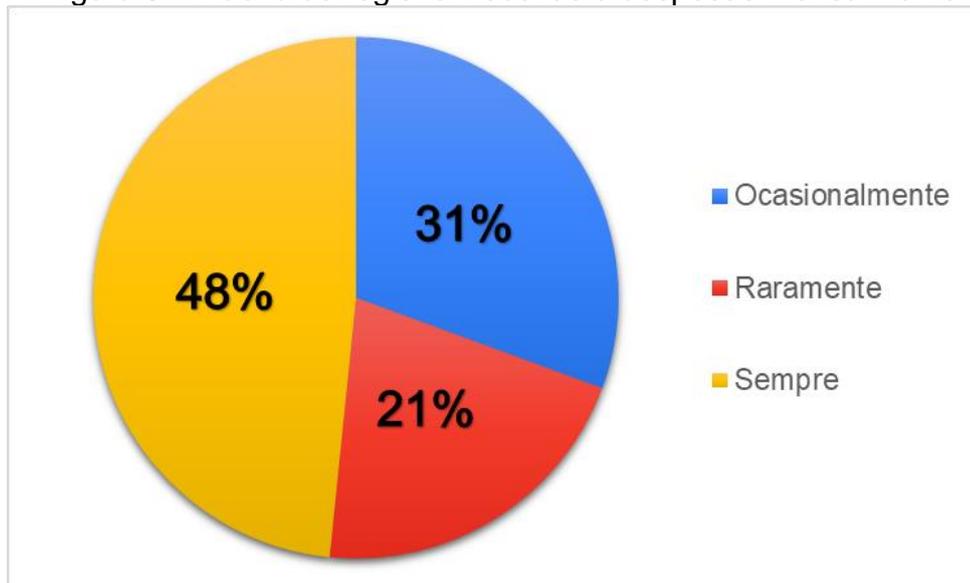
8.2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

A respeito do planejamento financeiro foram feitas seis perguntas aos acadêmicos sobre esta questão, no intuito de verificar se os mesmos realizavam um planejamento financeiro nas suas rotinas.

Segundo a CVM (2014) o primeiro passo para realizar um planejamento financeiro é registrando todas as receitas e despesas mensalmente, dessa forma a primeira pergunta foi para verificar se os acadêmicos possuíam o hábito de fazer esse registro.

De forma que os resultados apontaram que 48% dos acadêmicos sempre registram suas receitas e despesas mensalmente, enquanto 31% ocasionalmente e 21% raramente fazem esse registro. Percebe-se que de forma geral a grande maioria dos entrevistados registram suas receitas e despesas. Na Figura 5 é possível observar essas evidências.

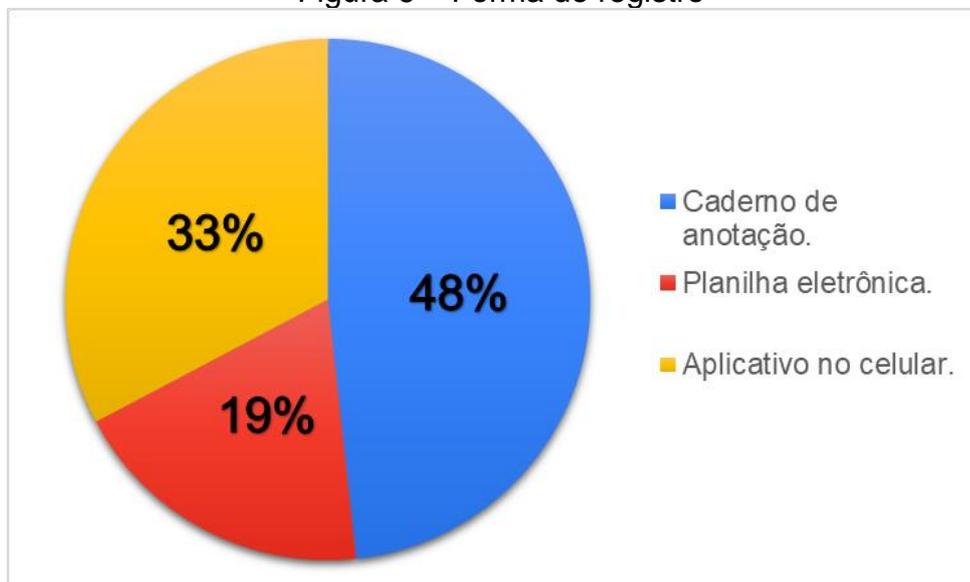
Figura 5 – Hábito de registrar receitas e despesas mensalmente



Fonte: Elaborado pelo autor.

Diante disso, a segunda pergunta sobre planejamento financeiro (questão nove do questionário) foi para descobrir a forma como eram feitos os registros de receitas e despesas, conforme demonstrado na Figura 6.

Figura 6 – Forma de registro



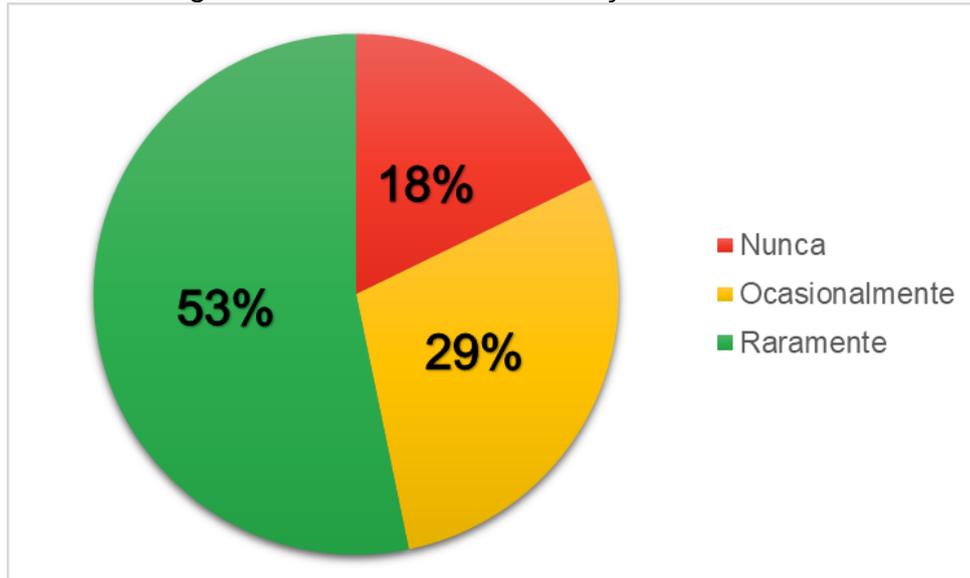
Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que dos acadêmicos que registram suas receitas e despesas, 48% fazem por meio de um caderno, enquanto 33% usam aplicativos do celular, e 19% utilizam planilhas eletrônicas. Ressalta-se que o percentual de acadêmicos que

usam o caderno como forma de registro foi semelhante aos 47% encontrado por Braido (2014) conforme abordado na seção 4.3 do Capítulo 4.

Após o questionamento da forma como eram feitos os registros financeiros, os acadêmicos foram questionados a respeito de possíveis problemas financeiros, conforme constatado na Figura 7.

Figura 7 – Problemas com o orçamento mensal

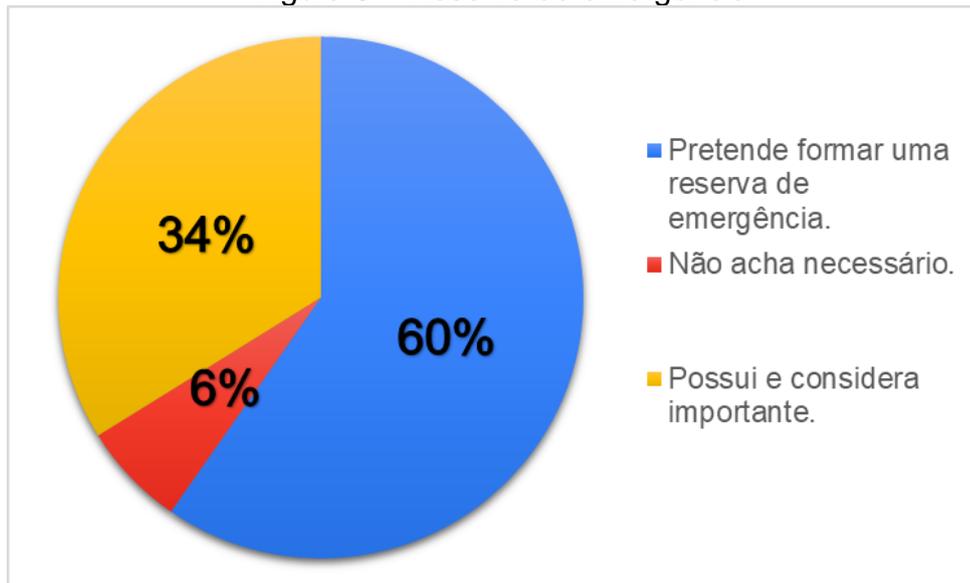


Fonte: Elaborado pelo autor.

Percebe-se que 18% dos acadêmicos nunca apresentam problemas com o orçamento mensal, e a grande maioria correspondendo a 53% dos entrevistados apresentam raramente, enquanto 29% ocasionalmente obtém esse tipo de problema. Esses dados mostram que os acadêmicos dificilmente possuem problemas durante o orçamento mensal, o que difere com a pesquisa de Vieira (2014).

Segundo a CVM (2014) possuir uma reserva de emergência, ou seja, ter disponibilidades financeiras em investimentos de alta liquidez, que cubram o custo de vida do indivíduo por no mínimo seis meses é importantíssimo visando um planejamento financeiro adequado e correto, dessa forma, os acadêmicos foram questionados a respeito de possuírem reservas de emergências, as respostas estão disponíveis na Figura 8.

Figura 8 – Reserva de emergência



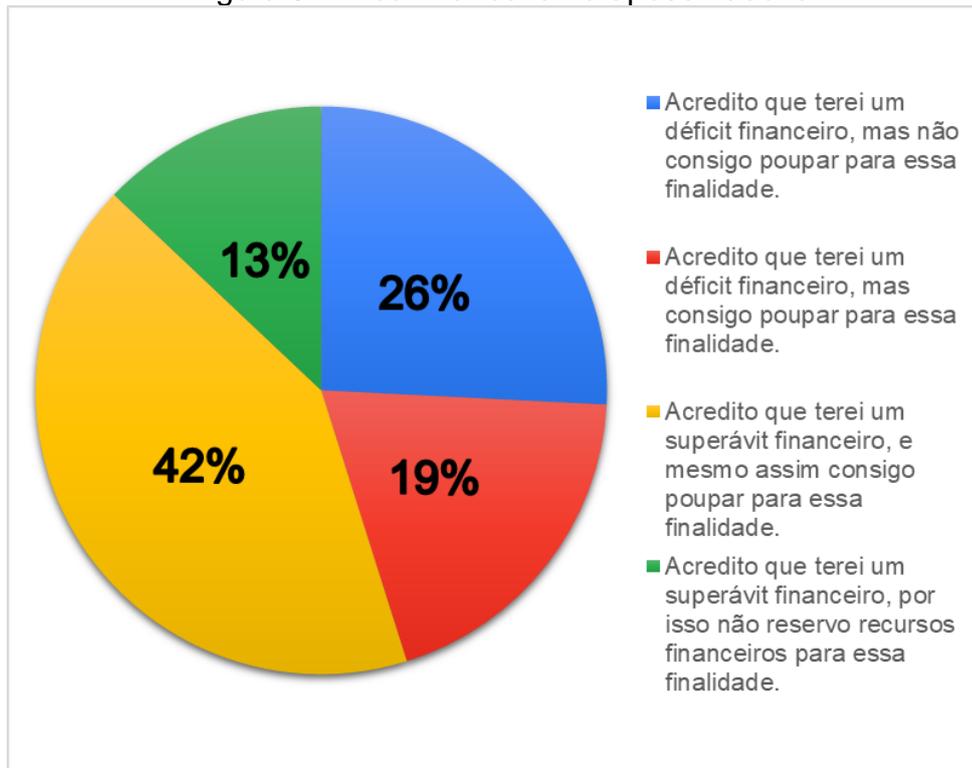
Fonte: Elaborado pelo autor.

No geral, apenas 34% possuem uma reserva de emergência, os restantes 66% não possuem, porém 60% desses pretendem formar uma reserva, e somente 6% consideram desnecessário, o que mostra que apesar de menos da metade dos acadêmicos disporem de uma reserva, a grande maioria daqueles que não possuem, entendem a importância e pretendem construí-la.

Outro quesito relevante para um planejamento financeiro que é mencionado pela CVM (2014) é a preparação para uma aposentadoria, diante disso os acadêmicos foram questionados sobre o que pensavam sobre essa fase da vida no quesito financeiro.

Os dados mostraram que do ponto de vista geral 61% dos acadêmicos acreditam que terão um superávit financeiro, enquanto os restantes 39% creem num déficit financeiro. Sendo que, do total de entrevistados, 42% que acreditam num superávit mesmo assim guardam reservas financeiras para esse propósito, apenas 13% não guardam por estarem nessa situação, por outro lado, 19% dos acadêmicos que acreditam que estarão em déficit financeiro, desde já, reservam uma quantia mensal para essa finalidade, porém 26% não conseguem executar essa mesma ação, conforme exemplificado na Figura 9.

Figura 9 – Vida financeira na aposentadoria



Fonte: Elaborado pelo autor.

A CVM (2014) acredita que para um planejamento financeiro estar completo é necessário conciliar objetivos e sonhos com as finanças pessoais. Dessa forma, os acadêmicos foram questionados se programavam mensalmente recursos para tais finalidades, conforme explanado na Figura 10.

Figura 10 – Sonhos e objetivos pessoais



Fonte: Elaborado pelo autor.

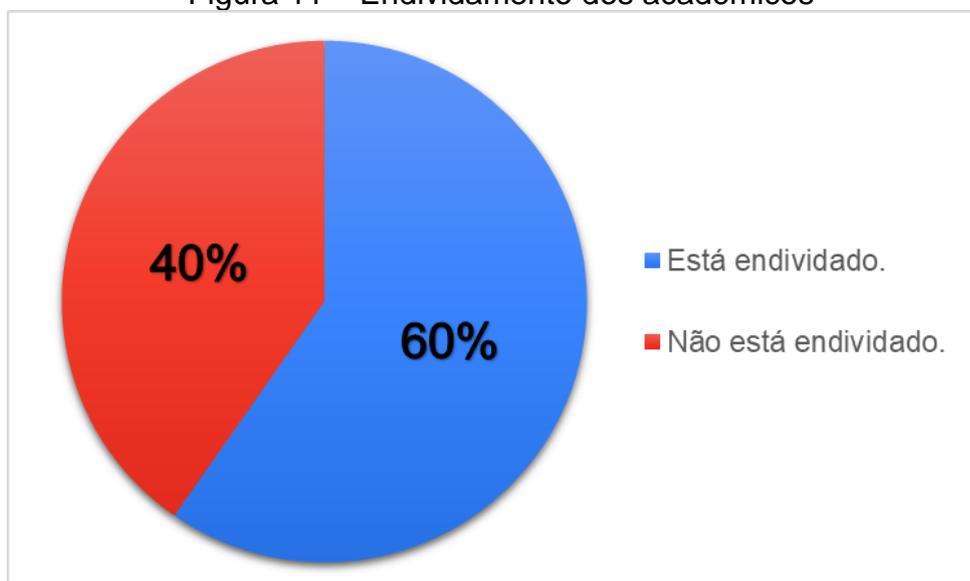
Observa-se que a maioria dos acadêmicos, que totalizam 45% dos entrevistados reservam mensalmente recursos financeiros em busca de sonhos e objetivos pessoais, sendo que 36% pretendem reservar e 19% não reservam nenhum recurso financeiro.

Logo, observou-se nessa seção, que de forma geral os acadêmicos da UCS do CAHOR, fazem uso de um planejamento financeiro, sendo que, dos quatro principais pontos (registro de receitas e despesas, possuir reserva de emergência, pensar nas finanças para a aposentadoria e reservar mensalmente recursos para sonhos e objetivos) apresentados pela CVM (2014) 48% dos acadêmicos sempre registram suas receitas e despesas, 42% acreditam que terão um superávit financeiro na aposentadoria e ainda assim guardam recursos para essa fase, 45% também guardam recursos para a conquista de sonhos e objetivos, e embora apenas 34% possuam uma reserva de emergência, 60% pretendem formá-la.

8.3 ENDIVIDAMENTO PESSOAL

O segundo termo abordado nesta monografia é o endividamento pessoal, para isso foram desenvolvidas seis perguntas visando o esclarecimento dos acadêmicos em relação a essa situação financeira, que iniciam na pergunta quatorze do questionário até a dezenove. A primeira delas, que visou verificar se os acadêmicos estavam endividados está disponível na Figura 11.

Figura 11 – Endividamento dos acadêmicos

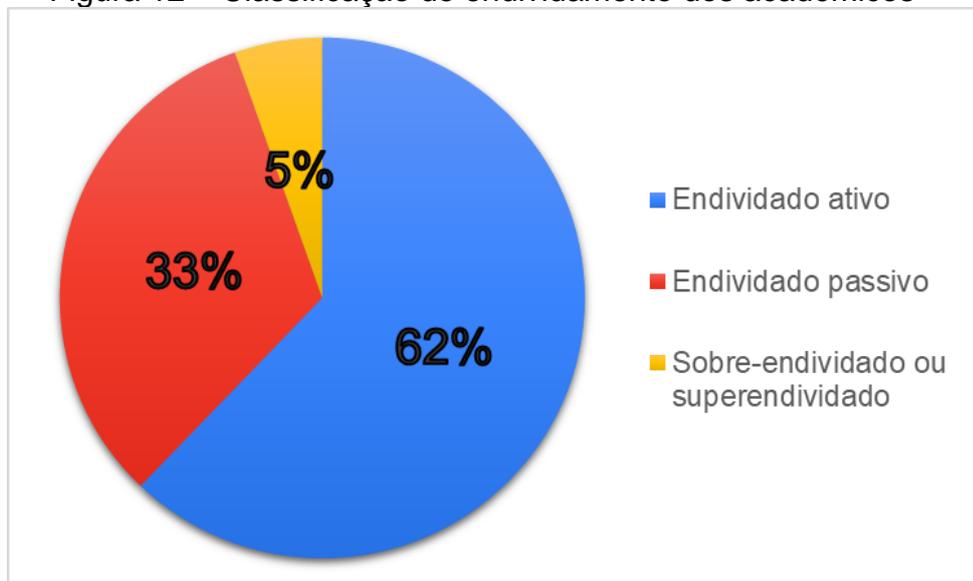


Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se na Figura 11 que a maioria dos acadêmicos afirmaram estarem endividados correspondendo a 60% do total, frente a 40% que informaram não estarem nessa situação financeira. Ressalta-se que os acadêmicos apresentaram um nível de endividamento inferior aos níveis apresentados pela população brasileira (6,5% menor) e pela população riograndense (11,6% menor). (CNC, 2020; FECOMERCIO RS, 2020).

Após descobrir o nível de endividamento, os acadêmicos indicaram em qual classificação de endividamento se encontravam, sendo que os mesmos poderiam ser endividados ativos, ou seja, aqueles que não se controlam ao realizarem compras, independente da necessidade, endividados passivos que estão nessa situação devido a imprevistos como doenças, desemprego, acidentes entre outros, e por fim, superendividados que além de comprarem acima da necessidade, não conseguem quitar as dívidas financeiras adquiridas. (INFOMONEY, 2010; RIBEIRO; LARA, 2016). A Figura 12 exemplifica tais situações.

Figura 12 – Classificação de endividamento dos acadêmicos

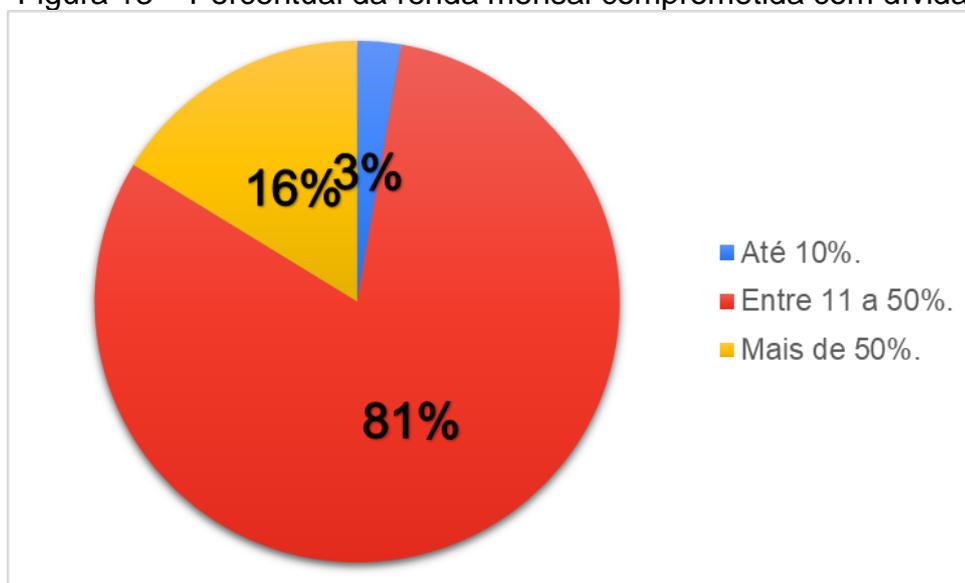


Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota-se que a maioria dos acadêmicos que se encontram endividados, se classificam como endividados ativos (62%), ou seja, estão nessa situação por consumirem além da necessidade, enquanto apenas 33% estão endividados devido a imprevistos, e somente 5% enfrentam o superendividamento.

Outro ponto relevante foi descobrir o percentual da renda mensal dos acadêmicos que estava comprometido por dívidas, conforme ilustra a Figura 13.

Figura 13 – Percentual da renda mensal comprometida com dívidas



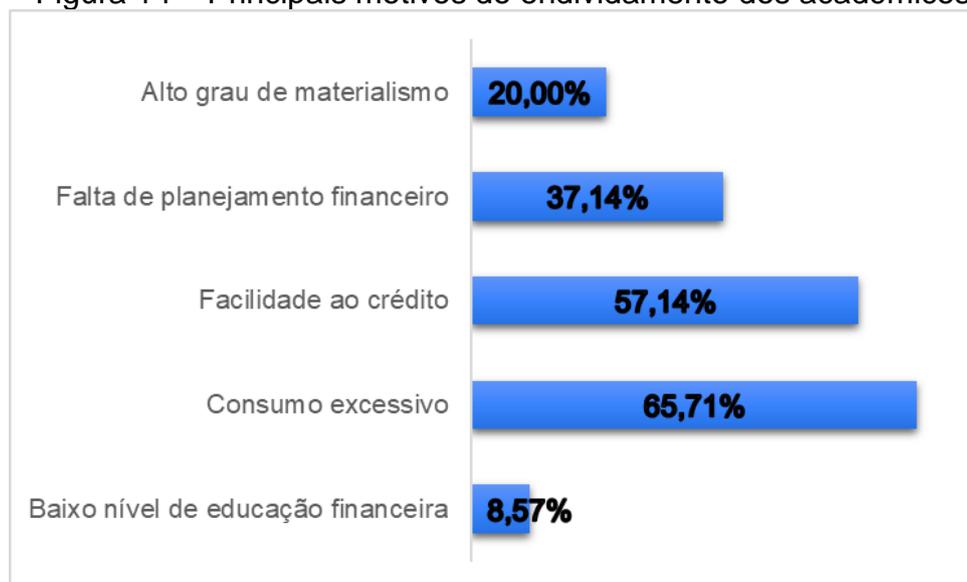
Fonte: Elaborado pelo autor.

Percebe-se na Figura 13 que grande parte dos acadêmicos estão comprometidos com dívidas de 11 a 50% de seus rendimentos mensais, correspondendo a 81% do total de entrevistados, enquanto 16% possuem mais de 50% da renda comprometida e apenas 3% estão comprometidos com no máximo 10% de seus rendimentos.

Os níveis de endividamento na relação comprometimento com dívidas x renda mensal foi superior ao apresentado pela população riograndense, que apresentou resultados de 55,4% da população com até 10% da renda comprometida, 42,7% de 11 a 50% e somente 1,9% com mais de 50%, ou seja, os acadêmicos apresentaram um movimento inverso. (FECOMERCIO RS, 2020).

A quarta questão envolvendo o endividamento pessoal, foi para verificar os principais motivos dessa causa, onde os acadêmicos puderam escolher mais de uma opção, os resultados estão expostos na Figura 14.

Figura 14 – Principais motivos do endividamento dos acadêmicos



Fonte: Elaborado pelo autor.

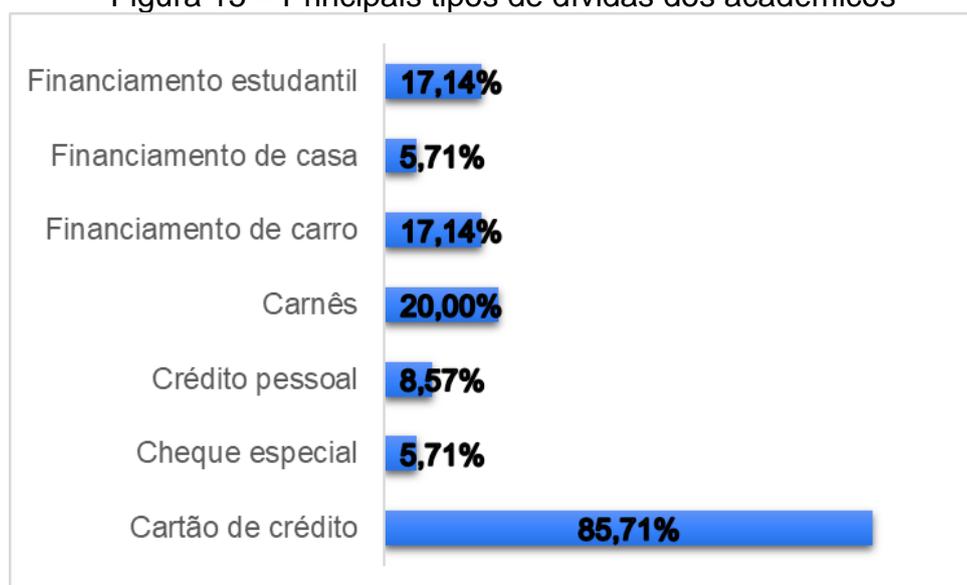
Percebe-se que dos cinco fatores apresentados na Figura 14, o consumo excessivo obteve destaque (65,71%) seguido pela facilidade ao crédito (57,14%), pela falta de planejamento financeiro (37,14%) alto grau de consumismo (20%) e por fim, pelo baixo nível de educação financeira (8,57%).

Dessa forma, ao contrário do que evidenciado por Santos e Souza (2014) o consumo excessivo foi o principal motivo do endividamento dos acadêmicos. A facilidade ao crédito também obteve bastante relevância, confirmando as afirmações de Ribeiro e Lara (2016), Bortoluzzi et al. (2015) e Silva e Souza (2015). Outro destaque foi a falta de planejamento financeiro, que corrobora com os estudos de Lucena et al. (2014), Olivato e Souza (2007) e Serasa Experian (2018).

Em relação ao materialismo, os resultados encontrados foram ao encontro dos estudos de Flores, Vieira e Coronel (2013) e Minella et al. (2017) evidenciando que o materialismo não possui uma significativa relação com o endividamento, dessa forma, confrontando os estudos de Trindade, Righi e Vieira (2012).

Após elencar os principais motivos que causaram o endividamento nos acadêmicos, os mesmos foram questionados a respeito dos principais tipos de dívidas adquiridos, conforme mostra a Figura 15.

Figura 15 – Principais tipos de dívidas dos acadêmicos



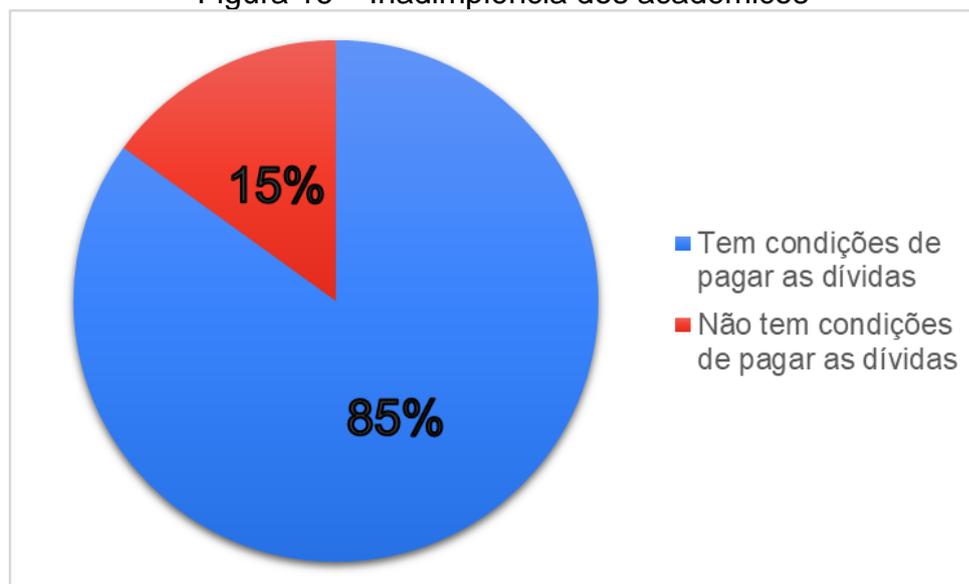
Fonte: Elaborado pelo autor.

Das sete opções da Figura 15 quatro obtiveram destaque, dentre elas o cartão de crédito, que foi o principal tipo de dívida adquirido pelos acadêmicos, 85,71% dos endividados possuem essa dívida, no passo que 20% das dívidas provem de carnês e 17,14% de financiamento estudantil e de carro.

Ressalta-se que o percentual de dívidas do cartão de crédito de 85,71% foi similar ao exposto nas pesquisas da CNC (2020) que apresentou 78% e do Fecomércio RS (2020) 86,6%. As dívidas oriundas de carnês (20%) foram semelhantes ao nível nacional 16,8% e abaixo do nível riograndense de 35,9% e em relação ao financiamento de carro os acadêmicos mostraram um endividamento acima das duas pesquisas que obtiveram 10,7% em nível nacional e 12,1% em nível riograndense. (CNC, 2020; FECOMERCIO RS, 2020).

Por fim, os acadêmicos foram questionados se dentre todas as suas dívidas, alguma estava em atraso, de modo que foi observado que grande parte dos acadêmicos que estão endividados possuem condições de quitar suas dívidas (85%), enquanto (15%) estão inadimplentes. Ressalta-se que o percentual de acadêmicos inadimplentes é menor do que os níveis de nacionais e regionais, que apresentaram (25,5%) e (26,4%) respectivamente. (CNC, 2020; FECOMERCIO RS, 2020). Na Figura 16 é possível observar os resultados encontrados.

Figura 16 – Inadimplência dos acadêmicos



Fonte: Elaborado pelo autor.

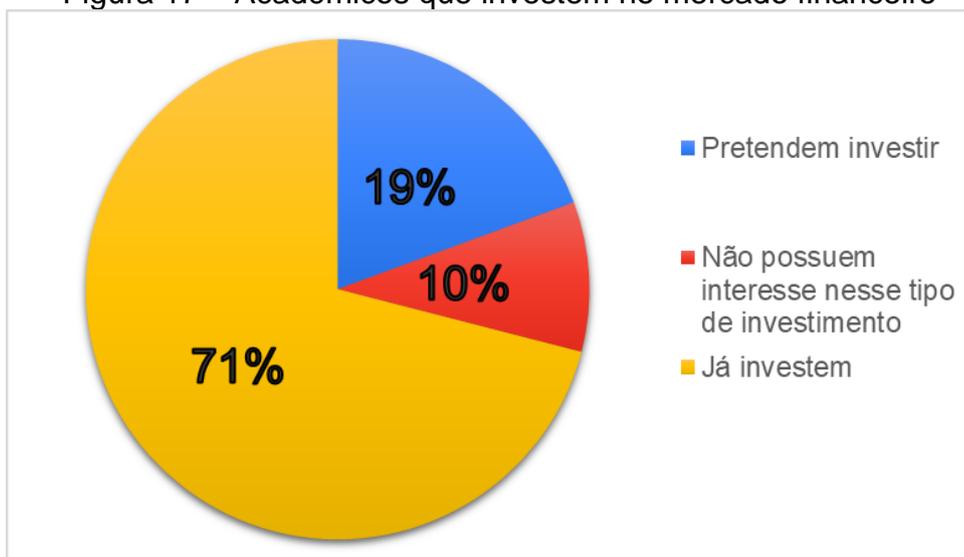
Portanto, observou-se nessa seção, que de forma geral os acadêmicos da UCS do CAHOR, estão endividados correspondendo a 60% dos entrevistados, dentre esses, 62% são classificados como endividados ativos, ou seja compram além da necessidade, fato que foi corroborado com a identificação do consumo excessivo como o principal motivo do endividamento (65,71%) dessa forma, o cartão de crédito foi o principal tipo de dívida adquirido (85,71%), de forma que 81% dos acadêmicos comprometem de 11 a 50% da sua renda com dívidas, apesar disso, 85% afirmaram que conseguem pagar suas dívidas em dia.

8.4 INVESTIMENTOS FINANCEIROS

O último propósito desta monografia foi pesquisar sobre investimentos financeiros no intuito de verificar se os acadêmicos investiam em alguns destes, como por exemplo: poupança, Tesouro Direto, CDB, ações e fundos de investimento. Dessa forma, foram desenvolvidas sete perguntas para responder essa proposta.

Sendo que, a primeira pergunta foi elaborada para verificar se os acadêmicos investiam no mercado financeiro, onde verificou-se que 71% dos acadêmicos investem no mercado financeiro, enquanto 19% pretendem investir, sendo que, apenas 10% afirmaram não possuírem interesse nesse tipo de investimento. Na Figura 17 é possível observar os resultados.

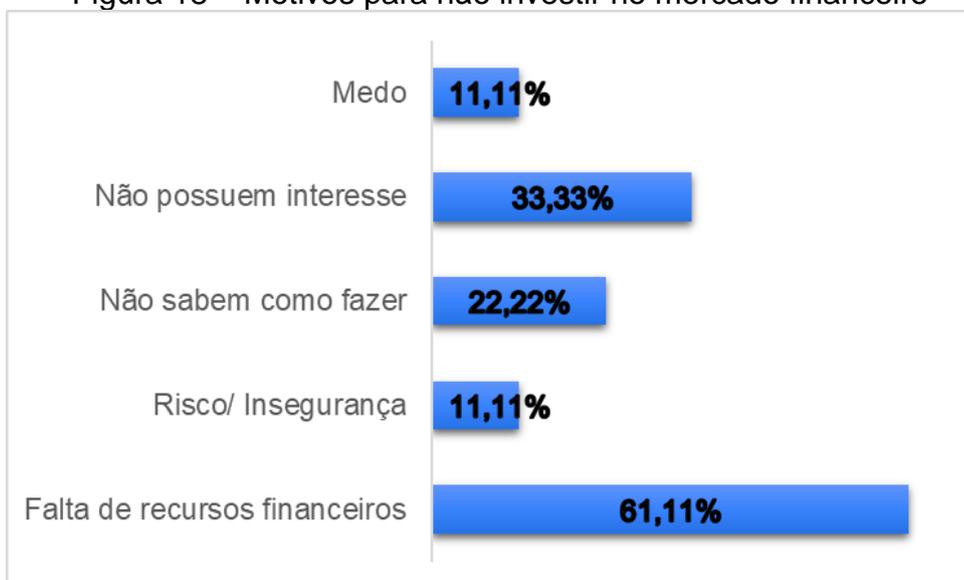
Figura 17 – Acadêmicos que investem no mercado financeiro



Fonte: Elaborado pelo autor.

Já a segunda pergunta desta seção foi para verificar os motivos que impediram os acadêmicos de investirem no mercado financeiro, foram apresentadas cinco opções, das quais os mesmos puderam elencar quantas julgassem necessárias, conforme mostra a Figura 18.

Figura 18 – Motivos para não investir no mercado financeiro



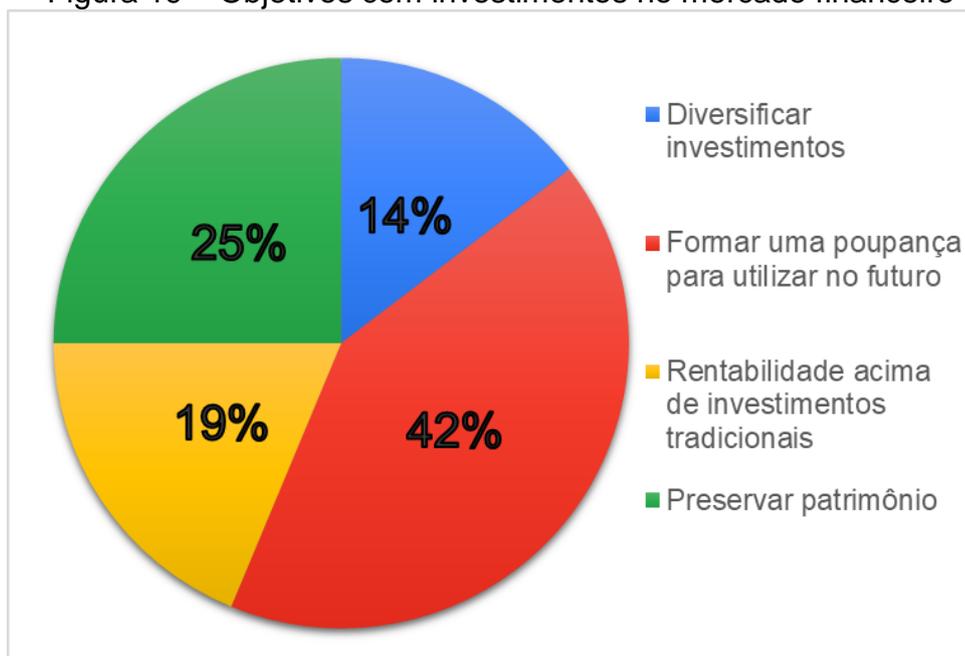
Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme constatado na Figura 18 o principal motivo dos acadêmicos não investirem é a falta de recursos financeiros que correspondeu a 61,11% daqueles que não investem, enquanto o segundo motivo foi a falta de interesse abrangendo 33,33%,

já 22,22% afirmaram não saber como fazer. Fatores como risco e medo alcançaram 11,11%.

Após descobrir os motivos de alguns acadêmicos não investirem no mercado financeiro, aqueles que investem foram questionados sobre os objetivos que possuíam com os investimentos, as respostas estão disponíveis na Figura 19.

Figura 19 – Objetivos com investimentos no mercado financeiro

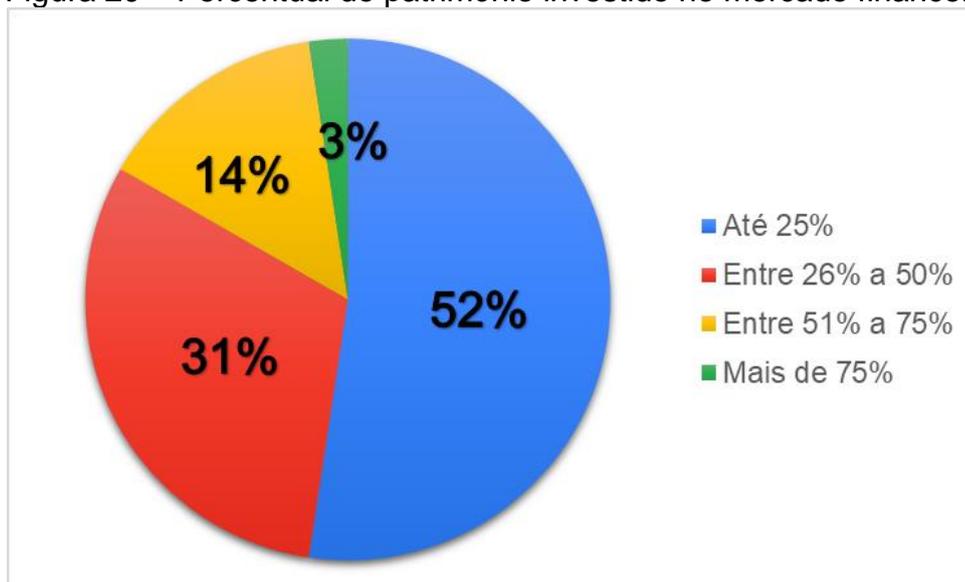


Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Figura 19 é possível observar que 42% dos acadêmicos investem para formar uma poupança para utilizarem no futuro, enquanto 25% buscam preservar o patrimônio, já 19% procuram uma rentabilidade acima dos investimentos tradicionais e apenas 14% querem diversificar seus investimentos. Esses resultados foram similares aos obtidos por Cadore (2007) dos quais apenas se inverteram a relevância dos dois últimos objetivos expostos anteriormente.

Os acadêmicos também foram questionados sobre o percentual do patrimônio pessoal que está investido, na Figura 20 obtêm-se uma síntese dos resultados encontrados.

Figura 20 – Percentual do patrimônio investido no mercado financeiro

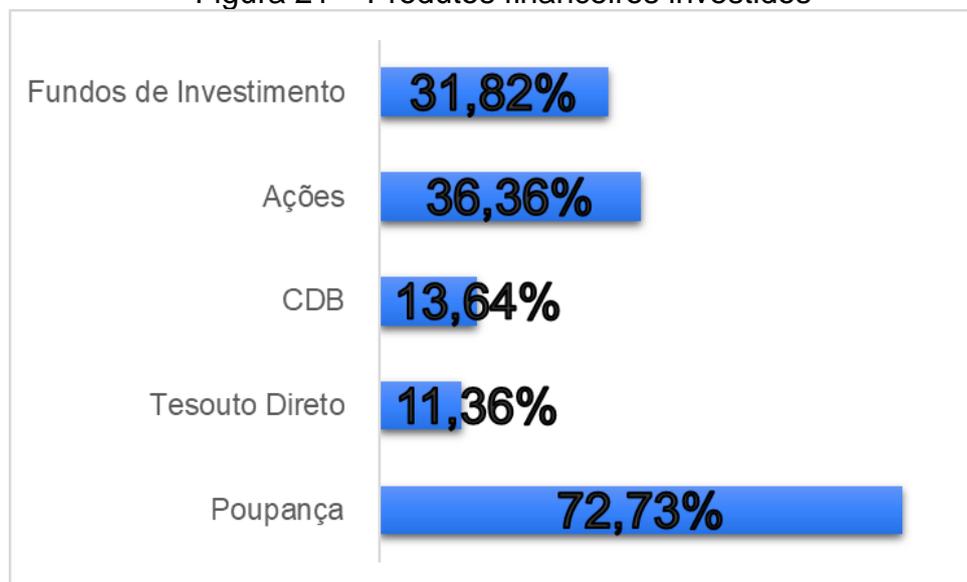


Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme constatado acima, 52% dos acadêmicos investem no máximo 25% do seu patrimônio, enquanto 31% investem até 50%, 14% chegam a investir até 75% e apenas 3% aplicam acima desse percentual. Esses resultados foram superiores aos encontrados por Cadore (2007) sendo que na ocasião, os entrevistados aplicaram no máximo 50% do seu patrimônio pessoal.

Após o percentual do patrimônio aplicado no mercado financeiro pelos acadêmicos, os mesmos foram abordados sobre quais tipos de investimentos eram aplicados, conforme mostra a Figura 21.

Figura 21 – Produtos financeiros investidos



Fonte: Elaborado pelo autor.

Percebe-se que os acadêmicos preferem investir na principal aplicação brasileira, que é denominada de poupança (72,73%), no passo que (36,36%) optam por ações, enquanto (31,82%) aplicam seus recursos em fundos de investimentos, já os produtos mais conservadores do mercado financeiro (desconsiderando a poupança) se mostraram pouco utilizados pelos acadêmicos, sendo que, (13,64%) investem em CDB e (11,36%) no Tesouro Direto.

Comparando esses resultados com a pesquisa da B3 (2020) percebe-se uma discrepância, no passo que a presente pesquisa mostra que os acadêmicos em sua maioria, aplicam seus recursos na poupança e em ações, aquela evidenciou que os principais produtos investidos foram ações (72%) e tesouro direto (42%), sendo que a poupança correspondeu a apenas (38%).

Logo, os acadêmicos foram questionados sobre quais produtos de investimento, pretendiam investir no futuro, as respostas estão expostas na Figura 22.

Figura 22 – Possíveis produtos financeiros investidos no futuro



Fonte: Elaborado pelo autor.

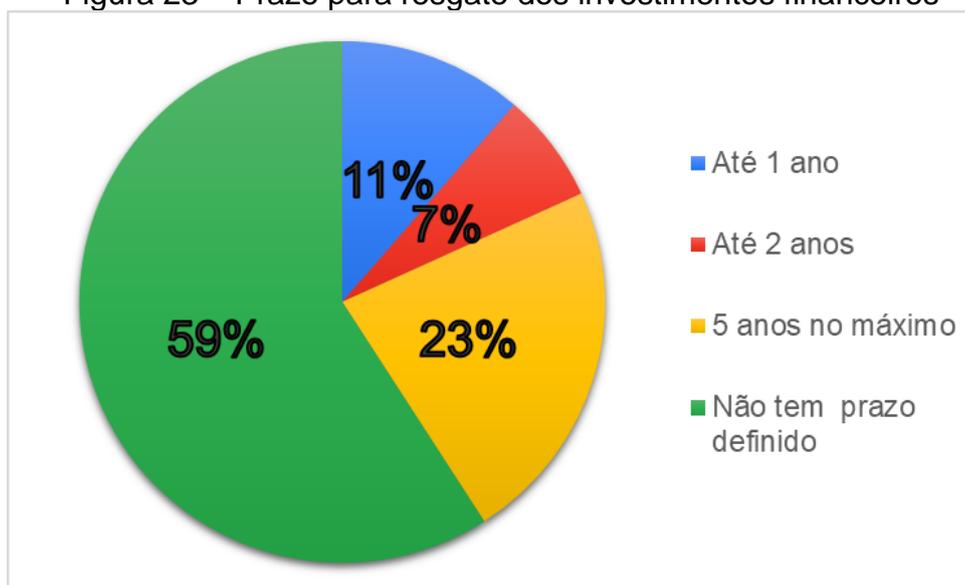
Verificou-se acima que os acadêmicos pretendem aplicar seus recursos no futuro principalmente em ações (48,39%), tesouro direto (29,03%) e na poupança (38,71%), sendo que, (17,74%) desejam investir em CDB e (3,23%) em fundos imobiliários e criptomoedas.

Esses resultados mostram que os acadêmicos desejam investir principalmente em ações, assim como na pesquisa da B3 (2020), porém também

evidencia que os mesmos ainda são relutantes em aplicar seus recursos fora da poupança, no passo que essa foi a segunda alternativa mais assinalada, enquanto na pesquisa da B3 (2020) esse tipo de investimento obteve o menor percentual de respondentes, atingindo 22%.

Por fim, os acadêmicos foram questionados sobre o período em que pretendiam resgatar seus investimentos, os resultados estão expostos na Figura 23.

Figura 23 – Prazo para resgate dos investimentos financeiros



Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se na Figura 23 que 59% dos acadêmicos investem sem possuir um prazo definido para resgate, enquanto 23% pretendem deixar seus recursos alocados por no máximo 5 anos, 7% em até 2 anos e 11% num prazo máximo de 1 ano. Vale ressaltar que o prazo indefinido foi semelhante ao encontrado por Cadore (2007), porém em relação aos outros prazos apresentados os resultados foram conflitantes com o mesmo, de modo que os acadêmicos pretendem resgatar seus investimentos mais cedo do que o obtido com a pesquisa supracitada.

Portanto, nessa seção foi possível observar alguns dos principais pontos em relação a investimentos financeiros, sendo que, dentre eles destacam-se: o percentual de acadêmicos que já investe no mercado financeiro é de 71% sendo que 19% pretendem investir, para aqueles que afirmaram que não investem o principal motivo foi a falta de recursos financeiros.

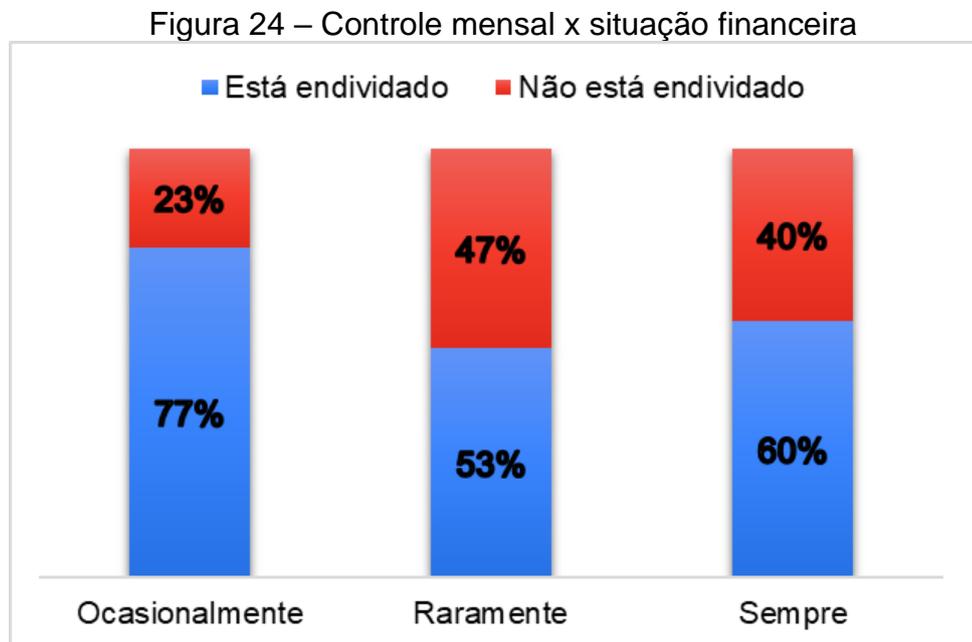
Consequentemente, o principal motivo dos investimentos foram visando a formação de uma poupança correspondendo a 42%, em relação ao patrimônio

pessoal investido no mercado financeiro (52%) investem até 25% dele, de modo que a poupança é o principal investimento (72,73%), já em relação a investimento futuros os acadêmicos mostraram maior interesse em ações (48,39%), sendo que os mesmos possuem um pensamento de longo prazo dado que 59% não tem um prazo definido para resgatar seus recursos.

8.5 ANÁLISE CRUZADA

Nesta seção foi utilizada a análise cruzada, ou seja, os objetivos específicos da presente monografia (verificar se os acadêmicos realizam planejamento financeiro, identificar se estão endividados e se investem no mercado financeiro) foram cruzados entre si, com o gênero e acadêmicos que cursavam administração, no intuito de analisar quais foram as consequências financeiras advindas dessas características, já que tiveram destaque.

Dessa forma, a Figura 24 mostra a relação dos acadêmicos que elaboram um orçamento mensal frente a situação financeira.



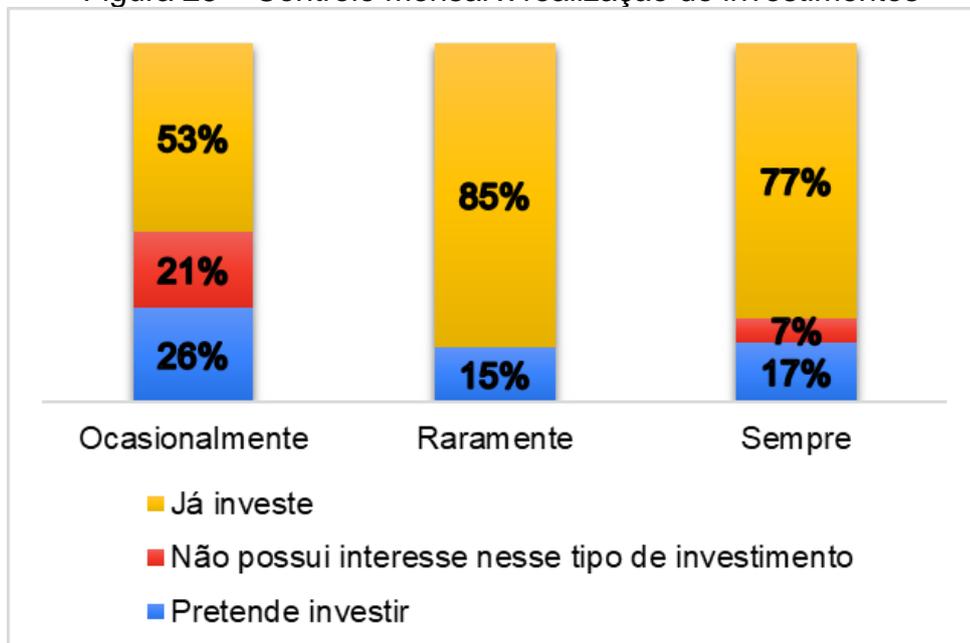
Fonte: Elaborado pelo autor.

Percebe-se que a maioria dos indivíduos que apesar de sempre elaborarem um orçamento mensal, ou seja, registram suas receitas e despesas, encontram-se endividados, em percentual maior do que aqueles que raramente utilizam o

orçamento, porém os indivíduos que ocasionalmente controlam seu orçamento são os mais endividados.

Em relação a elaboração de um orçamento mensal visando investimentos financeiros, os indivíduos que raramente controlam suas finanças mensais, foram os que mais investem no mercado financeiro, já aqueles que ocasionalmente controlam são os que mais pretendem entrar nesse mercado, enquanto a maioria daqueles que sempre registram suas receitas e despesas também já investem, porém em percentuais menores do que aqueles que raramente controlam, conforme demonstra a Figura 25.

Figura 25 – Controle mensal x realização de investimentos



Fonte: Elaborado pelo autor.

Também houve o cruzamento de dados dos indivíduos endividados perante aqueles que realizavam investimentos financeiros, onde verificou-se que o endividamento tem forte influência sobre decisões que envolvem investimentos financeiros, visto que os acadêmicos que não se encontravam endividados investiram mais em comparação a aqueles que estavam em situação oposta, conforme exemplificado na Figura 26.

Figura 26 – Situação financeira x realização de investimentos



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quando os dados foram analisados sob o ponto de vista do gênero, os homens demonstraram ter mais êxito do que as mulheres, tendo em vista que apresentaram índices melhores nos três itens avaliados pela pesquisa, ou seja, tiveram um planejamento financeiro mais rígido, menor índice de endividamento e investiram mais do que as mulheres, conforme exposto na Tabela 11.

Tabela 11 – Mulheres x Homens

Rótulos de Linha	Mulheres		Homens	
	Freq. Abs.	Freq. Rel (%)	Freq. Abs.	Freq. Rel (%)
Ocasionalmente registra	17	52%	2	7%
Raramente registra	2	6%	11	38%
Sempre registra	14	42%	16	55%
Total Geral	33	100%	29	100%
Está endividado	21	64%	16	55%
Não está endividado	12	36%	13	45%
Total Geral	33	100%	29	100%
Pretende investir	8	24%	4	14%
Não possui interesse	6	18%	0	0%
Já investe	19	58%	25	86%
Total Geral	33	100%	29	100%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Vale ressaltar que em relação ao endividamento pessoal da tabela supracitada, as mulheres apresentaram um percentual 4% maior que o encontrado por Bortoluzzi et al. (2015), confirmando que esse público possui uma maior tendência em contrair dívidas do que em relação aos homens.

Como os acadêmicos de administração representaram quase metade do total da amostra (40,32%), os principais objetivos da monografia também foram cruzados com esse perfil, conforme mostra a Tabela 12.

Tabela 12 – Acadêmicos de administração x objetivos específicos

Administração		
Planejamento Financeiro	Freq. Abs.	Freq. Rel (%)
Ocasionalmente	9	36%
Raramente	4	16%
Sempre	12	48%
Total Geral	25	100%
Endividamento Pessoal		
Está endividado	16	64%
Não está endividado	9	36%
Total Geral	25	100%
Investimentos Financeiros		
Pretende investir	7	28%
Não possui interesse	0	0%
Já investe	18	72%
Total Geral	25	100%

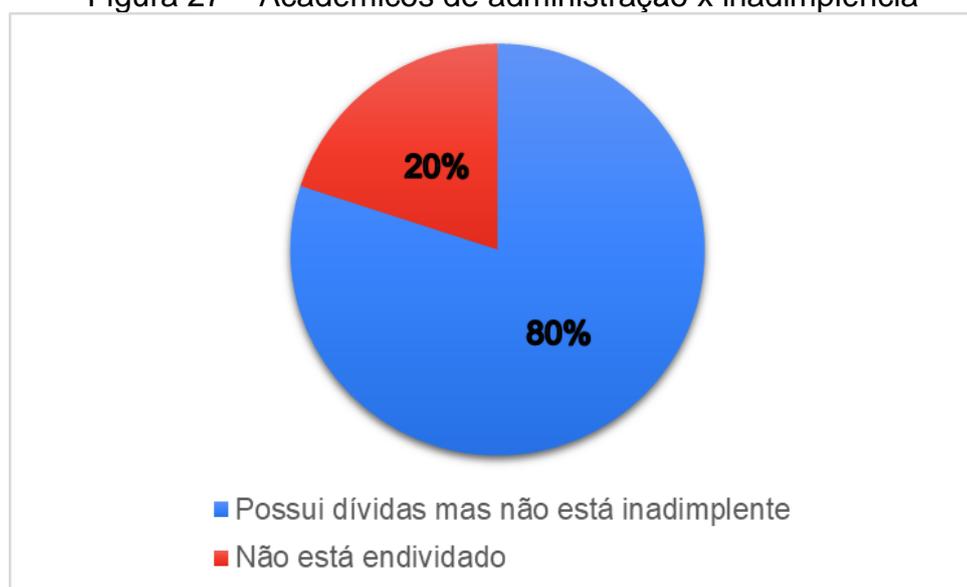
Fonte: Elaborado pelo autor.

Percebe-se que a maioria dos acadêmicos de administração sempre realizam um planejamento financeiro (48%), sendo que a maioria está endividado (64%), em relação a investimentos financeiros (72%) já investem.

Destaca-se que os acadêmicos de administração apresentaram um percentual de endividamento (4%) maior do que o verificado pela amostra geral, já em relação ao planejamento financeiro sob o aspecto dos indivíduos que sempre registram suas receitas e despesas o resultado foi idêntico, enquanto nos investimentos financeiros esses acadêmicos demonstraram melhores resultados que a amostra geral, na medida que (1%) a mais já investe e os (28%) restantes pretendem investir, no passo que na amostra geral esse resultado foi de (19%), demonstrando que os futuros administradores possuem maior interesse nessa área do que a amostra geral.

Como o nível de endividamento dos acadêmicos de administração foi superior a amostra geral, buscou-se aprofundar esse quesito, nesse sentido os dados dos indivíduos desse curso foram cruzados com a inadimplência, que é o maior problema do endividamento, na medida que acontece quando o indivíduo adquire uma dívida e não consegue pagá-la até a data de vencimento. Os dados estão disponíveis na Figura 27.

Figura 27 – Acadêmicos de administração x inadimplência



Fonte: Elaborado pelo autor.

Percebe-se que apesar dos acadêmicos de administração estarem com um percentual de endividamento maior que a amostra geral, em relação a inadimplência esse comportamento é diferente, no passo que nenhum acadêmico desse curso está inadimplente, enquanto na amostra geral, esse percentual chegou a 15%.

Portanto, ao analisar os três fatores simultaneamente (planejamento financeiro, endividamento pessoal e investimentos financeiros) pode-se dizer que: apesar da grande parte dos acadêmicos sempre elaborarem seu orçamento mensal, o mesmo não foi efetivo para o combate ao endividamento dado que o percentual de endividados foi superior nesse grupo e não se mostrou essencial para a realização de investimentos financeiros, visto que os indivíduos que raramente controlam seu orçamento conseguiram investir em maior proporção.

Em relação aos investimentos financeiros e endividamento pessoal, os dados mostraram que os acadêmicos possuem cautela na hora de investir, caso os mesmos se encontrem endividados, fato que demonstra a grande consciência financeira que

possuem quando se trata de investimentos financeiros, que corrobora com o perfil conservador dos acadêmicos onde a maior parte dos investimentos é feita na poupança.

8.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DOS DADOS

Ao finalizar a análise de dados pode-se constatar que os acadêmicos da UCS do CAHOR realizam um planejamento financeiro, na medida que dos quatro principais elementos utilizados nesta monografia como meio de verificação (registro de receitas e despesas, formação da reserva de emergência, aplicação de recursos para a aposentadoria assim como para sonhos e/ou objetivos pessoais) os indivíduos apenas não obtiveram resultados satisfatórios na formação da reserva de emergência (66% não a possuem), porém os mesmos entendem a importância dela e a grande maioria do público pretende formá-la (correspondendo a 60% da amostra).

Em relação ao endividamento pessoal, a maioria dos acadêmicos estão endividados, porém esse percentual foi menor do que o obtido pela pesquisa nacional e regional, todavia o percentual da renda comprometido com dívidas foi superior ao encontrado na pesquisa regional. Dentre os endividados a maior parte do público é classificado como endividados ativos, que são aqueles que compram excessivamente, fato que é corroborado com o consumo excessivo sendo o principal motivo do endividamento.

Sendo que, o segundo principal motivo do endividamento foi a facilidade ao crédito, dado que corrobora com a descoberta do cartão de crédito como o principal meio de aquisição das dívidas, sendo que esse resultado foi semelhante ao encontrado tanto na pesquisa nacional como na regional, é importante destacar que apesar do nível de endividamento alto, grande parte dos acadêmicos possui condições financeiras de quitar suas dívidas, na medida em que apresentaram níveis de inadimplência inferiores ao obtido pela pesquisa nacional e regional.

Sobre investimentos financeiros, os acadêmicos em sua maioria afirmaram que já investem nesse segmento, sendo que aqueles que ainda não o fazem, demonstraram interesse em ingressarem, o principal motivo para não investirem foi a falta de recursos financeiros, porém como citado por Nigro (2018) pode-se começar a investir no Tesouro Direto, um dos investimentos mais conservadores do mercado

financeiro com valores abaixo de R\$40, dado que demonstra que os acadêmicos talvez não possuem interesse por investimentos alternativos a poupança.

Dessa forma, o principal objetivo dos investimentos financeiros dos acadêmicos foi formar uma poupança para utilizar futuramente, dado corroborado quando se verificou que a poupança é o principal investimento utilizado, revelando que os acadêmicos possuem um perfil conservador, porém investimentos como CDB e Tesouro Direto foram poucos aderidos, apesar de serem indicados para esse perfil.

Os investimentos corresponderam principalmente a no máximo 25% do patrimônio pessoal dos acadêmicos, quando interrogados sobre possíveis investimentos no futuro, os mesmos demonstraram maior interesse por ações (renda variável) e poupança (renda fixa), outro ponto relevante é que a maioria da amostra demonstrou ter um pensamento de longo prazo e não possui um prazo definido para resgatar seus investimentos.

Em relação a análise cruzada os dados demonstraram que apesar da maior parte dos acadêmicos sempre elaborarem um orçamento mensal, o mesmo não foi efetivo contra o endividamento pessoal e não foi determinante para a realização de investimentos financeiros, visto que indivíduos que declararam que não registravam sempre seu orçamento conseguiram níveis menores de endividamento e maiores de investimentos.

Outro ponto relevante, é que o endividamento mostrou ter influência significativa na hora de investir, tendo em vista que os indivíduos que não estavam endividados, conseguiram investir mais do que aqueles que possuíam dívidas financeiras.

Em relação ao gênero, os homens demonstraram resultados mais satisfatórios do que em comparação as mulheres. Em relação aos acadêmicos que cursam administração, a maioria executa um planejamento financeiro, e apesar de estarem em maior parte endividados, não apresentaram inadimplência, sendo que investem e possuem maior interesse em investimentos financeiros do que o restante da amostra.

Diante do exposto, os indivíduos no geral apresentam um perfil financeiro de poupadores, dado que a maioria consegue economizar uma parcela de seus rendimentos, e grande parte aplica principalmente na poupança, os enquadrando como investidores extremamente conservadores.

8.7 PROPOSTAS DE MELHORIAS

Após a coleta e a análise de dados da monografia, constatou-se que os acadêmicos apresentam um perfil financeiro voltado para indivíduos poupadores, onde a principal característica desse grupo é a economia mensal de uma parcela da renda, porém ao analisar intrinsicamente os três pilares das finanças pessoais abordados nessa monografia, observou-se que alguns pontos específicos podem ser melhorados, dessa forma foram feitas algumas sugestões.

Os acadêmicos apresentaram um nível geral de planejamento financeiro satisfatório, porém ao analisar a relação do planejamento frente ao endividamento e investimento, os dados da pesquisa mostraram que indivíduos que não possuíam um planejamento rigoroso, obtiveram índices melhores de endividamento e investimento, frente aqueles que afirmaram sempre elaborarem um planejamento financeiro.

Dessa forma, sugere-se que as etapas do planejamento financeiro sejam revistas pelos acadêmicos, para que os mesmos obtenham resultados eficazes nas suas finanças pessoais, outro ponto relevante é que além da realização de um planejamento financeiro, é vital que os acadêmicos acompanhem regularmente seus resultados, através do orçamento mensal planejado x realizado, conforme orienta a CVM (2014).

Em relação ao endividamento pessoal, o maior empecilho encontrado foi o percentual de 11 a 50% da renda mensal comprometida com dívidas, ou seja, até metade da renda dos acadêmicos é destinada a compromissos financeiros adquiridos no passado, tendo essa premissa, sugere-se que os acadêmicos façam algumas alterações em relação ao cerne deste problema, que é o consumo excessivo, visto que esse foi o principal motivo do endividamento.

Dentre algumas das possíveis alterações de consumo citam-se por exemplo: os indivíduos devem planejar compras com antecedência, na existência de ofertas e promoções avaliar se existe uma vantagem real, evitar comprar um produto apenas por ser de determinada marca e principalmente, sempre comparar produtos e preços no intuito de descobrir qual oferece a melhor relação custo benefício. (CFA, 2015).

Acredita-se que executando essas pequenas ações, no decorrer do tempo os acadêmicos consigam diminuir o percentual da renda mensal comprometida com dívidas, sendo que, o saldo que supostamente sobrar, pode ser utilizado para outros

fins. Nesse sentido, chega-se ao último pilar das finanças pessoais abordado nessa monografia, os investimentos financeiros.

Os resultados da pesquisa mostraram que os acadêmicos atualmente investem principalmente na poupança, a mesma ainda foi elencada como um dos principais investimentos que serão utilizados futuramente, porém como os indivíduos apresentaram um perfil financeiro conservador em relação aos investimentos, existem opções mais benéficas do que a poupança.

Diante disso, foi feita uma simulação de investimento financeiro no Tesouro Direto, o investimento mais conservador do mercado financeiro, tendo em vista que o devedor do título é o próprio Governo, ou seja, as chances de não receber o investimento são mínimas, a simulação está exposta na Figura 28.

Figura 28 – Simulação de investimento no Tesouro Direto

TESOURO
PREFIXADO
2026

Data de resgate: 01/01/2026 Valor inicial investido: 2.000,00 Aportes Mensais R\$ 0,00 Soma dos valores investidos (nominal): 2.000,00

Investimento	Valor bruto de resgate (R\$)	Rentabilidade bruta (a.a.)	Custos (R\$)	Valor do imposto de renda (R\$)	Valor líquido de resgate (R\$)	Rentabilidade líquida (a.a.)
Tesouro	3.211,71	12,09	26,35	181,75	2.997,75	10,25
Poupança	2.444,95	4,95	0,00	0,00	2.444,95	4,95
CDB	2.567,38	6,20	0,00	85,10	2.482,28	5,34
LCI/LCA	2.505,71	5,58	0,00	0,00	2.505,71	5,58
Fundo DI	2.583,00	6,36	0,00	85,91	2.487,05	5,39

Fonte: TN (2021).

Essa simulação foi feita com um título prefixado para melhor compreensão, tendo em vista que no momento da aplicação inicial, já se conhece a rentabilidade do investimento. O título vence em 01/01/2026, prazo escolhido devido ao fato de os acadêmicos possuírem características de investidores de longo prazo, dessa forma foi utilizado como parâmetros uma aplicação de R\$2.000,00.

Nota-se que nessa aplicação, a rentabilidade líquida do Tesouro Direto é mais que o dobro da obtida na poupança (10,25% frente a 4,95%) considerando a taxa atual de juros do país, a mesma ainda foi superior aos demais investimentos. Em valores absolutos, R\$2.000 investidos no Tesouro Direto, no final do período se

transformariam em R\$3.211,71 enquanto na poupança essa quantia seria de R\$ 2.444,95.

Desta forma atrelando rentabilidade e segurança, recomenda-se que os acadêmicos invistam uma parcela do seu patrimônio em títulos públicos ao invés da poupança, pois no longo prazo os resultados são benéficos para os investidores (desde que não resgatem o investimento antes do vencimento do título, pois nesse caso, o título é vendido a marcação de mercado e dependendo da taxa atual de juros do país, os investidores podem ter rentabilidades negativas), sendo que a poupança ainda pode ser utilizada como reserva de emergência, tendo em vista a facilidade de resgatar os investimentos nessa modalidade sem que haja a incidência de impostos.

Portanto, a partir das propostas sugeridas, acredita-se que os acadêmicos consigam ser mais efetivos no planejamento financeiro, desde que confrontem o orçamento planejado com o realizado, em relação ao endividamento pessoal é essencial que os mesmos façam uma avaliação pessoal para verificar se tudo que consomem é realmente necessário, já para maximizar seus investimentos financeiros, o Tesouro Direto é a melhor opção, considerando que os acadêmicos possuem um perfil conservador.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria das pessoas passam a vida inteira buscando evoluir financeiramente, querem “crescer na vida”, porém poucas estão dispostas a pagar o preço por isso, algumas sacrificam todo o seu tempo, trabalhando dia e noite, abrindo mão da família em busca desse objetivo, algumas obtêm êxito enquanto outras ficam no meio do caminho.

Mas uma coisa é certa, quanto melhor a relação do indivíduo com suas finanças pessoais, mais rápido esse objetivo pode ser concretizado, relação esta que deve ser iniciada o mais rápido possível, em busca da maximização dos resultados. Porém nessa jornada existem decisões financeiras, que levam a rumos diferentes, criando assim perfis financeiros únicos.

Dessa forma, o problema de pesquisa que levou a realização deste estudo foi: Qual é o perfil financeiro dos acadêmicos da UCS do CAHOR entre os 18 aos 24 anos? Na busca por essa resposta, foram utilizados livros, obras literárias e referências virtuais confiáveis para formar o referencial teórico do estudo, sendo que, posteriormente houve uma entrevista direta com os acadêmicos, em busca de responder o problema de pesquisa.

Conforme se pode perceber no decorrer dessa monografia, os acadêmicos apresentaram um perfil financeiro relacionado a indivíduos poupadores no passo que 34% do total da amostra afirmaram possuir essa condição, ou seja, conseguem poupar mensalmente suas economias.

Dentre os objetivos específicos dessa monografia: verificar se os acadêmicos realizam planejamento financeiro, identificar se estão endividados e se investem no mercado financeiro, pode-se constatar que:

No geral, os acadêmicos apresentaram uma relação saudável com suas finanças pessoais, a grande maioria realiza um planejamento financeiro, sendo que (48%) afirmaram sempre registrar suas receitas e despesas, apesar disso, (60%) do público alvo do estudo estão endividados, porém esse percentual é menor do que o índice nacional (66,5%) e regional (71,6%) com destaque para o nível de inadimplência que foi extremamente menor (15%) frente a (25,5%) do nível nacional e (26,4%) do regional, sendo que a grande maioria dos acadêmicos investem suas economias (71%).

Apesar dessa relação com as finanças pessoais, os acadêmicos não se mostram eficientes na forma como aplicaram suas economias, considerando que a maioria foi destinada a poupança (72,73%), enquanto existem inúmeros investimentos disponíveis que geram melhores rentabilidades, como o Tesouro Direto e CDB.

A diferença desses investimentos pode ser considerada baixa, porém como visto durante todo o curso de administração, uma pequena alteração hoje gera uma grande diferença no futuro, e decisões financeiras seguem essa mesma linha de raciocínio.

Como a grande maioria da amostra foi composta por acadêmicos que cursam administração, esperava-se que tivessem performances melhores do que a amostra geral, tendo em vista que a forma como gerem suas finanças pessoais pode ser considerado um reflexo de como vão administrar as decisões financeiras de futuras empresas.

Dessa forma, quando foi analisado somente os acadêmicos desse curso, os resultados referentes ao planejamento e investimentos financeiros foi similar a amostra geral, sendo que o endividamento ainda foi 4% maior que o apresentado pela amostra, porém os acadêmicos desse curso não apresentaram nenhuma inadimplência, enquanto na amostra geral esse resultado alcançou 15%.

Logo, pode-se dizer que apesar dos acadêmicos de administração não apresentarem níveis melhores de planejamento e investimentos financeiros do que o restante da amostra, no quesito de endividamento pessoal administraram melhor suas finanças, pois usaram o crédito do endividamento de forma consciente, que ficou evidente na medida que não apresentaram inadimplência.

Vale ressaltar que essa monografia possibilitou ao acadêmico enriquecer o conhecimento sob aspectos das finanças pessoais, principalmente na forma como montar um planejamento financeiro que traga resultados sólidos, e conhecer formas alternativas de investimentos.

Esse estudo ainda apresentou algumas limitações, dentre elas a dificuldade de preencher a amostra necessária que foi de 216 acadêmicos, porém só se obteve retorno de 62 respondentes. Em relação ao desenvolvimento do estudo, o capítulo sobre endividamento pessoal poderia ter sido desenvolvido de forma mais sucinta, tendo em vista que ficou repetitivo, sendo que esse tempo na produção poderia ter sido destinado para aprimorar o referencial teórico apresentado ou também para pesquisar sobre outro assunto pertinente as finanças pessoais: o consumo.

Dessa forma, como sugestões para futuras pesquisas, recomenda-se a inclusão do consumo no desenvolvimento de capítulos sobre finanças pessoais, tendo em vista que nessa monografia foi abordado de maneira complementar. Futuras pesquisas também podem abordar mais especificamente a relação dos acadêmicos com investimentos financeiros, na tentativa de descobrir porque a poupança ainda é primeira opção de aplicação, mesmo num mundo globalizado e com fácil acesso à informação.

Por fim, os objetivos foram atingidos, esse é um tema relevante não só para acadêmicos, mas também para toda a população, desse modo é importante que também seja discutido por toda sociedade, em busca da disseminação do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ANBIMA (org.). **Suitability**: entenda por que considerar seu perfil de investidor ao investir. 2021. Disponível em: <https://comoinvestir.anbima.com.br/noticia/suitability-entenda-perfil-investidor/>. Acesso em: 02 set. 2021.

ANDRES, Danéia Inês. **Procedimentos para elaboração do planejamento orçamentário doméstico e do controle de gastos e receitas para uma eficiente gestão financeira familiar**. 2010. 67 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/1557/TCC%20Daneia%20Ines%20Andres.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 ago. 2021.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia científica**. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522122424/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

ARCURI, Nathalia. **Me Poupe**. Rio de Janeiro. Editora Sextante, 2018.

BANKING AND TRADING GROUP PACTUAL (BTGP) (org.). **CDB**: o que é, como funciona, rendimento e por que investir. 2021. Disponível em: <https://www.btgpactualdigital.com/como-investir/artigos/investimentos/o-que-e-cdb>. Acesso em: 04 set. 2021.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/419#>. Acesso em: 11 mai. 2021.

BARROS, Fábio Segatto; TORRES, Inácio Alves. Investimentos financeiros: uma análise dos alunos investidores de uma instituição de ensino superior de Brasília. **Universitas: Gestão e TI**, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 39-53, 4 ago. 2014. Disponível em: <https://www.cienciasaude.uniceub.br/gti/article/view/2804>. Acesso em: 31 ago. 2021.

BARROS, Lousanne Cavalcanti; JEUNON, Ester Eliane. Percepção do significado do dinheiro: um estudo com graduandos de ies privadas. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 3, n. 12, p. 831-847, set. 2012. Trimestral. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/2103/1868>. Acesso em: 25 ago. 2021.

BATISTA, Rafael Guedert. **Consumismo**: uma investigação teórica a partir de três releituras acerca dos determinantes do consumo individual. 2015. 74 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/130094/monografia%20do%20Rafael%20Guedert.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 mar. 2020.

BERNSTEIN, Peter L.; DAMODARAN, Aswath. **Administração de investimentos**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

BITENCOURT, Cleusa Marli Gollo. **Finanças pessoais versus finanças empresariais**. 2004. 85 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6506/000486157.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 ago. 2021.

BORTOLUZZI, Daiane Antonini; BOLIGON, Juliana Andreia Rüdell; HOLLVEG, Scheila Daiana Severo; MEDEIROS, Flaviani Souto Bolzan. Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011-2014. **Perspectiva**, Erechim, v. 39, n. 146, p. 111-123, jun. 2015. Disponível em: https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/146_513.pdf. Acesso em: 19 abr. 2021.

BRAIDO, Gabriel Machado. Planejamento financeiro pessoal dos alunos de cursos da área de gestão: estudo em uma instituição de ensino superior do Rio Grande do Sul. **Revista Estudo e Debate**, Lajeado, v. 21, n. 1, p. 37-58, 2014. Disponível em: <http://www.meep.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/601/591>. Acesso em: 01 out. 2021.

BRASIL BOLSA BALCÃO (B3) (org.). **A descoberta da bolsa pelo investidor brasileiro**. 2020. Disponível em: http://www.b3.com.br/data/files/DE/47/57/09/B3866710D32004679C094EA8/Pesquisa%20PF_Apresentacao_final_11_12_20_.pdf. Acesso em: 04 set. 2021.

BUENO, Regina Alves Garcez. **Grau de endividamento pessoa física e a não procura de um profissional**. 2017. 17 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Evangélica de Jaraguá, Jaraguá, 2017. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/5756/1/TCC%20FINAL%20-%20REGINA%20.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.

BUFFON, Gabriela; MELLO, Gilmar Ribeiro de. A influência do significado do dinheiro na atitude ao endividamento dos acadêmicos dos cursos de administração. **Admpg**, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 1-16, jun. 2020. Mensal. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/admpg/article/view/15076/209209212989>. Acesso em: 25 ago. 2021.

BANCO VOTORANTIM (BV) (org.). **Tipos de empréstimo**: entenda as vantagens e desvantagens de cada um. entenda as vantagens e desvantagens de cada um. 2021. Disponível em: <https://www.bv.com.br/bv-inspira/noticias/tipos-de-emprestimo>. Acesso em: 27 ago. 2021.

BANCOBRÁS (org.). **Perfil financeiro**: em qual você se encaixa?. em qual você se encaixa? 2019. Disponível em: <https://www.bancorbras.com.br/institucional/blog/posts/perfil-financeiro-em-qual-voce-se-encaixa/>. Acesso em: 30 set. 2021.

CABRAL, Bárbara Barbosa. Educação Financeira: o primeiro passo para consumo consciente. **Saberes Multidisciplinares**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 125-135, jul. 2014. Anual. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Temistocles-Silva/publication/280318038_A_FORMACAO_ACADEMICA_EM_EDUCACAO_FISICA_E_OS_ESPORTES_DE_AVENTURA_POSSIBILIDADES_E_LIMITACOES/links/55b25e7a08aec0e5f43192e4/A-FORMACAO-ACADEMICA-EM-EDUCACAO-FISICA-E-OS-ESPORTES-DE-AVENTURA-POSSIBILIDADES-E-

CADORE, Rosmari Bertolo. **Perfil do investidor diante do portfólio de possibilidades para investimentos financeiros no Banco do Brasil agência de Xaxim S.C.** 2007. 59 f. Monografia (Especialização) - Curso de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14196/000649744.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 set. 2021.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) (org.). **Créditos**. 2013a. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/educacao-financeira/voce/creditos/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 26 ago. 2021.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) (org.). **Investimentos**. 2017. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/educacao-financeira/voce/investimentos/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 31 ago. 2021.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) (org.). **Juros e Inflação**. 2013c. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/educacao-financeira/voce/juros-inflacao/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 27 ago. 2021.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) (org.). **Use as opções de crédito a seu favor**. 2013b. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/educacao-financeira/voce/utilizacao-credito/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 27 ago. 2021.

CARVALHO, Helder Araujo de; SOUSA, Felipe Gerhard Paula; FUENTES, Verónica Ligia Peñaloza. Representação social do endividamento individual. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 1, p. 100-115, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4417/441750483007.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

CENTA, S.A. **Análise de crédito**. 3.ed. Curitiba: IBPEX, 2005.

CERBASI, Gustavo. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. São Paulo: Editora Gente, 2004.

CERBASI, Gustavo. **Investimentos inteligentes**. 1.ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

CERBASI, Gustavo. **Qual é o seu perfil financeiro?: poupador, gastador, financista ou outro da lista?.** Poupador, gastador, financista ou outro da lista?. 2020. Disponível em: <https://www.btgpactualdigital.com/como-investir/artigos/coluna-gustavo-cerbasi/qual-e-o-seu-perfil-financeiro-poupador-gastador-financista-ou-outro-da-lista>. Acesso em: 30 set. 2021.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/341/epub/0>. Acesso em: 30 mar. 2020.

CINTRA, Anna Maria Marques. Determinação do tema de pesquisa. **Ciência da informação**, v. 11, n. 2, 1982. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/168/168>. Acesso em: 30 mar. 2020.

CLAUDINO, Lucas Paravizo; NUNES, Murilo Barbosa; SILVA, Fernanda Cristina da. Finanças Pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. **Anais do SEMEAD-Seminários em Administração**, São Paulo, SP, Brasil, v. 12, 2009. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2021.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM (org.). **Guia CVM de Planejamento Financeiro**. 2014. Disponível em: https://www.investidor.gov.br/portaldoinvestidor/export/sites/portaldoinvestidor/guiafinanceiro/GUIA_planejamento_financeiro.pdf. Acesso em: 23 ago. 2021.

COMITE NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (CONEF). **Educação financeira nas escolas**: ensino médio. 1.ed. Brasília: CONEF, 2013.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS SERVIÇOS E TURISMO (CNC) (org.). **Peic Anual**: perfil do endividamento das famílias brasileiras em 2020. [S.l.], 2021. Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/peic-anual-perfil-do-endividamento-das-familias-brasileiras-em-2020/321560>. Acesso em: 06 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO (CFA) (org.). **Como cuidar de suas finanças pessoais**. 2015. Disponível em: <https://cfa.org.br/wp-content/uploads/2018/02/10cfa-cartilha-financa-pessoal.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE GOIÁS (org.). **Brasil é o 74º em ranking global de educação financeira**. [2015]. Disponível em: <https://crcgo.org.br/novo/?p=9580>. Acesso em: 24 ago. 2021.

CONTE, Marta et al. Consumismo, uso de drogas e criminalidade: riscos e responsabilidades. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 27, n. 1, p. 94-105, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n1/v27n1a08.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

COSTA, Geraldo de Faria Martins. **O direito do consumidor endividado e a técnica do prazo de reflexão**, São Paulo: RT, 2002.

COSTA, Simone Aparecida da. **Planejamento financeiro pessoal**: uma proposta para a saúde financeira do brasileiro da classe C. 2019. 129 f. Dissertação

(Mestrado) - Curso de Ciências Empresariais, Faculdade Fernando Pessoa, Porto, 2019. Disponível em:
https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/7746/1/DM_Simone%20Aparecida%20da%20Costa.pdf. Acesso em: 21 ago. 2021.

CUBAS, Braz. **Conheça 11 benefícios que um curso superior vai trazer pra sua vida.** 2018. Disponível em: <https://noticias.cruzeirosdoeducacional.edu.br/conheca-11-beneficios-que-um-curso-superior-vai-trazer-pra-sua-vida/>. Acesso em: 23 set. 2021.

DANTON, Gian. **Metodologia científica.** Pará de Minas: Virtualbooks, 2002.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (ENEF) (org.). **Consumir é um ato individual de muita responsabilidade:** reflete não só na sua vida, como na do país e no planeta. 2017c. Disponível em:
https://www.vidaedinheiro.gov.br/portfolio/consumo/?doing_wp_cron=1618532489.7430651187896728515625. Acesso em: 15 abr. 2021.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (ENEF) (org.). **Crédito:** consumir de forma sustentável é importante para evitar endividamento. 2017d. Disponível em:
https://www.vidaedinheiro.gov.br/portfolio/consumo/?doing_wp_cron=1618532489.7430651187896728515625. Acesso em: 15 abr. 2021.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (ENEF) (org.). **Pesquisa nacional do grau de educação financeira da população.** 2017b. Disponível em:
https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-anexos-ATUALIZADO_compressed.pdf. Acesso em: 24 ago. 2021

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (ENEF) (org.). **Planejamento:** com a vida financeira na ponta do lápis você traça melhor a conquista de seus objetivos. 2017e. Disponível em:
https://www.vidaedinheiro.gov.br/portfolio/consumo/?doing_wp_cron=1618532489.7430651187896728515625. Acesso em: 15 abr. 2021.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (ENEF) (org.). **Quem somos.** 2017a. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/quemsomos/>. Acesso em: 24 ago. 2021.

ESTRELA, Carlos. **Metodologia científica.** 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2018. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536702742/>. Acesso em: 30 mar. 2020.

FECOMÉRCIO RS (org.). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - PEIC.** Porto Alegre, 2012. Disponível em: http://fecomerccio-rs.org.br/wp-content/uploads/2016/10/2012_12_26_04_04_13_1_2012-dez-rs-peic.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

FECOMÉRCIO RS (org.). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - PEIC**. Porto Alegre, 2013. Disponível em: http://fecomercio-rs.org.br/wp-content/uploads/2016/10/2013_12_23_09_49_34_1_peicdez2013.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

FECOMÉRCIO RS (org.). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - PEIC**. Porto Alegre, 2014. Disponível em: http://fecomercio-rs.org.br/wp-content/uploads/2016/10/2014_12_08_10_08_38_1_peicnov2014.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

FECOMÉRCIO RS (org.). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - PEIC**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: http://fecomercio-rs.org.br/wp-content/uploads/2016/10/2015_12_23_09_33_26_1_peicdez2015.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

FECOMÉRCIO RS (org.). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - PEIC**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://fecomercio-rs.org.br/wp-content/uploads/2016/10/PEICdez2016.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

FECOMÉRCIO RS (org.). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - PEIC**. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://fecomercio-rs.org.br/wp-content/uploads/2017/03/PEICdez2017.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

FECOMÉRCIO RS (org.). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - PEIC**. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://fecomercio-rs.org.br/wp-content/uploads/2018/01/2018-dez-PEIC-RS.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

FECOMÉRCIO RS (org.). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - PEIC**. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://fecomercio-rs.org.br/wp-content/uploads/2019/02/PEICdez2019.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

FECOMÉRCIO RS (org.). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - PEIC**. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <http://fecomercio-rs.org.br/wp-content/uploads/2020/02/Dezembro.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

FERREIRA, Rodrigo. **Como planejar, organizar e controlar seu dinheiro**. São Paulo: Thomson, 2006.

FIORI, Diogo del; MAFRA, Rosana Zau; FERNANDES, Tatiane Amendola; FILHO, José Barbosa; NASCIMENTO, Luiz Roberto Coelho. O efeito da Educação Financeira sobre a Relação entre Adimplência e Trabalhadores na Cidade de Manaus. **Sinergia - Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis**, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 31-46, 22 maio 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/sinergia/article/view/7215>. Acesso em: 24 abr. 2021.

FLORES, Sílvia Amélia Mendonça; VIEIRA, Kelmara Mendes; CORONEL, Daniel Arruda. Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 12, n. 2, 2013.

Disponível em: <http://fumec.br/revistas/facesp/article/view/808>. Acesso em: 14 abr. 2020.

FRADINHO, Filipe. **Virada de chave na B3: será que veremos a bolsa tomada por jovens investidores?.** será que veremos a Bolsa tomada por jovens investidores?. 2021. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/tudo-clear/virada-de-chave-na-b3-sera-que-veremos-a-bolsa-tomada-por-jovens-investidores/>. Acesso em: 04 set. 2021.

GIACON, Fabiana Peixoto; FONTES, Ketilin Modesto; GRAZZIA, Antonio Roberto. **Metodologia científica e gestão de projetos.** 1. ed. São Paulo: Érica, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536531533/>. Acesso em: 03 abr. 2020.

GIL, Carlos Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020991/>. Acesso em: 25 maio 2021.

GOMES, Grazielle Figueiredo. **Intervenções pedagógicas frente ao consumismo nos anos iniciais do Ensino Fundamental.** 2010. 43 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2010. Disponível em: <http://189.28.179.196/bitstream/1/211/1/Grazielle%20Figueiredo%20Gomes.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

GRÜSSNER, Paula Medaglia. **Administrando as finanças pessoais para criação de patrimônio.** 2007. 102 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/21978>. Acesso em: 15 ago. 2021.

HALLES, Claudia Regina; SOKOLOWSKI, Rivelto; HILGEMBERG, Emerson Martins. O planejamento financeiro como instrumento de qualidade de vida. **I Seminário de Políticas Públicas no Paraná: Escola do Governo e Universidades Estaduais.** Curitiba, 2008. Disponível em: www.escoladegoverno.pr.gov.

HALFELD, Mauro. **Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro.** São Paulo: Fundamento Educacional, 2007.

HARARI, Yuval Noah. **Uma breve história da humanidade sapiens.** Porto Alegre: L&PM Editores, 2018.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INFOMONEY (org.). **Dívidas: conheça os tipos de endividados e saiba evitar essa situação.** conheça os tipos de endividados e saiba evitar essa situação. 2010. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/dividas-conheca-os-tipos-de-endividados-e-saiba-evitar-essa-situacao/>. Acesso em: 24 abr. 2021.

INFOMONEY (org.). **Renda Variável**: guia completo para conhecer e investir. guia completo para conhecer e investir. 2020. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/guias/renda-variavel/>. Acesso em: 04 set. 2021.

ITAÚ (org.). **Pesquisa dinheiro e tabu**. 2020. Disponível em: https://www.italy.com.br/_arquivosstaticos/Itau/estudo-tabu-dinheiro-educacao-financeira.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

KIYOSAKI, Robert; LECHTER, Sharon. **Filho rico, filho vencedor**: como preparar seu filho para guardar dinheiro. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

KREVER, Gabriel Lemanski; DUTRA, Matheus Henrique; LAZZARETTI, Luigi Antonio Farias. **A relação existente entre os níveis de educação financeira, o endividamento pessoal e o hábito de poupar e investir**. 2017. 30 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Contábeis, Faculdades Integradas Machado de Assis, Santa Rosa, 2017. Disponível em: <http://www.fema.com.br/site/wp-content/uploads/2019/06/KREVER-G.-L.-DUTRA-M.-H.-A-RELA%C3%87%C3%83O-EXISTENTE-ENTRE-OS-N%C3%8DVEIS-DE-EDUCA%C3%87%C3%83O-FINANCEIRA-O-ENDIVIDAMENTO-PESSOAL-E-O-H%C3%81BITO-DE-POUPAR-E-INVESTIR.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2021.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LEAL, Cícero Pereira; NASCIMENTO, José Antonio Rodrigues do. Planejamento financeiro pessoal. **Revista de Ciências Gerenciais**, São Paulo, v. 15, n. 22, p. 163-186, 13 nov. 2012. Anual. Disponível em: <https://revista.pgsskroton.com/index.php/rcger/article/view/2101>. Acesso em: 15 ago. 2021.

LIZOTE, Suzete Antonieta; LANA, Jeferson; VERDINELLI, Miguel Angel; SIMAS, Jaqueline de. Finanças pessoais: um estudo envolvendo os alunos de ciências contábeis de uma Instituição de Ensino Superior. **Revista da UNIFEBE**, [S.l.], v. 1, n. 19, p. 71-85, fev. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifebe.edu.br/index.php/revistaeletronicadaunifebe/article/view/186>. Acesso em: 15 ago. 2021.

LUCCI, Cintia Retz; ZERRENNER, Sabrina Arruda; VERRONE, Marco Antonio Guimarães; SANTOS, Sérgio Cipriano dos. A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimentos dos indivíduos. **Ensino de Administração**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 2-13, jun. 2006. Disponível em: http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/266.pdf. Acesso em: 24 ago. 2021.

LUCENA, Wenner Glaucio Lopes; SANTOS, Janayna Maria de Araújo; ASSIS, Juliana Tabosa de; SANTOS, Márcia Cristina dos. Fatores que influenciam o endividamento e a inadimplência no setor imobiliário da cidade de Toritama -PE à luz das finanças comportamentais. **Holos**, [S.L.], v. 6, n. 30, p. 90-113, dez. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4815/481547175009.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2021.

LUQUET, Mara. **Guia valor econômico de finanças pessoais**. 1.ed. São Paulo: Globo, 2000.

MACEDO JR., Jurandir Sell. **A Árvore do dinheiro**: guia para cultivar a sua independência financeira. 1.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582605103/>. Acesso em: 28 maio 2021.

MALUCELLI, Andressa Pacenko. **Crédito consignado**: função social e superendividamento. 2008. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito Econômico e Socioambiental, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: https://www.biblioteca.pucpr.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=917. Acesso em: 27 ago. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012408/>. Acesso em: 30 mar. 2020.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia científica**. 1.ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3063>. Acesso em: 11 mai. 2021.

MAZIERO, Marina Andretta. **Educação financeira**: hábitos e costumes econômicos. 2019. 78 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/4976/TCC%20Marina%20Andretta%20Maziero.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 ago. 2021.

MINELLA, João Marcos; BERTOSSO, Henrique; PAULI, Jandir; CORTE, Vitor Francisco Dalla. A Influência do Materialismo, Educação Financeira e Valor Atribuído ao Dinheiro na Propensão ao Endividamento de Jovens. **Gestão & Planejamento**, [S.L.], v. 18, p. 182-201, 11 abr. 2017. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/4257>. Acesso em: 18 abr. 2021.

MONKEY, SURVEY (org.). **Calculadora de tamanho de amostra**. 2021. Disponível em: <https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/>. Acesso em: 25 maio 2021.

MOREIRA, Alice; TAMAYO, Álvaro. Escala de significado do dinheiro: desenvolvimento e validação. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 93-105, ago. 1999. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ptp/a/R3SnpDsJcT8Zg6bgT7Ff6PN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2021.

MOSMANN, Gabriela. **O que é perfil financeiro e como descobrir qual é o seu?** 2019. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/perfil-financeiro/>. Acesso em: 30 set. 2021.

NIGRO, Thiago. **Do mil ao milhão: sem cortar o cafezinho**. 1.ed. Rio de Janeiro: Casa dos Livros Editora, 2018.

OLIVATO, Herica; SOUZA, Patricia Keli Botari de. Endividamento: um estudo preliminar dos fatores contribuintes. **Anais do 1º Simpósio de Educação e do 1º Encontro Científica de Educação da Unisalesiano**, Lins/São Paulo, 2007.

Disponível em:

<http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2007/trabalho/aceitos/CC29390837898.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

OLIVEIRA, Lays Laury de. Planejamento financeiro pessoal: a importância de poupar e investir para ter qualidade de vida. **Revista Especialize On-Line IPOG**, Goiânia, v. 15, n. 9, p. 1-15, jul. 2018. Disponível em: <https://assets.ipog.edu.br/wp-content/uploads/2019/12/07013918/lays-laury-de-oliveira-gngyn020-6321311.pdf>. Acesso em: 04 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE) (org.). **Recomendação sobre os princípios e as boas práticas de educação e conscientização financeira**. 2005. Disponível em:

[https://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf). Acesso em: 24 ago. 2021.

PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; PEREIRA, Henrique Mioranza Koppe; CASTRO, Morgana Franciéle Marques de. Energia, sustentabilidade ambiental e consumismo frente à globalização. **ZAÇÃO**, p. 9, 2010. Disponível em: https://www.uces.br/site/midia/arquivos/RC_GLOBALIZACAO_EBOOK.pdf#page=11. Acesso em: 12 mar. 2020.

PIAZZA, Marcelo C. **Bem-vindo a bolsa de valores**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

PIRES, Valdemir. **Finanças pessoais fundamentos e dicas**. 1.ed. Piracicaba: Editora Equilíbrio, 2007.

PORTAL DO INVESTDOR (org.). **Fundo de Investimento**. 2021c. Disponível em: https://www.investidor.gov.br/menu/primeiros_passos/Investindo/Tipos_Investimento/Fundos_Investimento.html. Acesso em: 03 set. 2021.

PORTAL DO INVESTDOR (org.). **Poupança**. 2021a. Disponível em: https://www.investidor.gov.br/menu/primeiros_passos/Investindo/Tipos_Investimento/conta_poupanca.html. Acesso em: 02 set. 2021.

PORTAL DO INVESTIDOR (org.). **Títulos Públicos**. 2021b. Disponível em: https://www.investidor.gov.br/menu/primeiros_passos/Investindo/Tipos_Investimento/Titulos_publicos.html. Acesso em: 02 set. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Universidade Feevale, 2013.

RIBEIRO, Caroline do Amaral; VIEIRA, Kelmara Mendes; SANTOS, João Heitor de Avila; TRINDADE, Larissa de Lima; MALLMANN, Estela Isabel. Finanças Pessoais: análise dos gastos e da propensão ao endividamento em estudantes de administração. **Salão de Iniciação Científica**, Porto Alegre, v. 1, n. 21, p. 19-23, out. 2009. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/trabalhosPDF/385.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2021.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes; LARA, Ricardo. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 126, p. 340-359, jun. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282016000200340&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 15 abr. 2021.

RICONNECT (org.). **15 dicas poderosas sobre finanças pessoais**. 2020. Disponível em: <https://riconnect.rico.com.vc/blog/financas-pessoais>. Acesso em: 25 ago. 2021.

RODRIGUES, Lorena. **Endividamento das famílias bate novo recorde na pandemia**. 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2021/02/16/endividamento-das-familias-bate-novo-recorde-na-pandemia.htm>. Acesso em: 23 mar. 2021.

SAITO, André Taue. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação financeira em finanças pessoais no Brasil**. 2007. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-28012008-141149/en.php>. Acesso em: 24 ago. 2021.

SANTOS, Adla Carla; SILVA, Maciel. Importância do planejamento financeiro no processo de controle do endividamento familiar: um estudo de caso nas regiões metropolitanas da bahia e sergipe. **Revista Formadores: Vivências e Estudos**, Cachoeira, v. 7, n. 1, p. 5-17, 20 maio 2014. Mensal. Disponível em: <https://seer-adventista.com.br/ojs3/index.php/formadores/article/view/396/413>. Acesso em: 31 mar. 2021.

SANTOS, Thiago dos; SOUZA, Maria José Barbosa de. Fatores que influenciam o endividamento de consumidores jovens. **Revista Alcance**, Biguaçu, v. 21, n. 1, p. 152-180, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=477747162008>. Acesso em: 18 abr. 2021.

SANTOS, Wilian do Carmo Maciel dos. **Investimentos Financeiros**. 2010. 34 f. Monografia (Especialização) - Curso de Contabilidade e Finanças, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/66895/WILIAN%20DO%20CARMO%20MACIEL%20DOS%20SANTOS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 31 ago. 2021.

SCHENINI, Paulo Henrique; BONAVIDA, J.R. **Finanças para não financistas**. 1.ed. Rio de Janeiro: SENAC Rio, 2004.

SERASA (org.). **Tipos de Crédito: Qual é o ideal para você?** 2021. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/ensina/seu-credito/tipos-de-credito/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

SEBEN, Alexandre. **Mercado Financeiro**: produtos mais oferecidos no mercado de renda fixa e variável como referência para composição da carteira de investimentos segundo o perfil dos investidores. 2011. 81 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade de Caxias do Sul, Farroupilha, 2011. Disponível em: <https://repositorio.uces.br/handle/11338/1477>. Acesso em: 02 set. 2021.

SERASA EXPERIAN. **Conheça as 7 principais causas de inadimplência no Brasil hoje**. 2018. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/estudos-e-pesquisas/conheca-as-7-principais-causas-de-inadimplencia-no-brasil-hoje/>. Acesso em: 18 abr. 2021.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC) (org.). **38% dos usuários de cartão tiveram limite de crédito ampliado sem solicitar, mostra pesquisa CNDL/SPC Brasil**. 2019b. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/6419>. Acesso em: 27 ago. 2021.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC) (org.). **47% dos jovens da Geração Z não realizam o controle das finanças, aponta pesquisa CNDL/ SPC Brasil**. 2019a. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/6271>. Acesso em: 31 mar. 2021.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC) (org.). **48% dos brasileiros não controlam o próprio orçamento, revela pesquisa CNDL/SPC Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/7171>. Acesso em: 15 abr. 2020.

SILVA, Juliana Tomaz de Lima; SOUZA, Dércia Antunes. Análise do endividamento e dos fatores que influenciam o comportamento de alunos universitários. **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, [S.l.], v. 12, p. 1-15, 2015. Disponível em: https://www.inovarse.org/sites/default/files/T_15_302_8.pdf. Acesso em: 19 abr. 2021.

SODRÉ, Marcelo Gomes. **Formação do sistema nacional de defesa do consumidor**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

TESOURO NACIONAL (TN) (org.). **Confira a rentabilidade de cada título.** 2021. Disponível em: <https://www.tesourodireto.com.br/titulos/precos-e-taxas.htm#0>. Acesso em: 03 nov. 2021.

TESOURO NACIONAL (TN) (org.). **Conheça todos os títulos do Tesouro Direto.** 2021. Disponível em: <https://www.tesourodireto.com.br/titulos/tipos-de-tesouro.htm>. Acesso em: 04 set. 2021.

TESOURO NACIONAL (TN) (org.). **Tesouro Direto apresenta:** como funcionam os títulos públicos pós-fixados: tesouro selic. Como funcionam os títulos públicos pós-fixados: Tesouro Selic. 2016. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/videos/tesouro-direto-apresenta/tesouro-direto-apresenta-como-funcionam-os-titulos-publicos-pos-fixados-tesouro-selic>. Acesso em: 02 set. 2021.

TOLEDO, Elaine. **Seu dinheiro vale muito:** os segredos para equilibrar as contas da casa. 1.ed. São Paulo: Alaúde, 2010.

TRINDADE, Larissa de Lima; RIGHI, Marcelo Brutti; VIEIRA, Kelmara Mendes. De onde vem o endividamento feminino? construção e validação de um modelo pls-pm. **Read. Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 718-746, dez. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-23112012000300006&script=sci_arttext. Acesso em: 29 abr. 2021.

VIEIRA, Joana Francisco. **A relação entre endividamento e falta de planejamento financeiro pessoal em um grupo de acadêmicos de sétima fase de uma universidade do município de Criciúma – SC.** 2014. 51 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/3238/1/JOANA%20FRANCISCO%20VIEIRA.pdf>. Acesso em: 05 set. 2021.

VIEIRA, Kelmara Mendes; FLORES, Silvia Amélia Mendonça; CAMPARA, Jéssica Pulino. Propensão ao endividamento no município de Santa Maria (RS): verificando diferenças em variáveis demográficas e culturais. **Teoria e Prática em Administração (TPA)**, Paraíba, v. 4, n. 2, p. 180-205, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4951825>. Acesso em: 29 abr. 2021.

WORTHY, Sheri Lokken; JONKMAN, Jeffrey; BLINN-PIKE, Lynn. Sensation-Seeking, Risk-Taking, and Problematic Financial Behaviors of College Students. **Journal Of Family And Economic Issues**, [S.L.], v. 31, n. 2, p. 161-170, 9 fev. 2010. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s10834-010-9183-6>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10834-010-9183-6#citeas>. Acesso em: 29 abr. 2021.

ZOGBI, Paula. **Saia da poupança:** é preciso dizer adeus. 2020. Disponível em: <https://ricconnect.rico.com.vc/insight/saia-da-poupanca>. Acesso em: 02 set. 2021.

ZERRENNER, Sabrina Arruda. **Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda**. 2007. 57 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-13112007-120236/en.php>. Acesso em: 30 abr. 2021

**APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO APLICADO NA COLETA DE DADOS DA
MONOGRAFIA**

1- Você possui quantos anos?

- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24

2- Qual o seu gênero?

- Feminino.
- Masculino.

3- Qual é o seu estado civil?

- Solteiro(a).
- Casado(a).
- Separado(a).
- Divorciado(a).
- Viúvo(a).

4- Você é estudante de?

- Administração
- Ciências Contábeis
- Direito
- Gastronomia
- Gestão de Recursos Humanos
- Gestão de Turismo
- Gestão Financeira
- Hotelaria
- Marketing
- Nutrição

5- Qual a sua renda mensal atual?

- () Abaixo de R\$2.500,00
- () Entre R\$2.500,00 a R\$4.999,99
- () Entre R\$5.000 a R\$10.000,00
- () Acima de R\$10.000,00

6- Quantos dos termos a seguir você conhece? Termos: crédito, endividamento, imposto de renda, inadimplência, inflação, investimento financeiro e juros.

- () No máximo 2.
- () Entre 3 a 4.
- () Entre 5 a 6.
- () Todos.

7- Quando se trata de dinheiro, eu?

- () Gasto acima do que eu ganho.
- () Gasto tudo que eu ganho.
- () As vezes gasto acima e as vezes abaixo do que ganho.
- () Consigo poupar uma parte do que ganho.
- () Consigo investir uma parte do que ganho.

8- Realizar um orçamento pessoal permite um controle sobre a vida financeira, para isso é necessário registrar as receitas e despesas mensalmente. Diante disso, você registra todas as suas receitas e despesas mensalmente?

- () Sempre
- () Ocasionalmente
- () Raramente
- () Nunca

9- De que forma você faz esse registro?

- () Caderno de anotação.
- () Planilha eletrônica.
- () Aplicativo no celular.

- () Não faço esse registro.
- () Outro. Qual?

10- Quando você tem problemas com o seu orçamento mensal?

- () Sempre
- () Ocasionalmente
- () Raramente
- () Nunca

11- A reserva de emergência, é uma reserva financeira que cobre o custo de vida do indivíduo por no mínimo 6 meses. Sendo assim, você possui uma reserva de emergência?

- () Sim, pois considero importante.
- () Não, mas pretendo formar uma reserva de emergência.
- () Não, pois não acho necessário.

12- O que você pensa sobre sua aposentadoria?

- () Acredito que minhas receitas serão maiores que meus gastos, por isso não reservo nenhuma quantia mensalmente para esse objetivo.
- () Acredito que minhas receitas serão maiores que meus gastos, e mesmo assim reservo uma quantia mensalmente para esse objetivo.
- () Acredito que minhas receitas não cobrirão meus gastos, por isso reservo mensalmente uma quantia para essa finalidade.
- () Acredito que minhas receitas não cobrirão meus gastos, mas não consigo reservar mensalmente uma quantia para essa finalidade.
- () Outro. Qual?

13- O que você faz em relação aos seus sonhos e objetivos? Exemplo: comprar carros, imóveis, fazer viagens.

- () Reservo mensalmente uma quantia R\$ para essa finalidade.
- () Pretendo reservar mensalmente uma quantia R\$ para essa finalidade.
- () Não reservo mensalmente uma quantia R\$ para essa finalidade.
- () Não pretendo reservar mensalmente uma quantia R\$ para essa finalidade.

14- O endividamento pessoal ocorre quando o indivíduo adquire produtos e serviços e não os paga no ato da compra. Exemplo: compras realizadas no cartão de crédito. Diante dessa afirmação eu?

- Estou endividado.
- Não estou endividado.

15- Dentre as classificações de endividamento, você se encontra em qual delas?

- Endividado ativo (não consigo me controlar ao realizar uma compra, independente se estou precisando ou não).
- Sobre-endividado ou superendividado (além de não conseguir me controlar ao realizar uma compra, independente da necessidade, também não possuo condições financeiras de quitar as dívidas adquiridas).
- Endividado passivo (estou endividado por um imprevisto, ex: doença, acidente, desemprego, morte, separação).
- Nenhuma, pois não estou endividado.

16- Considerando o total da sua renda mensal, qual é, aproximadamente, a parcela comprometida com dívidas?

- Até 10%.
- Entre 11 a 50%.
- Mais de 50%.
- Nenhuma, pois não estou endividado.

17- Quais foram os principais motivos que causaram o seu endividamento?

(Pode marcar mais de uma resposta).

- Baixo nível de educação financeira.
- Consumo excessivo.
- Facilidade ao crédito.
- Falta de planejamento financeiro.
- Alto grau de materialismo.
- Outro. Qual?
- Nenhum, pois não estou endividado.

18- Quais os principais tipos de dívidas que você possui? (Pode marcar mais de uma resposta).

- Cartão de crédito.
- Cheque especial.
- Cheque pré-datado.
- Crédito pessoal.
- Carnês.
- Financiamento de carro.
- Financiamento de casa.
- Financiamento estudantil.
- Outro tipo, não especificado anteriormente.
- Não possuo nenhuma dívida.
- Outra. Qual?

19- A inadimplência ocorre quando o endividado não consegue pagar suas dívidas. Exemplo: não pagar um boleto até a data de vencimento. Dessa forma, dentre todas as suas dívidas, alguma está em atraso?

- Sim.
- Não.
- Nenhuma, pois não estou endividado.

20- O mercado financeiro é composto por produtos de renda fixa e variável, alguns deles são poupança, tesouro direto, CDB, ações e fundos de investimento. Sendo assim, você investe no mercado financeiro?

- Sim
- Não, mas pretendo investir
- Não, pois não tenho interesse nesse tipo de investimento

21- Caso você NÃO invista no mercado financeiro, quais são os motivos que te impedem disso? (Pode marcar mais de uma resposta).

- Medo.
- Risco/ Insegurança.
- Não sei como fazer.
- Falta de recursos financeiros.

- () Não tenho interesse.
- () Outro. Qual?

22- Qual o principal objetivo dos seus investimentos?

- () Obter rentabilidade superior aos investimentos tradicionais.
- () Diversificar meus investimentos.
- () Formar uma poupança para utilizar no futuro.
- () Preservar meu patrimônio.
- () Nenhum, pois não invisto
- () Outro. Qual?

23- Seus investimentos representam que percentual do total do seu patrimônio?

- () Até 25%
- () Entre 26% a 50%
- () Entre 51% a 75%
- () Mais de 75%
- () Nenhum, pois não invisto

24- Quais destes investimentos você possui atualmente? (Pode marcar mais de uma resposta).

- () Poupança
- () Tesouro Direto
- () CDB
- () Ações
- () Fundos de Investimento
- () Outro. Qual?
- () Nenhum, pois não invisto.

25- Pensando no futuro, em quais destes tipos de investimento você pretende aplicar? (Pode marcar mais de uma resposta).

- () Ações
- () Tesouro Direto
- () CDB
- () Poupança

- Nenhum
- Outro. Qual?

26- Para você que investe, quando pretende resgatar seus investimentos?

- Em até 1 ano.
- Em até 2 anos.
- Em até 5 anos.
- Não tenho um prazo definido.